This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.

+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.

+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.

+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

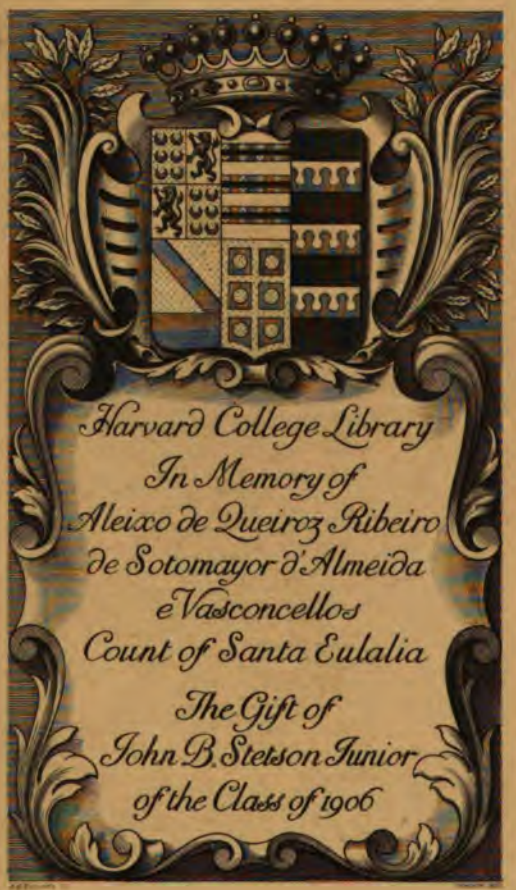
- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

HARVARD LAW LIBRARY
3 2044 097 727 986

1.16


Harvard College Library
In Memory of
Aleixo de Queiroz Ribeiro
de Sotomayor d'Almeida
e Vasconcellos
Count of Santa Eulalia
The Gift of
John B. Stetson Junior
of the Class of 1906

TRATADO PRATICO COMPENDIARIO

DAS

PENSÕES ECCLESIASTICAS

CONFORME O DIREITO CANONICO

ANTIGO, NOVO E NOVISSIMO

ESTILOS DA CURIA ROMANA, OPINIÕES MAIS DEPURADAS
E REGALIAS PARTICULARES DO NOSSO REINO

POR

MANUEL DE ALMEIDA E SOUSA DE LOBÃO

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1865

CANON
957.5
SOU
156

HARVARD COLLEGE LIBRARY
COUNT OF SANTA ESCALIA
COLLECTION
GIFT OF
JOHN R. STETSON, Jr.

For TX
A4474P

JUN 16 1924

A multiplicidade de causas beneficiaes, e sobre pensões ecclesiasticas, que no decurso de muitos annos concorriam á minha banca, me obrigavam a fazer especial estudo n'estas materias; e vendo que não tinhamos um reinicola que tratasse de pensões ecclesiasticas, tive a prevenção de fazer e deixar apontamentos, com que podesse em algum tempo organisar esta obra. Chegou o tempo de ter junto para ella em fragmentos o preciso para a sua perfeita organisação, e depois de ter dado á luz os *Tratados dos direitos dominicaes*, do *Direito emphyteutico*, do *Direito censuario*, era de necessidade este de pensões ecclesiasticas, como outra especie de prestações annuaes. Restam-me duas dissertações canonicas; uma sobre dizimos, outra sobre oblações pias, annuas ou momentaneas, devidas ou voluntarias, o que tambem entra na classe geral de prestações. Estas duas dissertações estão perfeitas, e só falta transcreve-las em pureza; se o tempo, a pouca saude e os muitos annos m'o permittirem, farão um appendice d'esta obra.

Reconhecendo-me sem auctoridade alguma propria, observei aqui o meu costume de transcrever as especiaes doutrinas dos DD. com que me afianço, attribuindo a elles o que exponho; e para que, deixando-me os leitores só o louvor do trabalho, que me propuz (e que me é innegavel), usem das citadas doutrinas, como lendo-as n'esses DD. e como proprias d'elles, e não como minhas, nas suas allegações ou votos.

CAPITULO I

Origem das pensões ecclesiasticas e destinação primitiva das rendas ecclesiasticas

§ 1

O cardeal João Baptista de Luca, no seu especial tratado das pensões em ornato da constituição de Innocencio XI, Cap. 2, n. 7, attribue o primeiro uso das pensões ecclesiasticas ao principio do seculo IV depois da paz da igreja, fundado na lenda de S. Silvestre no breviario romano, *Ut clericis egentes conjungerent;* e d'aqui deduz o seu principio. O grande canonista Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, pag. 107, Peg., 2, diz: *Antiquius juris caput, in quo Pensio vox in rebus Ecclesiasticis usurpata est,* Cap. 30, Caus. 18, Q. 2, a n. 555.

§ 2

Outros marcam o seu principio no concilio chalcedonense. *Natal Alex.*, Tom. 9, *Histor. Eccles.*, Art. 13, § 17, assentando que antes d'este concilio por nenhum monumento da antiguidade constava de taes pensões; Van-Esp., ao mesmo concilio, Tom. 7, pag. 25, Col. 1, in fin, et *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 2, Cap. 1, n. 6. O nosso Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 2, n. 54, deriva a origem das pensões do tempo do papa Symacho, no Can. *Possessiones,* Caus. 16, Q. 1, e do papa Gelasio, no Cap. fin., Caus. 16, Q. 6.

Nota: Vista a censura de Berard., in *Canon.*, P. 2, Cap. 48, de Symacho, pag. 380, e Cap. 46, de Gelas., pag. 367, Col. 1,

sobre ser apocrypho o canon attribuido a Gelasio, as prestações que ahi se enunciam eram umas simples esmolas alimentarias prestadas dos redditos das igrejas a clerigos benemeritos, a religiões, a peregrinos vitaliciamente. Este mesmo é o sentido do concilio chalcedonense (no anno de 451, ex Van-Esp., Tom. 7, pag. 12), a que tambem attribuiram a primeira origem d'estas pensões, differentes das dos nossos seculos, como bem advertiu Berard, *in Jus Ecclesiast.*, Tom. 2, Diss. 6, C. 3, pag. 250 (Ediç. de Venez.), ut ibi: «Si Pensionum primam originem inspiciamus, ea antiquissima dignoscetur; ita tamen, ut non egrederetur naturam alimentorum, quæ certis personis ex miseratione, charitate, ac pietate decernebantur.... Simile exemplum apparet in Action. 12, Concil. Chalcedonensis.... Hæc, uti ajebam, rudes sunt novarum Pensionum imagines; etenim luebantur non a Beneficiario singulari, sed ab ipsa Ecclesia; non in certa quantitate consistebant; sed in alimentis; aliquando etiam aut elapso certo tempore, aut mutatis causarum adjunctis, ipso jure cessabant. Pensiones, quales in præsentia existunt, introduci cæperunt, partitione facta inter Clericos bonorum Ecclesiæ, et unicuique certo aliquo titulo, certo officio sacro gerendo, certis etiam bonis titulo beneficii datis; et quoties bona itshæc uberiora essent, non fuit dubitatum, quin ex illis certa portio detraheretur alteri indigenti Clerico concedenda, qui tamen nec sacri officii gerendi communionem haberet, nec ullo modo in administratione bonorum Beneficii curam gereret».

§ 3

Temos exemplos de pensões ecclesiasticas nas epistolas de S. Gregorio (pelos annos de 590). Em Van-Espen., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 2, C. 1, n. 9. No nosso concilio nacional de Merida em 666, Can. 13 (transcripto na *Monarchia Lusitana*, Tom. 2, Pag. 2, Liv. 6, Cap. 22), já se suppõe o uso das pensões, ut ibi: «*Ordena, que os bispos possam melhorar com pensões e beneficios aquelles sacerdotes que virem aproveitar mais na virtude*». Em 867, Sabarico, ultimo bispo de Dume, junto aos muros de Braga, vendo esta cidade e toda a diocese destruida e assolada pelos sarracenos, pediu a Flaviano, bispo de Lugo, a graça de conceder-lhe em prestamo para seu vestido e

sustento as igrejas que existiam no condado de Montenegro. Em 1171, Godinho, bispo de Vizeu, deu a Domingos Annes, benemerito da igreja e pobre, um prestimonio vitalicio. Em 1296 uma constituição de D. Martinho, arcebispo de Braga, suppõe já o uso das pensões n'este reino, porque determinou que toda a igreja, cujo rendimento não excedesse de oitenta libras de dinheiros portuguezes não possa ser onerada com prestimonio. Fr. Joaquim de S. Rosa no Elucidario, debaixo das palavras *Prestamo*, e *Prestimonio*.

Nota: Pelos annos de 1473 e antecedentes eram já n'este reino tão frequentes as pensões impostas pelos papas a favor de estrangeiros e cardeaes, em beneficios d'este reino, que essa frequencia occasionou a que os povos nas côrtes de Coimbra se queixassem ao rei que as não consentisse; e com effeito as prohibiu, *Deducç. Chronolog.*, P. 2, Demonstr. 6, Monumento 5, pag. *(mihi)* 88.

SECÇÃO UNICA

Destinação primitiva das rendas ecclesiasticas

§ 4

No nosso primeiro concilio bracharense, transcripto na *Monarchia Lusitana*, P. 2, L. 6, C. 13, pag. 264: «*Aprouve que das rendas ecclesiasticas se façam tres porções iguaes, uma para os bispos, outra para os sacerdotes, e a terceira para a fabrica e alampadas da igreja, da quarta parte o arcipreste ou arcediago que a administrar, faça sua ração ao bispo*». Assim o Can. 25, no concilio aquisgratense do anno de 816, no vermense, a n. 844, e os mais que refere Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 4, T. 1. C. 3, se diziam os redditos ecclesiasticos *Vota fidelium, pretia peccatorum, et patrimonia pauperum.*

§ 5

Carlos Magno, a quem a igreja deve o firme estabelecimento dos dizimos (veja-se a minha especial dissertação sobre elles), fez a famosa divisão d'elles em quatro partes: 1.ª, para a fabrica das igrejas; 2.ª, para os pobres; 3.ª, para o bispo; 4.ª, para os clerigos. Montesq., *Espir. das Leis*, L. 31, Cap. 12. Nos foraes, que o nosso rei D. Sancho I deu, no anno de 1119, a Penamacor, Proença a Velha, Salvaterra do Extremo, mandou pagar os dizimos e primicias a todas as igrejas, das quaes o bispo teria uma terça parte; os clerigos ou parochos outra, e a outra terça ficaria aos parochianos para a gastarem onde fosse necessario, como ornamentos, livros e fabrica. Fr. Joaquim no Elucidario, verbo *Garda*, pag. 14, e verbo *Terças pontificiaes*, pag. 376. Sobre esta antiga distribuição desde o seculo IV se póde ver Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 4, T. 1, Cap. 6, pag. 162.

Nota: «Quamvis hodie distributio illa antiqui juris in omnibus non servetur; illud tamen, et jure, et consuetudine receptum est, ut hoc onus (de reparandis Ecclesiis) in prædictis redditibus, proventibus, et decimis annexum, eum sequatur, qui eorum usum, fruitionem, perceptionem, et commoditatem habet.» Assim com Peckio, *de Reparand. Ecclesiast.*, C. 14, Benedict., *Inst. Ecclesiast.*, 100, n. 12.

CAPITULO II

Espirito da igreja na concessão d'estas pensões, causas e fins a que se limitavam, progressos d'ellas

§ 6

Se com o cardeal de Luc. (§ 1) attribuimos a origem das pensões á lenda de S. Silvestre, o mesmo Luc., cap. 2, n. 7 e 8, diz isto. «Idem pontifex Silvester Primus statuit,

et providit, ut Clericis copiosis egentes conjungerent; prout sacra legenda Breviarii Romani in die ejus commemorationis, comprobat, quod vere, et proprie importat, vel importare debet reservationem pensionum super Ecclesiastici Beneficii fructibus, et proventibus; ut scilicet Clerici provisi de pinguibus Beneficiis, quorum fructus, et redditus exuberant ultra congruam substentationem et alia necessaria pro Ecclesia, subventionem aliquam pauperibus clericis, vel pauperibus sæcularibus, ut aptiores fiant ad Ecclesiæ servitium, præstare debeant, sive id fieri in pecunia, sive in frugibus, et victualibus. Quinimo juxta antiquas traditiones, in aliqua fructuum, et victualium quantitate, vel quota juxta primævam introductionem pensio consistebat, tamquam per speciem societatis vel admissionis ad participationem pro illa rata, sive per viam separationis aliquorum prædiorum, et bonorum, ex quibus Pensionarius, manu sua reservatam perciperet pensionem.» Conf. Berard., § 2, Not.

§ 7

Do concilio chalcedonense, e das epistolas de S. Gregorio, que transcreveu Van-Esp., Tom. 5, *Tract. de Simonia*, P. 2, *de Pension.*, § 2, infere o mesmo Van-Esp., § 3, ut ubi: «Circa ea quæ § præcedenti ex Concilio Chalcedonensi, et S. Gregorio, tamquam Pensionis Ecclesiasticæ manifesta vestigia protulimus, duo maxime notanda sunt. Primum, quod illa quæ ad instar pensionis Episcopis aliisve Clericis ex rebus Ecclesiæ, cui actu non sunt adscripti, concessa leguntur miserationis intuitu, nutrimenti, vel alimentorum, seu necessariorum gratia data sunt, ut ex verbis, quibus indulta fuerunt, videre licet. Secundo notandum, quod non legatur intercessisse ulla conventio inter illum, qui Episcopatum, aliudve Ecclesiæ ministerium dimittit, et illum, qui ipsi esset successurus de danda aliqua annua pecuniæ, aut proventuum portione: Sed per Synodum, aut Pontificem nullo præcedente par-

tium pacto, miserationis, atque æquitatis, justitiæque intuitu, statutum, sive indultum fuisse; ut ab Ecclesia pascatur, vel vitæ necessaria reciperet. Porro, sicuti pensiones legitimæ per Ecclesiæ Prælatos indultæ recte dici possunt a Sacris Conciliis et Pontificibus quoad substantiam esse probatæ: ita e converso Pensiones, qua ab illis discrepant, non ex Canonum authoritate, sed potius ex cupiditate introductas, abusive contra Ecclesiæ mentem, et Conciliorum, atque Pontificum sæpius iterata Decreta frequentari, in sequentibus ostendetur.» O mesmo Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, C. 1, a § 6. Conf. Eeibel, *Introd. ad Jus Ecclesiast.*, Tom. 4, § 448, Not. (c), Gmeiner., *Inst. Jur. Ecclesiast.*, Sect. 1 §§ 227 et 228.

§ 8

Emquanto só com estas causas se concediam as pensões, como esmolas aos clerigos indigentes e benemeritos, prestadas dos redditos superfluos dos beneficios, se cumpriam os fins, ou um dos fins da applicação de parte dos bens ecclesiasticos (§§ 4 e 5); e não havia jamais opposição ou escandalo; Van-Esp., d. C. 1, n. 11. «At tum labentibus sæculis prætextu Pensionum cœperunt proventus Ecclesiastici veris Titularibus, et ministris Ecclesiarum subtrahi, et aliis non indigentibus indiscriminatim, et sine ulla moderatione reservari, cum summa proventuum Ecclesiasticorum inversione, et dilapidatione. Nequaquam defuere, qui hujusmodi abusui reservationum pallio Pensionum tecto se opposuerunt; dicentes pensionum hunc non esse legitimum usum, sed abusum.» Conf. Gmeiner, supra, § 228, Schol., ibi: «Ast aliud Sæculo XII pensionum genus invaluit, quo non modica reddituum pars, sine discrimine, num superflua esset, Ministris Ecclesiasticis, nulla etiam moderatione in parum egentes profundi cœpit.»

§ 9

Este excesso dos primitivos canones occasionou no nosso reino a constituição do arcebispado de Braga em 1296, para que não podesse ser pensionada toda a igreja cujo rendimento não excedesse 80 libras (§ 3). Grassou cada vez mais o abuso; e, quando governava o papa Paulo III, um concilio por elle determinado, chamado vulgarmente *Concilium Delectorum Prælatorum sub Paulo* III, depois de ponderar o que transcreve Van-Esp., n. 2 e 3, conclue no n. 4, ut ibi: «Ideo omnes fructus reservari, adimique id omne quod Divino Cultui, sustentationique, habentes Beneficium, tribui debet magnus est abusus. Itemque pensiones dari Clericis divitibus, qui commode, et honeste vivere queunt, ex redditibus, quos habent, magnus certe abusus; tollendus uterque. Itaque ex Sententia hujus Laudatissimi Patrum Concilii, pensiones aliud non sunt, quàm portio aliqua proventuum, quæ honestæ sustentationi habentes Beneficium superest, per modum cujusdam eleemosynæ in sustentationem alicujus Clerici reservata, vel assignata.» Confira-se Gmeiner, supra, sub § 228, onde transcreve o mesmo concilio.

§ 10

As causas por que depois por varias decretaes se permittiram as pensões, as recopilou Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom, 3, Tit. 9, *de Benefic. Ecclesiast.*, Sect. 7, Reg. 8, pag. 100 ibi: «Pensionum causæ, quæ in Canone expresse probantur, sunt.

«1.° Si in signum fundationis Beneficii Fundatori in ipsa fundatione Pensio reservetur, Cap. 23, *de Jur. Patron.*

«2.° Si in argumentum perceptæ libertatis Episcopo, vel Papæ Pensio persolvenda Ecclesiæ exemptæ imponatur, Cap. 10, *de Privil.*, in 6. Quod restringendum ad casum, quo modica est, aliàs saperet simoniam.

«3.° Si ad permutationis realis inæqualitatem compensandam, Ecclesiæ, cujus possessiones minoris sunt pretii, pensio imponatur, alteri compermutatæ, cujus possessiones multo pluris valent, persolvenda, Cap. 6, *de Rer. permutat.*

«4.° Si propter cessionem juris temporalis in aliqua Ecclesia, vel Monasterio, cedenti suisque successoribus solvenda pensio constituatur, Cap. 21, *de Censib.*

«5.° Si in sustentationem Vicarii Beneficio Curato in simplex converso, vel Dignitati, Similive Beneficio accessorie unito, pensio constituatur, Cap. 30, *de Præbend.*

«His omnibus causis pensio est ex causa perpetua, atque ideo ipsa quoque perpetua.

«6.° Si pacis causa inter duos circa idem Beneficium Collitigantes statuatur, Cap. 21, *de Præbend.*

«7.° Resignanti Beneficium, cujus curam propter infirmitatem incurabilem exercere non valet, ac aliàs unde vivat non habenti, pensio sustentationi congruæ reservetur, Cap. 14, Caus. 7, Q. 1.

«8.° Si Rectore Beneficium suum uniri patiente, ac illius fructus detinente, pensio reservetur Capitulo, cui fit unio, in signum factæ unionis, Cap. 9, *de Restit. Spoliat.*, Gonzal., in illud.

«9.° Coadjutori, qui Rectori datur, pensio moderata assignetur, Cap. un de Cler. ægrot. in 6.

«10.° Si propter Constituentis necessitatem constituatur; ut fit quando ad solvenda debita certa pars Beneficii vacantis proventuum ad aliquot annos retinetur, ex concesso Beneficiorum vacantium fructus retinendi beneficio, Cap. un., quod præcipit ut beneficia sine diminutione hujus privilegii conferantur.»

«A sexto numero ad ultimum habentur exempla Pensionis temporaneæ.»

§ 11

Os casos referidos n. 3.°, 6.° e 7.° são os mais frequentes, e cujas pensões entram n'este tratado. As pensões

mais odiosas, com que se gravam os beneficios, e de que tenho fallado a § 6, são o meu principal objecto. O grande Gibert. não nos refere uma só decretal, em que ellas (alem das da primitiva igreja, limitadas aos casos que temos visto) possam ter fundamento. Só ao abuso pois se devem attribuir. O quanto no concilio tridentino se trabalhou para extirpar este abuso, e se reduzir áquelle uso da primitiva (§§ 6 e 7), e o quanto foram frustradas as tentativas, se póde ver no citado Van-Esp., a n. 12; e o mais que o concilio tridentino pôde determinar nas circumstancias d'aquelle tempo é o que se vê na Sess. 24 Cap. 13, *de Reformat*... Eeibel., Tom. 4, sub § 488, bem que S. Carlos, arcebispo de Milão, que foi um dos padres do mesmo concilio, absolutamente se oppoz no seu arcebispado a toda a pensão, e só permittiu uma a um pobre e benemerito clerigo.

CAPITULO III

Se as pensões são odiosas ou favoraveis

§ 12

Muitos canonistas declamaram altamente pelo odioso das pensões: 1.°, porque contrarias ao direito canonico commum; 2.°, porque por ellas se subtrahe o necessario aos ministros da igreja; 3.°, porque se fraudam as fabricas da igreja; 4.°, porque os redditos ecclesiasticos contra a sua natureza se dão aos que não servem ao altar; 5.°, porque muitos adquirem os beneficios só com as intenções de os renunciar, e nas renuncias reservarem pensões, sem a devida intenção de se fazerem adscripticios á igreja; 6.°, porque pelas pensões se illudem os canones, que repugnam, já á scisura, já á multiplicidade de beneficios na mesma pessoa; 7.°, porque uma pensão absorve as esmolas que se deveriam repartir por muitos pobres. Estas e outras rasões cumularam Van-Esp., *de*

Jur. Ecclesiast., P. 2, Sect. 3, Tit. 11, Cap. 2, Gmeiner, *Inst. Jur. Ecclesiast.*, Sect. 1, no Schol. ao § 228, Eeibel., Tom. 4, sub § 448, Rieg., P. 3 § Que absolutamente são odiosas, o disse com outros DD. Osor., *de Patronat. Reg.*, Resol 20, n. 15, et Resol. 65, n. 12.

§ 13

Pelo contrario o nosso Agostinho Barbosa (bem que apaixonado a seu favor e em causa propria) no proemio *do Tratado de Pension.*, n. 9 et 10, com alguns DD., disse «Reservationem Pensionis nullo modo dici odiosam; immo semel inesse deductam favorabilem censeri; justum, enim, et santum est ex superfluis ab uno auferri, ut detur egenti per eum, cui reddituum Ecclesiasticorum absoluta est administratio, præcipue ubi concurrit consensus ejus, qui videtur gravari, in quod perpetuo Papa defigit oculos; ac certe Pensio non est odiosa, quia non reservatur in odium Titularis, sed in favorem Tertii; habetque admixtam illam publicæ utilitatis rationem, ut scilicet ex pingui Beneficio plures Clerici alantur.»

Este discurso de Barbosa era digno de uma larga censura sobre o todo, e cada uma das suas palavras. Basta dizer que escreveu em causa propria, e que é em si capcioso, confundindo a antiga disciplina da igreja (§§ 6 e 7) com o presente abuso das pensões, *sine discriminu, sine moderatione, etc.* (§ 8).

§ 14

Tondut., *de Pensionib.*, Cap. 81, tratou *ex professo* esta questão, e, depois de expor a n. 1 varias opiniões, e explicar em geral o que em si é favoravel ou odioso, passa nos n. 10, 11 e 12 a fazer estas distincções, ut ibi.

«His ita constitutis resultat prima Conclusio, quod Pensio antequam constituatur, et in ipso reservationis articulo est odiosa; postquam vero constituta fuit, est favora-

bilis. Ratio est, quia antequam constituatur, et in ipso reservationis articulo agitur de præjudicio Ecclesiæ, et de servitute Beneficio imponenda, sed dum constituta est agitur de favore Pensionarii, quem solum principaliter superior concedens consideravit; odium vero, et gravamen Ecclesiæ solum consideratum fuit in consequentiam, et minus principaliter, et per consequens, cum favor et odium separatim considerare possint, pensionis favor odio prævalere debet. Quod probatur potissimum ex eo quod pensionum institutio facta fuit, ut Beneficii pinguis possessor egentibus Clericis, vel pro litterarum studiis, aliisque necessariis subveniret; quod tamen procedit in pensione, quæ constituitur, seu reservatur super Beneficio vacante, non autem, quando expost assignatur, hæc enim non est favorabilis.»

«Secunda Conclusio: Quamvis Pensionis reservatio esset odiosa, tamen non potest dici odiosa odio irrationabili; sicuti dicitur de statuto excludente fœminas propter masculos, quod licet videatur odiosum, tanquam contrarium dispositioni juris, non tamen dicitur odiosum odio irrationabili, quia continet favorem Reipublicæ, et familiarum conservationem, ad quas directa fuit principalis intentio statuentium, etc.»

«Tertia Conclusio: Pensiones. S. R. E. Cardinalibus reservatæ non sunt odiosæ, imo favorabiles, etc. Quarta Conclusio: Pensio a Summo Pontifice reservata motu proprio est favorabilis et amplam suscipit interpretationem, etc. De Pensione vero in quota fructuum, et cum reservatione omnium fructuum loco pensionis, nec de translatione pensionum, utrum contineant odium vel favorem, suis locis explicavimus.»

§ 15

Emfim o Cardeal de Luca, no especial tratado *de Pensionib.*, em ornato da constituição de Innocencio XI, as sustenta favoraveis só emquanto applicadas, como por esmola ás pessoas necessitadas; e não emquanto abusi-

vas, contra o primeiro espirito da igreja, e ao mesmo passo satisfaz ás rasões contrarias, ut Cap. 2, n. 6, ibi:

«Super isto Pensionum usu, tam circa ejus introductionem et modum, quam circa punctum, an ille sit damnatione, vel commendatione dignus, varii varia dicunt, prout genium, seu livor, et frequentius imperitia suadent. Aliqui enim istam introductionem credunt modernam, et abusivam Romanæ Ecclesiæ; ideoque illam damnant, tum quia producat mala, et inconvenientia, de quibus infra; tum etiam quia illam reputant contrariam Sacris Canonibus disponentibus, ut beneficia conferri debeant sine diminutione (§ 2). Verùm quatenus pertinet ad substantiam, vel genus, clarus est illorum error; mala verò ab eis considerata, non consistunt in substantia, vel genere, sed in modo indiscreto, et irregulari, ex quo resultat abusus, per quem ipsum genus per se bonum, non est reprobandum; siquidem etiam Sacramentalia, aliaque divina, et spiritualia, in suo genere sunt bona, et optima, sed per abusum convertuntur in superstitiones, et in mala; non per hoc tamen dicenda sunt in genere damnabilia. Prout etiam salubriora, et meliora pharmaca, et medicamenta, vel salubriores, et meliores cibi, quando adsit abusus, convertuntur in venenum, et mala producunt, etc., etc.

E nos n. 11, 12, 13, ibi:

«Commendatione itaque potius, quam damnatione dignus censendus est usus, quando discrete, et cum debita proportione practicetur ad limites rationis, ob quam hæc introductio inolevit, ut scilicet absque notabili Ecclesiæ, et Titularis gravamine, et præjudicio, sequatur in alia fructuum parte, quæ exuberet, quia excedat congruam Beneficiati sustentationem, aliaque onera pro Ecclesiæ cultu, et servitio, aliisque congruis expensis; atque reservatio justum habeat motivum ab ipso S. Silvestro (§ 6). Primo habitum, ut Clerici Locupletes subveniant Clericis pauperibus, ad limites indigentiæ, et pro congruo, et honesto subsidio, sive commodiori sustentatione, ut etiam in forma Litterarum Apostolicarum exprimi solet; præterquam in

pensionibus, quæ reservantur in favorem Cardinalium, dum in eis dicitur, ut decentius iste status, juxta sublimitatem Cardinalatus, teneri possit. Id enim satis congruam, et honestam habet rationem; quoniam cum Beneficiatus teneatur id, quod superest, ultra proprium, et Ecclesiæ sustentationem, erogare in eleemosynas, et in subventionem pauperum; hinc licite potest Papa, vel in suis casibus Prælatus (ut infra C. 6, Sect. 2), ita præfigere Beneficiato illos pauperes, quibus aliquam subventionem dare debeant. Sed quoniam in hoc mundo, etiam in moralibus, atque omne optimum, quando corrumpatur, convertitur in pessimum; hic ex abusu potius, quam ex ipsa introductione in genere, tractu temporis, corruptisque moribus, irrepserunt illa scandala, et mala jam nota (§ 8), quæ ab impugnatoribus (§ 11) istius pensionum usus exagerari solent.»

«Erronea itidem, et contemptibilis censenda est opinio illorum, qui credunt istum pensionum usum, etiam bene regulatum, esse contra dispositionem Sacrorum Canonum præcipientium, ut Beneficia conferri debeant sine diminutione, quam exinde sequi opinantur: In hoc enim dignoscitur magna imperitia; quoniam tunc Ecclesia, vel Beneficium diminutionem pati dicitur, quando tangitur, vel scinditur ipsius Beneficii substantia, vel proprietas, tam in spiritualibus, puta adimendo a Titulari aliquam partem jurisdictionis, et administrationis, et subditorum; quam in temporalibus, puta adimendo, et dismembrando aliqua loca, vel prædia, sive alias ipsam Ecclesiam servituti alicui supponendo; adeo ut illa ad cujus favorem hæc dismembratio, vel provisio fiat, acquirat aliquod jus formatum in re, vel ad rem, sive obtineat aliquam participationem in jure, vel administratione; quorum nihil sequitur in reservatione hujusmodi pensionis in pecunia, vel etiam in ipsa specie fructuum, quoniam revera non est imponere servitutem ipsi Ecclesiæ, ejusque bonis in proprietate; minusque est dare verum usufructum, etc.» Omitto as mais rasões do Cardeal de Luca a este argumento contrario.)

CAPITULO IV

Se as pensões são beneficios; em que se assimilham ou differem. Consectarios que d'aqui se deduzem

§ 16

«Tametsi (diz Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 2, C. 9, a n. 1) Pensio non sit proprie Beneficium, tamen Pensiones illas hodiernas, quæ ex causa permutationis, resignationis, vel Cessionis (§ 10), reservari solent, esse loco Beneficii, et quasi in locum Beneficii resignati, sive cessi succedere, communiter notant Canonistæ. Atque inprimis Pensio id habet cum Beneficio commune, quod nonnisi ad vitam Pensionarii, ad instar Beneficii, dari soleat: Unde et morte naturali etiam extingui nemo dubitat. Ulterius hujusmodi Pensio id habet cum Beneficio commune, quod juxta hodiernum stylum requiritur in Pensionario, non secus ac in Beneficiato Clericatum; nec pensio alteri, quam Clerico dari potest (sed vide infra § 63) ex Constitut. Sixti V.... Hinc ulterius concludunt Canonistæ, praxi comprobante Pensionem extingui per contractum matrimonii; quemadmodum amittitur Beneficium... Similiter sicut Beneficia vacant per professionem in Religione; ita quoque Pensio vice Beneficii resignati reservata extinguitur per professionem.... Nisi Pensio sit data, sive reservata cum potestate transferendi, etc.» Por isto é que diz com outros DD. Rieg., P. 3, § 272, na nota que: «Hæ Pensiones, etsi similitudinem quandam cum Beneficiis habere videantur, Beneficia tamen non sunt.»

§ 17

Porém Tondut., QQ. Benefic., P. 2, Cap. I, § 4, com Paris., *de Resignat.*, L. 2, Q. 15, e outros avançou a

expor vinte e tres differenças entre os beneficios e pensões, segundo as diversas naturezas d'aquelles e d'estas. Nas mesmas concorda em substancia o Card. de Luc., no d. *Tract. de Pens.*, Cap. 20, nos quaes se podem ver as mesmas differenças, e em Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 3, Cap. 2. Bem que, apesar d'estas differenças, e combinadas as similhanças, o douto Bernard., *de Jur. Ecclesiast*, Tom. 2, Diss. 6, C. 3, pag. 252, Col. 2. (Ediç. de Veneza) concluiu dizendo: «Ex his liquet, paulatim factum esse, ut quamquam adhuc summo jure, Pensiones a Beneficiis distinguantur, multa tamen redderentur, et Beneficiis et Pensionibus communia». Outros absolutamente dizem que não são beneficio ecclesiastico, Portug., *de Donat.*, L. 2, C. 32, n. 56.

§ 18

Outros DD. distinguem, que nas materias favoraveis as pensões se equiparam aos beneficios, mas não nas odiosas, Rigant., *ad Reg.* 1. Cancellar., § 8, n. 122, et ad *Reg.* 45, § 2, n. 125, et *Reg.* 55, a n. 174, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, Sabell., § *Pensio*, n. 1. D'esta distincção inferem que, equiparada a pensão a beneficio, póde o pensionario ordenar-se a titulo d'ella, e gosa do privilegio do canon. Porém a estas illações se oppõe o citado Card. de Luca; reprovando: 1.°, esta distincção, e sustentando absolutamente que as pensões são temporaes, e não beneficiaes; 2.°, que o constituir-se n'ellas patrimonio é indifferente, porque se póde constituir em quaesquer outros bens estaveis; 3.°, que o privilegio do canon foi introduzido em favor dos pensionarios por costume e não por lei ecclesiastica.

Nota: Quanto a poder constituir-se patrimonio em pensão ecclesiastica, V. o Trident., Sess. 21, C. 2, Ferrar., verbo *Ordo*, Art. 2, n. 89. Se o bispo póde ordenar um, que, não tendo domicilio legitimo no seu bispado, tem n'elle algum

pensão ecclesiastica? V. Tondut., *de Pension.*, C. 34, Luc., *de Pension.*, d. C. 20, n. 13.

Quanto ao privilegio do *canon.*: Se d'elle gosa o pensionario, não andando tonsurado e vestido em habito clerical? Vid. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 135, 136, Peg., Tom. 8, ad Ordin., L. 2, Tit. 1, § 27, a n. 57, Tondut., *de Pension.*, Cap. 33, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, a n. 17, Begnud., verbo *Pensio*, n. 22, e sobre todos Cortead., Decis. 129.

§ 19

Da segunda parte da mesma distincção (§ 17) inferem os DD.: 1.°, que, sendo prohibido pelo direito canonico ter dois diversos beneficios *sub eodem tecto*, não assim das pensões, Rigant., ad Reg., 1 Cancellar, § 8, n. 122. Inferem, 2.°, que o illicitamente promovido a ordens, não é incapaz de conservar as pensões impostas em seu favor, aindaque na qualidade de clerigo, Rigant., ad Reg. 45. Cancellar, § 2, n. 125. Inferem, 3.°, «an sicuti in Beneficiorum impetrationibus exprimendus est valor aliorum tunc obtentus, ita etiam exprimi debeant Pensiones? De Jure in impetratione Beneficii non est facienda mentio, nec de Pensionibus, quas Impetrans percipit, nec de illarum valore, quia Pensio non est Beneficium, nec ullo modo venit appellatione Beneficii; et tanquam diversa semper habuit Concil. Trident., Sess. 21, C. 2, et C. 15, Sess. 21, ubi discretive loquitur de Beneficiis et Pensionibus, et firmant communiter Fagnan... Kochier... Tondut... Castro Pal... Clericat., *de Pension.*, etc., etc. Rigant., ad Reg. 55, Cancellar., n. 174».

«Et licet (ainda falla Rigant., n. 175) Stylus Datariæ Pensionarium pro Beneficiato habeat, et ad illius tramites in Beneficiorum impetrationibus exprimi debeant etiam Pensiones, earumque valor, præsertim, si sint sub eodem tecto, Garcia, *de Benef.*, etc. Nihilominus id procedit, vel in Pensione assignata in Titulum Beneficii; quando scilicet ex antiquo pinguiori Beneficio nonnulli redditus dismembrantur, ut ex illis novum erigatur Beneficium; quia

tunc Pensio illa vere, et proprium Beneficium esset; aut Pensionum expressio fit ad cautellam dumtaxat, non autem ex aliqua necessitate.»

«Hinc (prosegue Rigant., n. 179 et 180), ex rationis identitate descendit, ut quemadmodum in Beneficii impetratione necesse de Jure non est, quod fiat mentio de Pensionibus, earumque valore; ita nec in supplicatione super Gratia reservationis Pensiones, quas Pensionarius percipit, etc.» Confiram-se Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, Tondut., *de Pension.*, Cap. 64, Clericat., *de Pension*, Disc. 15.

Nota: Outras illações são em effeito as differenças mesmas que fazem os DD. citados (§ 16) entre os beneficios e pensões.

§ 20

Só sim é a pensão propriamente beneficio, quando é assignada em titulo de beneficio, a saber, quando do antigo e pingue beneficio se desmembram alguns redditos, e n'estes se erige novo beneficio, Rigant., supra, n. 176, Tondut., *de Pension.*, Cap. 64, n. 8, et *de Benefic.*, P. 2.ª, Cap. 2, § 4, n. 22, Ferrar., verbo *Pensio*, n. 3, 6, 7. Vejam-se Portug., *de Donat.*, L. 2, C. 32, a n. 57, Cortead., Decis. 129, a n. 70, os quaes bellissimamente distinguem, quando a pensão se entende ou não assignada em titulo de beneficio, para os diversos effeitos juridicos. Tambem e sem duvida é beneficio a pensão reservada pelo resignante do beneficio, Barbos., *de Episcop.*, Alleg. 57, n. 216, Begnudell., verbo *Pensio*, n. 12, e com outros DD. Cortead., supra, n. 71.

CAPITULO V

Definição da pensão emquanto diversa de beneficio; sua divisão

§ 21

A pensão ecclesiastica na accepção de que a tratâmos: «Istud vocabulum denotat certam portionem, quæ alteri, quàm Beneficii possessori et Titulari, in certa quantitate, vel quota, seu specie, singulis determinatis temporibus, per superiorem, qui istam habet potestatem, assignatur super fructibus Ecclesiastici Beneficii sub cujus generico vocabulo Ecclesiæ Cathedrales, et Metropolitanæ, ac etiam Monasteriales veniunt; ideoque dicitur Pensio Ecclesiastica ad differentiam illius Pensionis Laicalis, vel temporalis, quæ cum auctoritate sæculari super bonis, et juribus prophanis assignatur.» Assim o Card. de Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc.*, Cap. 2, n. 1. De outros modos Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 3, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 4. Coincide Rieg., P. 3, § 272. Quanto a mim, a mais exacta definição é a que dá e illustra Clericat., *de Pension.*, Discord. 8, a n. 5 ad 12, ibi:

«Pensio Ecclesiastica est annua præstatio a Superiore super certo Beneficio imposita ex ejus proventibus Clerico legitimo, vel alteri ex dispensatione solvenda prævia reservatione, vel translatione, ejusdem superioris auctoritate facta. Dicitur annua præstatio; quia de natura Pensionis ecclesiasticæ est, ut annuatim solvatur, et tot sint solutiones, quot fructuum recollectæ. Dicitur imposita a superiore, nempe, vel a Papa, vel ab Episcopo ob unam, ex quinque causis relatis, Discord. 1. Dicitur super certo Beneficio, quia si imponeretur super dubio, vel incerto Pensio esset nulla. Incertum est autem, quod generaliter

dicitur, et in specie non declaratur. Dicitur in definitione, ex Beneficii proventibus solvenda; quia pensio est onus reale inhærens iisdem fructibus. Dicitur Clerico, quia hodie Laicis Pensiones reservari non possunt, nisi de Suprema potestate Summi Pontificis. Dicitur legitimo, vel alteri ex dispensatione, quia Clerici illegitimi sunt incapaces Pensionum. Dispensati tamen ab Episcopo ad primam Tonsuram evadunt habiles ad obtinendam Pensionem, quamvis hanc habilitatem sufficere pro habenda Pensione reservata ab Episcopo tantum, si autem a Papa reservetur Pensio Clerico illegitimo, esse necessariam ipsius Papæ dispensationem astruat Amyden., *de Styl. Datar.*, Cap. 16, n. 14. Tandem dicitur, prævia reservatione, vel translatione ejusdem Superioris auctoritate facta. Quia non sunt alii modi obtinendi Ecclesiasticas Pensiones, nisi ipsæ vel reserventur a Superiore alicui Clerico, vel de uno Clerico, eas sibi reservatas habente, transferantur in alium Clericum, de licentia tamen, ac concessione Papæ; quam quidem esse difficilem in hac facultate concedenda testatur idem Amyden., etc.»

§ 22

«Ejusmodi jus (diz Rieg., P. 2, § 273) cum modo Clericis, modo Laicis ob rationes diversas concedi soleat, sequitur, pensionem: 1.°, aliam esse Clericalem, quæ Clericis propter officium spirituale; 2.°, aliam laicam, quæ laicis, vel Clericis ób obsequium temporale; et tandem 3.°, mixtam aliam, quæ quidem solis Clericis constituuntur, sed alia quàm spiritualis Officii causa.» Conf. Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 2, Barbos, *de Jur. Ecclesiast.*, Liv. 3, Cap. 11, a n. 9 et 16. Porém o Card. de Luc., no d. *Tract. ad ornat. Constit.*, Cap. 2, n. 3 e 4, olhando só á essencia e á natureza, reprova a tal divisão, ut ibi:

«Et quamvis etiam in hac specie Pensionis, quæ cum Ecclesiastica potestate assignata sit super fructibus Ecclesiastici Beneficii apud Juris Professores eadem habeatur

distinctio inter Ecclesiasticam, vel spiritualem, et temporalem; attamen id non provenit a diversa qualitate subjecti, vel Beneficii, quod hoc onere gravatur, sed a qualitate personæ, ad cujus favorem hæc reservatio, vel assignatio fiat; quoniam si fiat tanquam Clerico, et personæ Ecclesiasticæ, dicitur Ecclesiastica; si vero tanquam laico dicitur temporalis, ad effectum contra distinguendi capacitatem personæ, ad cujus favorem fiat reservatio; non autem, ut diversæ sint species, quoniam ipsa Pensio de per se considerata, sive ad favorem laici, sive Clerici reservetur, de ejus natura est quid temporale, solumque habere dicitur aliquam mixturam, vel annexionem spiritualitatis ad effectum commercii, aliosque effectus, dum, juxta veriorem, et receptàm sententiam Pensionarius nullum jus in re, vel, ad rem obtinet super substantia vel administratione Beneficii, solumque habet quandam participationem fructuum, qui tanquam temporali considerantur a spiritualitate abstracti.»

CAPITULO VI

Quem póde impor pensões nos beneficios. (1) O papa, ou seu legado, e quando. (2) O bispo, quando e como. (3) Os maltezes, quando e como. (4) Os reis como perpetuos administradores das ordens militares, quando e como. (5) Os reis por si, quando e como. (6) O juiz arbitro, quando e como

SECÇÃO I

O papa ou seu legado, e quando póde pensionar os beneficios

§ 23

Nullum extare juris Textum, qui Pensionis realis *creationem Papæ reservet, vel reservatam esse clare doceat*» diz Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, *de Benef. Ecclesiast.*,

T. 9, Reg. 10, § 10, pag. 101; acrescentando na Regr. 11 que «*Circa constituendæ Pensionis auctoritatem; usu generaliter recepto introductum est Papæ reservari*». Eis-aqui pois o systema dos curialistas a respeito dos poderes do papa na materia sujeita, que recopilou o Card de Luc., *de Pension.*, Cap. 3, a n. 3, ibi:

«Quatenus pertinet ad Beneficia et bona Ecclesiastica in Curia extra controversiam est, et extra eam ubique apud Catholicos esse debet, ut plena, libera, et absoluta sit potestas Papæ, etiam circa ipsorum substantiam, multo magis circa bona, dividendi scilicet, uniendi, supprimendi, dismembrandi, sæcularisandi, vel alias eorum naturam immutandi, ac etiam privandi possessores, illorumque titulum, vel jus tollendi: Ideoque multo magis et cum longe minori dubitandi ratione ista plena, libera, et absoluta potestas admittenda est ad effectum, de quo agitur reservandi pensiones; dum istæ non percutiunt Beneficiorum substantiam, neque causant Beneficiorum divisionem, vel dismembrationem, sed solum afficiunt fructus.

Conf. Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 11 et 12, Tondut., *de Pension.*, Cap. 1, n. 10 et 11, bem que no n. 11, 12 et 13 adverte, ut ibi:

«Si tamen Papa Pensionem alicui assignaverit cùm causa quidem, sed illa sit falsa, non valebit talis Concessio: Unde, cum Papa reservavit Pensionem alicui ex causa resignationis, si resignatio sit nulla, Pensionis reservatio, tanquam ex causa falsa facta, nulla est.»

§ 24

Aquelles exagerados amplos poderes dos papas modificou a regra 45 da chancellaria romana, exigindo para a imposição das pensões pelo papa o consentimento do resignante do beneficio, consentimento, que deve intervir não só da parte do titular resignante, como da do resignatario. Bem que não é necessario que estes consentimentos concorram unidos simultaneamente, mas basta

que se prestem e unam *ex intervallo;* emquanto porém ambos os consentimentos se não unem, está imperfeito o acto, e tem logar o arrependimento; Rigant no Comment. á mesma regra, á n. 2 ad 5, acrescentando, a n. 14 et 16, que a curia não admitte resignações com reserva de pensão em fructos.

§ 25

Estes consentimentos se podem prestar na curia por procurador, Rigant., á dita regra, § 2, a n. 25, Tondut., *de Pension.*, C. 41, a n. 25. Basta que os procuradores em vida dos resignantes, em execução das procuras, tenham apresentado e assignado a supplica para poderem requerer a expedição da graça, aindaque no meio tempo morra o resignante; mas não assim se a supplica foi dada depois da morte d'elle, Tondut., *de Pension.*, Cap. 42, n. 22 et 24, Páris, *de Resignat.*, L. 9, Q. 24, n. 9 et a n. 14.

Nota: Os formularios d'estas procurações os têem os notarios ecclesiasticos e por elles as fazem. Sobre as resignações assim feitas por procuradores suscita e decide trinta e duas quêstões Páris, *de Resign.*, L. 9, a que se póde recorrer, e tambem a Tondut., *de Pension.*, Cap. 41, e *de Benefic.*, P. 1, C. 26, Barbos., *de Pension.*, Q. 1.

§ 26

Supposto que o papa de poder absoluto possa revogar aquella regra *De Consensu in reservatione pensionum præstando*, Tondut., *de Pension.*, Cap. 41, Card. de Luc., *de Pension.*, Cap. 3, a n. 4; comtudo os papas só costumam usar d'esse poder em dois casos: 1.°, quando se confere um beneficio vago e devoluto á curia, e n'elle impõem pensão; porque aceitando o provído o beneficio com ella, e usando da graça, é visto consentir na pensão, estando na sua antecedente liberdade aceitar ou não com ella o beneficio, Rigant., *ad Reg.*, 45, § 2, n. 43 et 44; 2.°, quando

se resigna um beneficio com pensão em favor de ausente, e com derogação da dita regra se passam as bullas. E isto porque tambem fica na liberdade do resignatario aceitar depois ou não o beneficio com essa pensão, Rigant., supra, n. 45. O mais é, 3.°, que ainda o papa só revoga aquella regra quanto ao consenso formal, que é necessario para a expedição das letras, mas não quanto ao consentimento causal, em que a graça se radica, que nunca o papa costuma derogar, nem se subentende na derogação, emquanto não ha prova do consenso causal, prova que se induz quando o resignatario approva e ratifica a reservada pensão, usando emquanto vive o resignante das letras da sua provisão, em que se faz menção da pensão, Tondut., *de Pension*, Cap. 41, a n. 7, et Cap. 43 a n. 35, Luc., *de Pension.*, Discurs. 35, n. 4 et 5. Conf. Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 11, C. 8, a n. 22.

§ 27

Isto quando a pensão se impõe no beneficio resignado ou devoluto á curia. Se porém o beneficio está pleno e provido como livre, não costuma a curia romana, por mais pia que seja a causa que se lhe proponha, impor alguma pensão de presente (nem ainda eventual de futuro para o caso de vacatura de outra), sem consentimento do titular no beneficio, como com um illustre exemplo de Alexandre VII, e com outras decisões da congregação consistorial mostra o citado Rigant., a n. 54 ad 61.

§ 28

Tambem, por mais amplo que seja o poder do papa, conforme os curialistas (§ 22), elle não póde gravar com pensão os beneficios do real padroado d'este reino sem expresso consentimento do rei, ainda que sejam beneficios consistoriaes da sua apresentação. Ou os taes beneficios se confiram por resignação (que não póde fazer-se sem

regia auctoridade), ou estando plenos, se imponha n'elles a pensão com consentimento sómente do titular. Este é com effeito o estylo da curia romana, attestado por Rigant., a Regr. 45 da chancellaria, § 2, a n. 157. Este o particular direito do nosso reino, como com os mais reinicolas, e varios arestos, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 18: isto mesmo ainda quando o padroado da corôa está em donatario, porque conserva a mesma natureza e regalia. Osor., Resol. 18, a n. 6, com Cabedo e Pereira, Portug., *de Donat.*, L. 2, C. 32, n. 62; sed vej. Seg., Tom. 14, Add. ad Ordin., L. 2, T. 1, a n. 102 ad 110, pag. 249.

§ 29

Ainda mesmo que o papa queira impor uma pensão em beneficio da collação ordinaria a favor de pessoa estrangeira, o não póde fazer, e é nulla a pensão, como já desde o anno de 1473 se determinou no Cap. 59 das côrtes de Coimbra, que transcreveu a *Deducç. Chronol.*, P. 2, Demonstr. 6, Monument. 5, pag. 88. Assim o repetiu El-Rei o Senhor D. Manuel no alvará de 18 de fevereiro de 1512, que transcreveu Osor., *de Patron. Reg.*, Res. 19, n. 8, e Filippe III por carta de 27 de dezembro de 1603, que refere Pereir., *de Man. Reg.*, P. 1, debaixo do Tit. *das Resoluções*, Vide Osor., Resol. 19, tot.

§ 30

A duvida maior consiste: Se o papa póde impor pensão, ainda consentindo o resignante e resignatario em beneficios de padroeiros leigos e particulares, que não sejam da corôa e seus donatarios, sem consentimento dos padroeiros leigos? Muitos DD. absolutamente exigem este consentimento para a imposição de pensão; e isto pela rasão de que elles têem direito de se alimentarem nas suas necessidades pelos redditos dos beneficios de que são padroeiros; e recortando a pensão esses redditos póde vir a

ser-lhes prejudicial aos seus devidos alimentos, Rieg., P. 3, § Bagn., Cap. 46, n. 67, Antonell., *de Regim. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 10, Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, C. 6, a n. 22, Cabedo, *de Patron. Reg.*, Cap. 13, n. 1, Tondut., *de Pension.*, C. 25. O que se amplia aos padroados mixtos, em parte seculares e em parte ecclesiasticos, ou ainda aos padroados, em que a apresentação é alternativa, e tornaria entre o leigo e o ecclesiastico, Van-Esp., supra, n. 23, 24 e 25 (como se presta este consentimento vej. o § 71).

§ 30

Outros DD. seguem o contrario no caso em que a pensão não é perpetua, mas restricta á vida do pensionario. Todos os DD. d'esta opinião recolligiu o moderno Rigant., á Reg. 45, § 2, a n. 10; mas no n. 13 concilia (e bem racionavelmente) uma e outra opinião, ut ibi: «Et licet quandocumque considerari possit præjudicium Patroni, si ad egestatem reducatur, in jure petendi ex fructibus Beneficii alimenta, quæ attento gravamine Pensionis, vel consequi non posset, vel non ita congrue quemadmodum perciperet, si Beneficii fructus oneri præfato obnoxii non essent, qua ratione Rot... necessarium existimat consensum Patroni in reservatione Pensionis super Beneficio de Jure Patronatus. Nihilominus, ut rite advertit Lotter. *de Re Benefic.*, L. 1, Q. 35, n. 90 et 91, defectus consensus Patroni non operatur nullitatem Gratiæ ab initio, sed impedit solùm illius durationem; nam si Patronus ad egestatem devenerit, ita ut alimentis indigeat ex fructibus Beneficii, debeat ad illius instantiam ab iis proportionabiliter removeri gravamen Pensionis; quia cum jus alimentorum sit onus ex fructibus juris Patronatus, utique Patrono, qui Pensionis impositioni ab initio non consentit, non potuit in jure præfato præjuditium aliquod inferri». Esta mesma distincção segue Lagunez, *de Fructib.*, P. 1, C. 32, § 3, n.° 83. Confiram-se Clericat., *de Pen-*

sion., Discord. 11, n. 13, Begnudell., verbo *Patronus*, n. 35.

Nota: Geralmente nenhuma bulla de Roma se executa n'este reino sem placito regio, como todos sabem, depois das leis antigas e modernas d'este reino, depois da *Deducção chronologica*, P. 2, que as relatou. Mas devo aqui notar, que o escopo e fim do placito regio e da sua necessidade é o que declara Van-Esp., Tom. 9, *de Placitu Regio*, Cap. 2, §§ 1 e 3. E ainda que, por não obstarem alguns d'aquelles fins, se conceda o placito regio, sempre fica livre e salvo o direito particular das partes prejudicadas nas bullas, para o disputarem em juizo contencioso; por um aviso de 2 de outubro de 1790, que refere o desembargador João Pedro Ribeiro, no *Ind. Chronolog.*, Tom. 2, pag. 152.

§ 31

E pelo que respeita aos nuncios e legados do Papa. Não fallo aqui dos legados a Latere, nem de outros. Quanto aos que com titulo de nuncios vem a este e outros reinos, d'elles diz o Card. de Luc., *de Pension.*, em Ornat. da bulla de Innoc. XI, Cap. 3, n. 8, nó fim, ut ibi: «Quo vero ad Legatos a Latere extraordinarios, qui pro aliquibus particularibus gravibus negotiis destinantur ad Reges ultra montes... Solent expediri litteræ pro negotiorum, et facultatum varietate, et ex quarum tenore liquet, an et quomodo ista facultas competat; ideoque dicenda videtur quæstio facti potius, quam Juris.»

Nota: N'este reino, é um antigo direito publico; que os nuncios com poderes de legados a latere devem primeiro presentar na secretaria d'estado os breves da sua commissão, e não são admittidos a exercitar os poderes sem regio beneplacito que lh'os approve ou limite, como se vê na petição do recurso estampada no fim da P. 2 da *Deducção chrologica*, § 130, pag. 262. Vejam-se exemplos em Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 69.

SECÇÃO II

Os bispos quando e como possam pensionar os beneficios

§ 32

Houve DD. que negaram aos bispos este poder, fundando-se em que a pensão é uma scisura do beneficio (erro demonstrado pelo Card. de Luc., transcripto debaixo do § 14); e que este poder dos bispos está abrogado pelo não uso. Porém é mais conforme nos DD. que os bispos podem pensionar os beneficios da sua collação ordinaria, Tondut., *de Pension.*, C. 1, a n. 1, Fragos., *de Regim. Reipubl.*, P. 2, L. 9, Disp. 20, § 3, Luc., *de Pension. ad ornatum Constit. Bened. XI*, C. 3, n. 9, Ferrar., verbo *Pensio*, a n. 16, Carvalh., *de Ordin. Militar.*, Enucl. 3, Comprov. 2, a § 433, e magistralmente Clericat., *de Pension.*, Q. 1, onde, a n. 35, responde a todas as objecções contrarias.

Nota: Já antes do uso de que fallei no § 22, os bispos eram auctorisados para pensionar os beneficios, como adverte Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, T. 9, Sect. 7, Regii, pag. 101, ✝ *Dicimus*, onde responde admiravelmente ao Cap. 4, *de Pact.*, e ao Cap. 21 de Præbend., que parecem estar em contrario.

§ 33

Esta faculdade porém competente aos bispos é restricta e limitada debaixo de certas condições: 1.ª, que o titular provido no beneficio consinta na pensão, Ferrar., supra, n. 16 (confira-se o § 23); 2.ª, que esta pensão se imponha por causa racionavel, como em favor de um clerigo pobre *studiorum causa*, ainda mesmo que este clerigo pobre seja sobrinho do bispo; como para pobres necessitados; como

a favor de pessoas benemeritas; como pela utilidade que a igreja espera do pensionario; como a favor de um clerigo pobre que serve a igreja; como em favor do que renuncia o beneficio (mas n'este caso *loco alimentorum, et non ex pactione Partium)*, Tondut., supra, a n. 2, Ferrar., a n. 16, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, a n. 57, Pir. Carvalh., supra, pag. 454, Clericat., *de Pension.*, Discord. 1, Rigant., ad Reg., 24, Cancell., § 5, n. 156, Begnud., verbo *Pensio*, n. 3.

Nota: A faculdade dos bispos para pensionarem os beneficios em favor de todas essas pessoas procedia de direito antigo; porém depois das constituições de Pio V e Sixto V, só em favor de clerigos podem os bispos impor pensões, e não em favor de outras pessoas ou causas, Clericat., *de Pension.*, Discord. 1, n. 25, et Discord. 3, a n. 7, respondendo, a n. 12, que os DD. contrarios uns escreveram antes das ditas constituições, outros fallam conforme o direito antigo, e outros, que dizem serem os leigos capazes de pensões, se entendem prævia Dispensatione Summi Pontificis, et dummodo a Papa pensio ipsis reservetur. Conf. Luc., *de Pension., in Summ.*, n. 5, et 6, Fagnan., *ad Cod. ad audientiam*, o 2.° *de Rescript.*, a n. 75. Só sim o mesmo Clericat., Discord. 16, a n. 1, admitte a pensão imposta em um beneficio pingue a favor de uma sacristia pobre de outra igreja, ut n. 8, ibi: «Et ideo stante indigentia Suppellectilis sacræ, quam tunc patiebatur Sacristia Cathedralis Ecclesiæ Vicentinæ, impugnari non potest Pensio per Episcopum ei reservata; valida enim censenda est, tamquam facta ob ejus indigentiam, quæ si reddit validas Pensiones reservatas Ministris Ecclesiæ pauperibus; idem dicendum est de Ecclesia egente, ut concorditer admittunt omnes Theologi, et Canonistæ, etc.

§ 34

3.ª Que a causa da pensão assim imposta pelo bispo (hoje só a favor de clerigo) se justifique realmente, sem bastar para prova d'ella a asserção do mesmo bispo, Tondut., *de Pension.*, Cap. 1, n. 19, Fragos., P. 2, L. 9,

Disp. 20, § 3, n. 4, Luc., *de Pension.*, Disc. 40, n. 4, Disc. 41, n. 1 et 2, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 56, Bagnud., verbo *Pensio*, n. 3, Clericat., *de Pension.*, Discord. 1, n. 24, et Discord. 3, n. 15, Sabell., § *Pensio*, n. 2; bem que basta que se justifique depois a causa da pensão, Luc., *de Pension.*, Disc. 41, n. 3; não é porém necessaria justificação sendo imposta *motu proprio*, Jul. Cap., Disc. 253, n. 31.

§ 35

4.ª A pensão deve commensurar-se á causa sem excesso; de outro modo, sendo excessiva da causa, se reduz e proporciona aos limites d'ella, *ita ut non superet merita*, Fragos., supra, Garcia, *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 328 e 329, Luc., *de Pension.*, Disc. 40, n. 3, Monacell., *Formul. Pract. Legal.*, Tom. 2, Tit. 13, Formul. 7, n. 5; e, cessando a causa de tal necessidade, cessa a pensão, Luc., d. Disc. 40, n. 6, Sabell., § *Pensio*, sub n. 20. ℣. *An et quando.*

§ 36

5.ª Que o bispo não reserve para si pensão alguma, Ferrar., supra, n. 22, Fragos., n. 8, Garcia, n. 315 et 316, Barbos., in Cap. un., ∞, ut Eccles. Benef. sin. diminution., n. 10. 6.ª Que não imponha pensão a favor de pessoa incerta, que bem lhe parecer, e depois nomear; mas logo a deve estabelecer a favor de pessoa certa, Fragos., sub n. 4, ℣. *Porro.* Garcia, n. 313 e 314, Tondut., d. C. 1, n. 16, Clericat., *de Pension.*, Discord. 1, n. 31. 7.ª Que esta pensão se reserve pelo bispo no tempo, em que com a sua auctoridade se conferir o beneficio, e não antes, ou depois, Tondut., *de Pension.*, Cap. 1, n. 14; e que «hæc reservatio pensionis procedat ex solo motivo, et voluntate Episcopi; non autem ex pacto, et conventione illius, cui Pensio est reservanda, et alterius, qui recepturus est Beneficium cum obligatione solvendi ejus-

modi Pensionem: omnes enim Canonistæ, et Theologi protestantur, quod debent abesse quæcumque pacta, et conventiones, alias pensio esset simoniaca, et invalida, etc.

§ 37

Continua o mesmo moderno Clericat., n. 33 e 34, declarando ainda mais, ut ibi: «Hæc tamen Beneficialistarum doctrina circa hoc septimum requisitum eget declaratione; nam vel sumitur in reservatione Pensionis, quam facit Episcopus in resignationibus Beneficiorum coram se factis ad coæquandos fructus, aut causa concordiæ ad dirimendas lites; vel etiam si Parocus senex, ac inhabilis factus renuntiet, et pro ejus sustentatione reservetur Pensio; et in his casibus, quia impossibile est impedire ne Partes inter se agant, et proponant de futura Pensionis reservatione; earum discursus, et propositio non causabit nullitatem, nec vitium simoniæ, quando ab eis non reducatur ad præcisam pactionem, et obligationem; et totum negotium remittatur ad Episcopi arbitrium et auctoritatem, Ridolphin... Gig... Noal... Paris... Sanch... Gibalin... Ugolin... Torr... Bonacin, etc. Confira-se Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 15, a n. 161.

«Vel supra relatæ doctrinæ, anathematizantes omnem pactionem circa Pensiones ab Episcopo reservandas, sumuntur in casu reservationis ad favorem Clerici pauperis, vel aliàs benemeriti? Et in hoc casu ipsa reservatio provenire debet a sola liberalitate, et voluntate Episcopi; exclusa penitus quacumque pactione, negotiatione, aut operatione ipsius Pensionarii; qui si officia sua interponeret, aut operaretur apud Episcopum, ut Beneficium daret certæ personæ, a qua Pensionem esset recepturus; in hoc casu Pensio subjaceret nullitati ac vitio simoniæ, etc.»

§ 38

8.ª Que os bispos (porque lhes não é permittido) não

imponham pensões com faculdade aos pensionarios para as poderem transferir, Gig., *de Pension.*, Q. 6, n. 5, Fragos., *de Regim. Reip.*, P. 2, L. 9, Disp. 20, § 3, n. 5. Nem podem auctorisar translações, Monacel., *Formul. Prat. Leg. For. Eccles.*, Tom. 2, Tit. 14, Tom. 7, n. 5.

§ 39

9.ª Que estas pensões não sejam estabelecidas em certa quota de fructos, mas só em dinheiro, Ferrar., verbo *Pensio*, n. 17, Luc., *de Pension.*, Disc. 40, n. 2, et Disc. 41, n. 12; bem que, se se não podem em quotas certas de fructos, podem comtudo constituir-se em medidas certas de pão e vinho, Gratian. For., C. 617, a n. 9 et 12, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 36, Clericat., *de Pension.*, Discord. 1, n. 28, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 362, Fagnan., *in Cap. Nisi essent*, n. 37, *de Præbend.*

§ 40

10.ª Que estas pensões só affectem as pessoas dos providos que n'ellas consentiram, e não affectem o beneficio, de fórma que morto o provido, que consentiu na pensão, esta se extingue, e o beneficio passa livre ao successor; porque só o Papa póde conceder pensão real e transcendente aos successores, Luc., *de Pension.*, Disc. 40, n. 4, Ferrar., n. 20, Rigant., ad Reg. 24, Cancellar., § 5, n. 157, Clericat., Discord. 1, n. 29, Begnud., verbo *Pensio*, n. 3 e 5; onde declara, que nem ainda subsiste em vida do pensionario. Se porém outra vez vagar o beneficio no mez da alternativa do bispo, póde renovar a pensão em favor do mesmo pensionario, Carvalh., *de Ordin. Milit.*, Enucl. 3, Comprov. 2, n. 48. A rasão de differença é porque as pensões impostas pelos bispos são pessoaes, e as impostas pelo Papa reaes. Vid. Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, T. 11, C. 5, a n. 15 ad 18.

§ 41

11.ª Não podem os bispos gravar com pensão os beneficios parochiaes, cujos redditos não excedam os 100 ducados que o Concil. Trid., Sess. 24, C. 13, manda que fiquem livres aos parochos, Fragos., supra, sub n. 8, Garcia, supra, ex n. 311, Clericat., *de Pension.*, Discord. 1, n. 30, Fagnan., in Cap. *Nisi essent de Præbend.*, n. 25. Nem qualquer beneficio póde gravar-se com pensão mais que nos limites da terça parte do seu rendimento; aliás se vicia o excesso, Begnudell., verbo *Pensio*, sub. n. 3.

§ 43

Quanto ao caso da pensão imposta da permutação dos beneficios. Os bispos sim podem admittir estas permutações (aindaque se não façam nos seus mezes, Jul. Capon., Controv. 71, n. 5); e mandar que aquelle dos permutantes, que recebe o beneficio mais pingue, pague ao outro alguma pensão *suo tempore duraturam ad coæquandos fructus utriusque Beneficii;* mas isto sómente *cessante pacto Partium,* Luc. Ferrar., verbo *Pensio,* n. 24, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 60. Outros DD. negam aos bispos este poder (ainda nos termos referidos debaixo do § 37), e só o attribuem ao papa. Porém Clericat., Discord. 1, n. 19 e 20, sustenta o partido dos bispos, quando n'este caso a pensão só é pessoal, ut ibi: «Tertia causa, quam Canonistæ justam recensent pro reservanda per Episcopum Pensione, est ad coæquandos fructus in permutatione Beneficiorum, si coram illo a duobus Beneficiatis fieri contingat... Alii opinantur ante dictam Pensionis reservationem fieri non posse ab Episcopo, sed opus esse auctoritate Papæ: In praxi tamen ego vidi contrarium observari... quamvis hanc praxim detestet etiam Tondut... asserens necessariam esse super hujusmodi reservatione auctoritatem Sedis Apostolicæ... qui tamen intelligendi

sunt secundum stylum romanæ Curiæ, vel de Pensione perpetua, quæ afficiat etiam Successorem in Beneficio; ita ut hæc a Solo Papa reservari possit; illa vero, quæ durat tantum durante vita Pensionarii compermutantis potest etiam ab Episcopo reservari.»

§ 44

No meio d'estas opiniões oppostas o curialista Rigancio, sobre a Regr. 40 da Chancellaria, a n. 59, se expede assim: «Facta vero Permutatione Beneficiorum inæqualis reditus coram Ordinario; quamvis DD. omnes ultro fateantur, haud ipsi permissum esse ex causa coæquandi illorum fructus perpetuam Pensionem super Beneficio pinguioris reditus favore, alterius Permutantis imponere, quam plurimi tamen existimant Pensionem præfatam rite imponi posse ad tempus, ad vitam nempe Titularis, ne illius onus transeat in Successorem in Beneficio. Sed quidquid sit de hujusmodi Sententiæ veritate inspecta Juris communis dispositione, certum est, quod juxta Laudabile Curiæ stylum Pensiones sive perpetuò, sive ad tempus super Beneficii imponere, est actus Apostolicæ Sedi unice reservatus, nec quacumque de causa inferioribus permissus».

§ 45

Quanto á pensão reservada em resignação. Sim o bispo póde admittir esta, e impor aquella a favor do resignante *ex proprio motu*, mas sem pacto, Ferrar., verbo *Pensio*, n. 25, Tondut., *de Pension.*, C. 1, n. 20 et 21, Fragos., supra, sub. n. 4 et 7; sem condição nem modo, como, v. g., ut alteri daret dimidiam partem fructuum, Jul. Capon., Discept. 253, n. 29, in fin.

§ 46

Tudo o exposto n'esta secção, e sustentando o direito

dos bispos, compendiou o Card. de Luc., *de Pension. ad Ornatum Constit. Innoc. XI.* Cap. 3, n. 9, comprovando no caso da jurisdicção dos bispos, a precisão de todas as referidas condições. Mas no ✝ *His autem sic stantibus* adverte, ut ibi: «His autem sic stantibus, quibus resultat, quod hic esset inextricabilis litium labyrinthus, sequitur, quod pene in omnimodum desuetudinem abierit usus pensionum; sed quando Ordinarius, qui potest providere Beneficium pingue, cupit, ut super illo aliqua reservetur pensio, curat, ut ille, qui provisionem habuit, obtineat a Dataria novam provisionem Beneficii; istaque occasione fiat reservatio pensionis eo modo, quo fit in provisionibus reservatorum, vel affectorum; dum Dataria non solet revalidare, vel approbare istas reservationes quæ fiant per Ordinarios, ac propterea non veniunt desideranda dicta requisita: Et per consequens Ordinarii curant ita obtinere reservationes pensionum ad favorem conjunctorum, vel familiarium: Ideoque circumspecte Dataria in hoc procedere debet, neque se facilem reddere.» (Duvido que muitos bispos, desprezados os seus direitos, abracem o conselho d'este curialista.)

§ 47

Tambem os bispos, quando dois litigam sobre um beneficio, podem por bem da paz, adjudicando a um o beneficio, impor pensão a favor do outro, mas só vitalicia, durante a vida d'aquelle que a ha de satisfazer, sem que a obrigação transcenda ao successor no beneficio, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 68, n. 27, 28 e 29; e alem dos DD. ahi citados Tondut., *de Pens.*, C. 1, n. 7. Bem que muitos DD. fazem n'este caso transcendente a pensão ao successor no beneficio, Fragos., P. 2, L. 9, Disp. 20, § 3, n. 3, Sabell., § *Pensio*, n. 3. A primeira das ditas opiniões, reprovada a segunda, segue com outros DD. Rigant., ad Reg. 24, Cancellar., § 5, a n. 156. O mesmo Clericat., Discord. 1, a n. 18, passa com a indistincta proposição, que auctorisa n'este caso o bispo. Tondut., *de Pension.*,

cap. 39, propondo as opiniões, delibera no n. 11 que «*ad evitandum omne dubium consultius est recurrere ad approbationem Summi Pontificis*». Porém este escrupulo de Tondut. é magistralmente refutado por Valeron., *de Transact.*, T. 3, Q. 6, n. 17, depois de ter sustentado com graves DD. no n. 16 a opinião, que a pensão assim imposta pelo bispo é transcendente ao successor no beneficio. As suas rasões são genuinas.

§ 48

Adverte porém o mesmo Valeron., n. 14, que para ser válida n'este caso a imposição da pensão, devem concorrer estes requisitos: «Primo ut transactio pro pace, et concordia principaliter, non pro pretio fiat. Secundo, quod non fiat prædicta transactio per Partes, sed per Judicem et ex officio. Tertio, quod fiat per Judicem Ordinarium, vel Delegatum Papæ datum ad providendum de illo beneficio. Quarto, ut is, qui remanet cum beneficio habeat jus ad illud: Omnisque Collusio cessare debet; nam si duo perfunctorie litem curent eo animo, ut litis prætextu pensionem imponerent, transactio nulla esset». Tambem o mesmo Valeron., n. 19, adverte: «Illud vero notandum est, quod licet Episcopum ex officio tantùm, et absque prævia Partium conventione, imo nec tractatu eorum præcedente, pensionem imponere debere plures affirment, quos refert, et sequitur, Garcia, *de Benef.*, P. 1, cap. 5, a n. 341, id tamen non adeo stricte intelligendum esse; nam si litigantes rem totam Episcopo exponentes, prius de concordia et pensionis impositione tractaverunt, cum ordine tamen et submissione ad scientiam, et consensum Episcopi, nihil prohibet hujusmodi tractatum fieri, ut tecte tenet cum aliis Gibalin., supra, n. 7, ubi optimum argumentum deducit ex permutationibus beneficiorum, in quibus hujusmodi tractatus de renuntiando, et permutando in hunc sensum adhibitum, non prohiberi asserit, et multis comprobat. Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, cap. 15, n. 162, conf. § 37; pactio enim illa prohibita est, quam partes firmam esse

voluerunt absque superioris assensu, de eaque loquuntur text. in cap. Constitutus, Cap. Præterea 1 et 2, *de Transact.*, Cap. cum pridem de Pact., non quæ in ordine ad superioris assensum obtinendum tractantur».

Nota: Já vimos no § 45 o conselho do Card. de Luc., que repete no outro *Tract. de Pens.*, Disc. 39, n. 1, et Disc. 40, n. 8; conselho que tambem dão Tondut., *de Pens.*, cap. 1, n. 26, e Clericat., Discord. 15, n. 4; isto é, que, para evitar o escrupuloso de tantos requisitos nos casos em que os bispos podem impor pensões, se recorra á curia romana; e ainda mesmo para serem reaes transcendentes ao successor no beneficio. Mas eu tenho visto n'este reino bispos illuminados, que, sustentando os seus primitivos direitos, impõem nas collações dos beneficios pensões vitalicias sem recurso á curia romana. Tenho visto que, para pensionarem os beneficios parochiaes, não lhes faz embaraço a bulla de Benedicto XIII, de 1724, que transcreveu Ferrar., verbo *Pensio*, sub. n. 28; e isto ou seja: 1.°, porque, se as rasões proemiaes d'esta bulla declamam contra o odioso abuso das pensões, e para que em nenhum caso se admittam pela curia romana em beneficios parochiaes; se a curia não olha esta bulla, têem rasão os bispos para não a olhar nos casos em que as podem conceder sobre taes beneficios; ou seja, 2.°, porque os bispos se persuadiram que aquelle papa os não podia privar dos seus primitivos direitos, ou que não fôra recebida n'este reino, como o prova a contraria observancia; ou seja, 3.°, porque ella teve as suas vistas mais fixas na Italia, ut ibi: *præsertim in Italia*, etc.; e teve por fundamento especial o perverso costume de porem os padroeiros, como a lanços em feira, as apresentações a quem offerecesse maior pensão; ou seja, 4.°, porque a curia geralmente não a observa, admittindo pensões sobre beneficios parochiaes, e multiplicadas, até que só ao titular fiquem os cem ducados de oiro da camara.

SECÇÃO III

Quanto ao grão-mestre de Malta, quando e como possa impor pensões nas datas das suas commendas e dignidades

§ 49

D'estes diz o Card. de Luc., *de Pension. ad Ornat., Constit. Innoc. XI,* Cap. 3, n. 10, ut ibi: «Magnus Magister Hierosolymitanæ Religionis ex stablimentis Religionis, et Apostolicis Constitutionibus habet hanc facultatem reservandi super Commendis, et Prioratibus Religionis Pensiones, cum restrictione tamen ad professos ejusdem Ordinis, concessa solum sibi habilitate per novas Reformationes Capituli Generalis anni 1631, concedendi Pensiones pueris, et adolescentibus, quamvis non professis, qui in certo numero addicti sunt ejus servitio, vulgo Paggi nuncupati, unde intrat quæstio, an sint capaces retinendi has Pensiones, quamvis professionem non emittant, postquam demissi ab hoc servitio, expleverint illam ætatem, in qua profiteri tenentur, aliasque ista facultas restrictiones patitur, et præsertim, ut exerceri non possit super Commendis Cabimenti, neque excedere possit quintam partem fructuum, minusque exerceri cum debitoribus Religionis.» O mesmo que n'este logar sumou o Card. de Luc., elle mais largamente o havia antes exposto no outro *Tract. de Pension.*, Disc. 42 e Disc. 89. Conf. Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 62, tetigit Ferrar., verbo *Pensio,* n. 33.

§ 50

Porém o mesmo que fica dito, quanto aos bispos (Sect. 2.ª): «Idem dicendum est de reservatione Pensionis facta authoritate Magni Magistri Ordinis Melitensis; qui licet possit reservare Pensiones illis, qui suas Commendas resignant, vigore facultatis sibi per Sedem Apostolicam

concessæ, non tamen illi Pensiones reservare pacto contrahentium firmatas, sed egent, tanquam prohibitæ, auctoritate Apostolica. Et ideo consultius est, ut Pensionum expeditionis fiant coram Summo Pontifice propter præcedentes Partium Conventiones.... (Et n. 24) Et ideo Magnus Magister Ordinis Melitensis nec Pensiones pacto firmatas approbare, nec in favorem aliorum, quam resignantium Pensiones reservare potest.» (Mas isto de direito antigo antes do capitulo geral de 1631, ut supra, § 49).

SECÇÃO IV

Quanto aos senhores reis d'este reino, como governadores e perpetuos administradores das ordens militares

§ 51

O nosso dr. Lourenço Pires Carvalho, no *Tract. de Ordin. Militar.* Enucleat. 3, pag. 400, firma esta proposição: «Statuitur igitur posse Supremum Ordinum Magistrum pensiones imponere in eorum Commendis, illasque conferre personis, quæ debitis gaudeant qualitatibus a definitionibus assignatis, prout sibi libuerit, vel potius fas visum erit; Resolutio hæc similiter multifarie comprobanda est, ex rationibus scilicet, Jure Communi, Definitionibus, et Diplomatibus Apostolicis. Opus universum octo comprobationibus inferius absolvetur. Prima eruetur ex rationibus ipso jure munitis. Secunda ex jure Communi. Tertia ex Definitionibus Hispanis. Quinta ex Diplomatibus Pontificiis Universalibus. Sexta ex Diplomatibus Concessis Lusitaniæ. Septima ex Diplomatibus concessis Hispaniæ. Octava ex auctoritate Doctorum». Com effeito, Carvalho desempenha as provas d'esta proposição por todos estes oito modos.

§ 51

Porém adverte o mesmo Carvalho, pag. 444, a n. 69,

e demonstra Pereir., *de Man. Reg.*, Cap. 55 (edição de Leão), que os senhores reis, emquanto grão-mestres d'estas ordens, são como ordinarios, e prelados regulares com jurisdicção quasi episcopal que exercitam por seus ministros. E por isso podem impor as pensões só em favor de pessoas professas das mesmas ordens e só nos casos em que os bispos (sect. 2), e em que o grão-mestre de Malta (sect. 3) as podem impor. Podem pela mesa da consciencia aceitar permutações de beneficios, Pereir., supra, n. 22, mas sem pacto algum; porque com elle nem ainda aos bispos e maltezes é permittido.

SECÇÃO V

Quanto aos nossos reis nas apresentações dos bispados e beneficios de que são padroeiros

§ 52

Temos no nosso reino exemplos de se pensionarem os bispados na sua vacatura, e, consentindo os bispos eleitos até a quarta parte dos seus redditos, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 63, e outros beneficios do real padroado a instancias dos nossos Reis. Porém adverte o Card. de Luc., *de Pension.*, Cap. 3, n. 11, que «opinatur vulgus cujus judicium effornari non solet scientifice a ratiocinio. vel discursu, sed ab eo, quod videt de facto, quod aliqui Reges, et Principes, præsertim ultra montes, qui habent jus præsentandi vel nominandi ad aliquas Cathedrales, et Metropolitanas, ac Abbatiales habent hanc facultatem reservandi super eis Pensiones, dum istæ ab illis pro libito conceduntur, et distribuuntur personis eis gratis et benemeritis. Dicenda vero est opinio vulgi ignari; quoniam reservatio fit per Papam in actu providendi Ecclesias in Consistorio, vel extra pro personis nominandis, quæ nominantur postea per dictos Reges, vel Principes, sub hac

lege consensum tali reservatioui præstantes; et sic est simplex nominatio eodem modo, quo sequitur in ipsarum Ecclesiarum provisionibus, ideoque facta nominatione, nominati debent expediri Litteras Apostolicas, sine quibus Pensiones exigere non possunt». Assim é que praticaram sempre os nossos reis.

Nota: Na Hespanha se pensionam os bispados do real padroado na terça parte dos seus redditos, Paris, *de Resignat.*, L. 6, Q. 2, n. 39, Card. de Luc., *de Pension.*, Cap. 5, n. 6. Os mesmos exemplos antigos do nosso reino já no seu tempo os attestou o Card. de Luc., supra, proxime ibi: «Vel dummodo (Pensiones) non excedant quartam partem, ut practicatus in Ecclesiis, quæ sunt ad præsentationem Regis Portugalliæ, tam in ipso Regno, quam in Indiis, etc.» (Veja-se ao diante o § 60.)

SECÇÃO VI

Quanto aos juizes arbitros; quando e como

§ 54

Do Cap. *Nisi essent de Præbend.*, deduzem os DD. com os quaes Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 68, n. 31, esta conclusão: «Judices Delegati, et Compromissarii, in quorum arbitrium litigantes omnia contulerunt, possunt pro bono pacis uni Beneficium conferre, et alteri reservare Pensionem in vita Beneficiati Titularis, ex Text. expresso in d. Cap. *Nisi essent;* ita DD. per hunc Textum... talem Pensionem non habere vitium simoniæ, quia non reservatur ex conventione Partium, sed ex jussione Judicum, etc.» Alguns DD. seguindo a Gloss. do d. Cap., verbo *ex jussione*, os quaes refere o mesmo Osor., n. 14, exigem, que se recorra ao Papa a pedir confirmação da sentença dos arbitros, para com essa auctoridade ficar estabelecida a pensão, ainda mesmo assim vitalicia. Porém o mesmo Osor., desde o n. 50 até o n. 57, responde admiravelmente á glossa e a essa opinião.

§ 54

Bem entendido, que os dois litigantes sobre o beneficio devem fazer um compromisso puro sem pacto ou condição alguma, nem ainda (quanto a mim) lembrança mental, de que os arbitros, julgando o beneficio a um, constituam pensão em favor do outro; pois, intervindo tal pacto, cessa o d. Cap. *Nisi essent de Præbend.*, aonde o papa só tolerou a sentença dos arbitros *non quidem ex pactione partium, sed ex jussione judicum.* Se entre os litigantes houvesse collusão, e a demanda fosse dolosa só para esse fim, procedem as doutrinas já referidas no § 47.

Nota: Vejo que Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, Cap. 3 (que seguiram Rieg., P. 3, § 277, e Eybel, Tom. 4, sub § 448), analysou de outro modo o d. Cap. *Nisi essent de Præbend.;* contendendo que o papa tolerou essa pensão para evitar maiores males, e ainda só approvou essa pensão justa *ex parte dantis;* e não *ex partes recipientis* (o que mais confirma Van-Esp., no Cap. 4, a n. 17). Pelo que não devia nem deve servir de exemplo a decisão d'este Cap. Porém, deixando as rasões bem suasorias da justiça *ex parte recipientis,* que ponderou Osor., supra, a n. 50 ad 57, vemos no mesmo Osor., a n. 5, assim entendido e praticado *in judicando* o d. Cap. As partes fizeram o compromisso conforme a formula ahi transcripta n. 6 (que póde servir de modelo para outros), e os juizes, fundados no mesmo compromisso, e no mesmo Cap. proferiram a sentença, que se lê n. 6. Quem for escrupuloso recorra á curia pedindo confirmação da sentença dos arbitros.

CAPITULO VII

Pessoas em favor das quaes se podem reservar e constituir pensões: 1.°, em favor dos resignantes; 2.°, dos permutantes para regular a igualdade; 3.°, dos padroeiros pobres; 4.°, e geralmente em favor de outras pessoas necessitadas.

SECÇÃO I

Em favor dos resignantes

§ 56

Debalde se fatigou Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 11, C. 3, n. 18 (que seguiu Rieg., P. 3, § 277) em mostrar que a resignação não é titulo juridico, que justifique no resignante a pensão. Não faço aqui digressão a mostrar que as resignações *ad favorem* são admittidas na curia desde o anno de 1159, ex Rigant. *ad Reg.*, Cancell. 45, a n. 3. A mesma regra 45 permittiu indistinctamente as resignações com pensão em favor do resignante. Innocencio XI, pela bulla, que transcreveu Ferrar., verbo *Pensio*, n. 8, Benedicto XIV, pelas que transcreveu Rigant. á d. Regr. 45, § 2, a n. 186, as tolerou debaixo de certas modificações; e finalmente a curia romana nunca deixou de permittir as resignações com pensão em favor do resignante; bem que as resignações sempre se impetram com causa de velhice, enfermidades, tantos annos de serviço da igreja, etc.

Nota: Já Paris, *de Resignat.*, L. 6, Q. 2, a n. 66, havia sustentado, que em segura consciencia se póde renunciar o beneficio nas mãos do papa com reserva da pensão ainda precedendo pacto, *maxime* revestindo-se este com a clausula *Si Sanctissimo Domino placuerit*. E acrescenta que «quidquid sit de jure, vel dicant Doctores antiqui, hodie de stylo est permissus tractatus; adeo ut in Mandato, et supplicatione di-

catur, quod renuntiat reservata pensione, et hoc toleratur a Summo Pontifice». Conf. Rieg., P. 2, §§ 352 et 353.

§ 56

Ha uma differença (quanto ao regresso ao beneficio por falta de pagamento de pensão) entre o caso em que a resignação se faz na formula antiga, de qua Begnudell., verbo *Pensio,* n. 67 et 72; ou conforme a formula nova e moderna, *de qua* Barbos., *de Pension.*, Q. 9, n. 1, Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 11, n. 15, Luc., *de Pension.*, Disc. 12 e segg., formula em que se condiciona, ut ex Barbos., supra, ibi:

«Ad præcavendas hominum malitias, quia eo animo beneficia sibi resignata capiunt cum reservatione certæ annuæ pensionis, ut illam nunquam solvant, et sic Resignantes eludant, solet Papa favore Resignantium clausulam regressus in Bullis Apostolicis reservationis pensionis hujusmodi inserere, et mihi in hac formula concessit verba=Tibique, quod Balthasare, aut aliquo ex successoribus prædictis in solutione pensionis per præsentes reservatæ hujusmodi modo et forma præmissis facienda in toto, vel in parte cessante, aut deficiente, vel illam ad minorem summa reduci, annullari, vel invalidari petente, seu procurante, aut pensionem per præsentes reservatam hujusmodi ex quavis causa nullam, et invalidam, seu male, et nulliter assignatam esse dicente, vel allegante, liceat tibi ad dictam Thesaurariam liberos habere accessum, et regressum: illiusque corporalem, realem, et actualem possessionem per te, vel per alium, seu alios nomine tuo propria auctoritate libere apprehendere, ac tam tui prioris tituli, quam earumdem præsentium vigore, quas vim validæ, et efficacis provisionis tibi de illa ex tunc et e contra Apostolica auctoritate factæ habere volumus, absque alia tibi desuper de novo facienda provisione.»

Este é o estylo já no seu tempo attestado por Paris, *de Resignat.*, L. 6, Q. 3, n. 4, aonde transcreve a mesma

formula, que se costumava já inserir em todas as bullas de resignação com reserva de pensão para o resignante; e tambem Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, C. 9, n. 15.

§ 57

No primeiro dos ditos casos, quando a bulla não é roborada com estas clausulas, faltando o resignante á solução da pensão, não póde o resignante ter regresso ao beneficio, sem que primeiro se proceda contra o pensionario *juris ordine servato*, e por tres conformes se julgue incurso no perdimento do beneficio para o resignante; e ainda o resignatario póde purgar a mora e evitar o regresso, pagando as pensões decursas. Mas no segundo caso, logoque o pensionario ou cesse de pagar a pensão ao resignante, ou se proponha disputar a nullidade da pensão, ou pedir reducção d'ella, etc., póde logo o resignante pedir o regresso summaria e executivamente, citado o pensionario, ou queixar-se o espoliado, intentando o remedio do espolio da sua posse, de que não cedeu senão condicionalmente, e debaixo das condições de se lhe pagar promptamente a pensão, sem disputa alguma. Vejam-se largamente Barbos., d. Q. 9, Tondut., *de Pension.*, Cap. 45 et 46, Paris, *de Resign.*, L. 6, Q. 3, Van-Esp., supra, Luc., *de Pension.*, Disc. 12 et segg. et Disc. 74 et *ad ornat. Constit. Innoc.*, Cap. 16, a n. 20, et *de Judic.*, Disc. 43, n. 19, Begnudell., verbo *Regressus*, Rigant., ad Reg. 26, Cancellar., a n. 160. Sed vide infra § 99.

D'esta acção se tratará mais largamente no Cap. 31, e no § 99.

SECÇÃO II

Em favor dos permutantes dos beneficios

§ 58

Não se duvidando ser permittida a permutação dos beneficios com causa, e ainda só a maior commodidade de um dos permutantes, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, Cap. 15, a n. 172, e fazendo-se a permutação com as solemnidades e requisitos que exige o mesmo Barbos., a n. 156, ninguem jamais duvidou que póde haver pensão para regular a igualdade dos redditos, Cap. 6, *de Rer. Permut.* (vej. § 10); só sim tem sido muito disputado, se os bispos, que aliás podem auctorisar as permutas, podem impor aquella pensão ao menos vitaliciamente, sem gravar ao successor do beneficio mais pingue (§§ 42 e 43); quanto porém a ficar essa pensão real, e affectando o beneficio, é sem duvida dever intervir a auctoridade apostolica.

§ 59

Na permuta dos beneficios com esta pensão se dá uma reciproca resignação, que induz verdadeira vacatura de ambos e de cada um dos beneficios, Barbos., supra, n. 166, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 34, n. 4, Luc. Ferrar., verbo *Resignatio,* n. 75. Em consequencia: 1.°, é preciso o consentimento dos padroeiros, ou o padroado seja da corôa, ou como secular, ou mixto, Osor., supra, a n. 5; se com sciencia de serem do padroado os beneficios abusam do direito dos padroeiros, ou perdem Osor., a n. 15; 2.°, que fazendo-se a permuta condicional, sendo com mutua resignação, *maxime* com as clausulas referidas, § 56; faltando o pagamento da pensão terá o resignante o regresso ao beneficio, *de quo* § 57.

O mais que pertence á validade ou nullidade das permutações dos beneficios, e regresso ao permutado se veja em Tondut., *de Pension.*, Q. 16, Rigant., sobre a regra 40 da chancellaria, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 34, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, Cap. 15, Begnud., verbo *Permutatio*, Ferrar., supra, a n. 57.

SECÇÃO III

Em favor dos padroeiros das igrejas, ou de pessoas que elles nomearem

§ 60

«Solet Apostolica Sedes, citra motum proprium pensiones reservare in gratiam eorum, qui aliquam habent participationem, vel jus in onerandi Beneficii provisione; puta ad supplicationem, vel nominationem Patroni, ut frequentius contingit in Ecclesiis, quæ ad Regum vel Principum providentur; et in his stylus est reservandi pensiones cum clausula, dummodo tertiam partem fructuum non excedant, quod onus est Pensionarii justificare, nisi Titularis asserendo se informatum, dicta non adesse excessum, atque in se onus probandi contrarium assumat; vel etiam ad Supplicationem Patroni privati, seu Ordinarii, qui cupiens super Beneficio ejus liberæ collationis reservari pensionem ad favorem personæ sibi gratæ, curet accipi Provisionem Apostolicam, sine qua dicta reservatio non conceditur: hisque casibus pensio sub narrativa certi valoris per ascensum reservari solet, cum Papa nollit, nisi moderate gravare; ideoque dicti valoris justificatio necessaria est, nisi pariter Provisus, asserendo se informatum, onus justificandi in se assumat.» Assim o Card. de Luc., Tom. 13 *de Pens.*, in Summ. § 5.

§ 61

O mesmo Card. de Luc., no outro *Tract. de Pension. ad ornat. Bull.*, Cap. 3, n. 11, declara mais, ut ibi:

«Quoniam solent quidem Patroni curare reservationem Pensionum pro personis sibi gratis, quando pinguia sunt Beneficia; sed id fit per Papam, et Datariam, eodem modo quo in Ordinariis est superius dictum; quamvis in hoc stylus non sit semper uniformis, sed ille pendeat a genio, et Sensu Pontificis pro tempore regnantis, cum aliqui Pontifices consueverunt nimium esse ad id faciles, alii vero e converso nimium difficiles, adeo ut raro, et nisi ex valde justa causa id admittatur; istaque est praxis præsentis Pontificis; ideoque non est materia capax certæ regulæ. Videtur tamen, quod utrumque extremum sit vitiosum, cum nimia facilitas causare soleat, ut Patroni præsentent parum dignos, qui sunt promptiores ad ferendum onus pensionis; et e converso durum videatur, ut qui habet jus præsentandi ad pingue Beneficium a suis majoribus fundatum cogatur extraneum ditare, et non possit aliquem ejus filium, vel conjunctum indigentem de aliquo honesto subsidio providere: Ideoque pro facti qualitate, et circumstantiis materia regulanda videtur.»

SECÇÃO IV

Em favor de outras pessoas, e de quaes?

§ 62

«Attenta itaque dispositione, intentione, seu ratione juris communis, quilibet, absque status, gradus ætatis, vel qualitatis differentia est Pensionum Ecclesiasticarum capax, ob rationem superius Cap. 2 assignatam, quod Pensio nullum jus in re vel ad rem tribuit in Beneficio Ecclesiastico Pensionario, qui propterea nullam habet participationem in administratione; ideoque Pensio de sui natura importat quid mere temporale; et per consequens, etiam sæculares, imo infantes et mulieres sunt ejus capaces.» Confiram-se o mesmo Luc., Tom. 13, *de Pension.*, Disc. 10,

n. 5, Luc. Ferrar., verbo *Pensio,* n. 34 e 35. N'este sentido firma Gibert., *Corpus Jur. Canon.*, Tom 3, Tit. 9, Sect. 7, Regul. 14, esta regra: «Pensionis capax est omnis indigens, si ut eleemosyna consideretur; sed si spectetur, ut merces data pro servitio præstito, vel præstando Ecclesiæ: quicumque illud præstitit vel præstare potest, capax quoque est pensionis eo modo spectatæ. Hinc laico, sicut et Clerico assignari potest: late sumpta laico, Clerico tantum stricte sumpta; cum illius capax sit laicus ut Clericus; istius vero solus Clericus».

§ 63

Porém pela Const. 62, de Sixto V, e pela Const. 73 de Pio V, e pelo estylo da curia romana se não concedem pensões senão aos clerigos com exercicio e privilegio clerical, Ferrar., verbo *Pensio*, n. 36, Luc. d. Cap. 4; mas isto «quoties papa *non faciat reservationem ad favorem sæcularis*», Luc., supra, Clericat., *de Pension.*, Discord. 3, tot., aonde diz que, para se conceder a pensão a favor de secular, se costumam dispensar as ditas constituições.

§ 64

Com effeito, assim vemos pelo estylo da curia, revogando-se as ditas constituições; basta a idade de sete annos para se obter pensão, como declarou a sagrada congregação do concilio, a 22 de março de 1627, Ferrar., supra, n. 41, aonde acrescenta, que este é o estylo da Dataria. Conf. Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, Cap. 11, n. 42, Card. de Luc., *ad Concil. Trid.*, Disc. 12, n. 5, Sabell., § *Pensio*, n. 1.

§ 65

Assim vemos quotidianamente concedidas pensões a pessoas leigas *in quocumque statu*, a casados, a militares que seguem as campanhas, etc. Ainda mesmo em Rigant.

á Regr. 8 da Chancellar., § 2, a n. 174, vemos concedidas pensões a mulheres do nosso reino (e de outros), maxime quando freiras e abbadeças. Mas tudo graças especiaes, com derogação das ditas constituições pontificias.

§ 66

Concedem-se aos excommungados, que, para o fim de as poderem obter, são absolutos nas letras, Ridolphin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, C. 9, n. 57. Mas os filhos espurios de clerigos são incapazes de obterem pensões sobre os fructos dos beneficios que seus paes obtem ou obtiveram, *Concil. Trid.*, Sess. 25 de Reform., C. 14: se porém são legitimos, que o pae tivesse de matrimonio antecedente, podem obter as pensões, e não milita com elles o tridentino, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 42 e 43, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 64 e 65: «At vero pater Clericus habens facultatem pensionem, quam possidet, transferendi, illam transferre potest in filium Clericum, etiam illegitimum dispensatum, simpliciter ad Beneficia, et Pensiones... quia Concil. Trident. d. C. 15 loquitur, quando Pensio reservata super Beneficio, quod habuit pater... Unde Sacr. Congreg. Concil. censuit Clericum reservatarium pensionis annuæ scutorum ducenta super Ecclesia, quam ipse nunquam obtinuit, posse transferre medietatem ad favorem sui filii illegitimi». Conf. Luc. Ferrar., supra, n. 44.

§ 67

Os maltezes, como religiosos professos, só são capazes de receber pensões das commendas e beneficios da sua ordem (§§ 48 e 49), mas não são habeis para as receberem impostas em outros beneficios, sem dispensa pontificia, Ferrar., n. 49 e 50. Da mesma fórma todos os outros regulares, só com aquella dispensa podem obter pensões em beneficios seculares, Ferrar., n. 51, Tondut., *de Pension.*, Cap. 77, n. 40, Barbos., *de Jur. Eccle-*

siast., L. 3, C. 7, n. 52, Clericat., *de Pension.*, Disc. 3 n. 19.

§ 68

Os illegitimos são geralmente incapazes de pensões clericaes (aliter das temporaes); mas sendo dispensados para ordens, o ficam em consequencia para obterem essas pensões, independente de outra dispensa, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 26, 27 e 28. Se os irregulares, que o são por alguma irregularidade juridica, são incapazes de pensões, disputam os DD.; mas prevalece a opinião affirmativa, Ferrar., n. 57. Vej. Luc., *de Pension.*, C. 4 n. 13, Tondut., *de Pension.*, C. 67 e 68.

§ 69

O militar, aindaque sem especial graça, é incapaz de pensão; se comtudo elle, logoque a pensão se lhe reserva, deixa a milicia, póde gosar a pensão sem nova graça, Luc., supra, n. 14.

PARTE II

Impetração das bullas das pensões; sua justificação, e traslação das pensões constituidas

CAPITULO VIII

Deve na impetração narrar-se a qualidade e natureza do beneficio, em que se impõe a pensão; e o citado d'elle, se vago, se pleno

§ 70

Já vimos no Cap. 6, a § 27, que o papa não póde impor pensão em beneficios da corôa, ainda quando em donatarios, sem seus expressissimos consentimentos: já vimos, a § 28, a variedade de opiniões, e a distinctiva, sobre ser ou não preciso o mesmo consentimento dos mais padroeiros leigos: é preciso que na supplica se narre a qualidade e natureza do beneficio pensionado. Se o papa na bulla faz menção de intervir este consentimento do padroeiro, entra a presumpção de que elle precedeu, Rigant., *ad Reg.* 45, Cancell., § 2, n. 169: porém, ainda que a asserção do papa e seus officiaes é muito respeitavel; comtudo, e quanto aos padroados da corôa, como é necessario aviso, que costuma ficar registado na secretaria de estado, se no livro dos registos se não acha tal aviso, esta prova negativa ha de prevalecer á asserção da bulla, ex Parex., *de Instrum. Edit.*, T. 7, Resol. 10, n. 12.

§ 71

Quanto ao consentimento de qualquer padroeiro leigo, que não seja a real corôa, diz Tondut., *de Pension.*, Cap. 25, n. 15 e 16, ut ibi: «Patroni vero consensus variis modis intervenire potest. Primo quando interponitur in ipsa conventione, et tractatu facto inter resignantem et resignatarium. Secundo, si in actu per eum facto nominationis et præsentationis factæ jure, et sine ulla reservatione; ipse tamen Patronus pensionem ad libitum resignantis reservari consenserit. Tertio, quando Patronus ante expeditionem provisionum facit instrumentum declaratorium suæ voluntatis. Quarto, si post perfectam expeditionem ipse ratificat pensionis reservationem, et illi consentit; quo consensu præstito, Patronus variare non potest, aut ab illo recedere». O Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 94, n. 8, admitte prova d'este consentimento do padroeiro por conjecturas, e entre ellas o lapso de mais de dez annos com a effectiva percepção da pensão, amizade do padroeiro, e pensionario, etc. Conf. Begnudell., verbo *Resignatio*, n. 15.

§ 72

Este consentimento póde prestar-se pelo tutor do pupillo, não sendo muito excessiva a pensão, e havendo justa causa; mas não o póde prestar o usufructuario, Tondut., *de Pension.*, Cap. 25, a n. 21.

§ 73

Quando o beneficio não é do padroado real ou particular; assim como para a resignação «debet exprimi qualitas beneficii resignati; debet exprimi nomen Sancti illius Ecclesiæ; debet exprimi, an Beneficium sit in Cathedrali; an Beneficium sit curatum; an requirat residentiam; si habet dignatatem, et quam; si est regulare; et resignata-

rius est secularis, vel e contra; si est Juris Patronatus, si est alteri annexum; si est manuale.» Begnudell., verbo *Resignatio*, n. 109: similhantemente quando se impetra a bulla de pensão, Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 38, n. 2, e Disc. 43, n. 4, Clericat., *de Pension.*, Discord. 8, n. 22.

§ 74

Não se fazendo pois narração d'estas qualidades do beneficio pensionando, é nulla a pensão, Garcia de Benef., P. 5, C. 3, a n. 120, Luc., *de Pension.*, Disc. 38: e isto «ex ratione præsumptio cessat, ubi contraria, et expressa, vel etiam præsumpta probatio accedat». Idem Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc.* XI, Cap. 10, n. 14: «Idemque ex eadem ratione, et cum eadem declaratione, quando agitur de nova reservatione pensionis super beneficio Juris Patronatus laicorum; magis vero ubi sunt de Jure Patronatus Regio, sine istius qualitatis mentione.

§ 75

Deve tambem declarar-se: se o beneficio está vago ou pleno, e vivo o titular que impoz n'elle alguma pensão em favor de terceiro, que affecte o beneficio ao successor. Esta casta de pensão, vivo o titular, e pleno o beneficio é muito delicada, pelas màis das vezes fraudulenta e simulada, e por isso muito odiosa. Veja-se o Card. de Luc., *de Pension. ad Ornat.*, Cap. 8, tot.

CAPITULO IX

Deve narrar-se se o beneficio que se pretende pensionar está onerado com outra pensão; se o está, e se supprime esta circumstancia, em que casos será nulla, ou valida a nova pensão?

§ 76

Tudo quanto n'este artigo de jurisprudencia ecclesiastica escreveram os beneficialistas, recopilaram Tondut., *de Pension.*, Cap. 44, o Card. de Luc., *de Pension.*, Cap. 10, a n. 8, Clericat., *de Pension.*, Discord. 18, a n. 11, Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 11, C. 8, a n. 4; e sobre todos o moderno Rigancio (que mereceu de Benedicto XIV os elogios, que vemos no seu *Tract. de Synod. Diœces.*, L. 9, C. 2, § 6, C. 7, § 6, L. 13, C. 10, § 20), sobre a regra 55 da chancellaria desde o n. 180, até o n. 202, que transcripto cumpre todo o projecto d'este capitulo, ut ibi (citando para prova das suas conclusões os melhores, e mais classicos DD., de cuja citação me dispenso): «Quod tamen intelligendum, dummodo Pensio quæ prius percipiebatur, imposita sit super fructibus alterius beneficii, quam illius, quod nova Pensione gravatur; nam si hæc super eodem Beneficio imponatur; tunc pro validitate illius reservationis necessaria prorsus est expressio antiquæ, sive nova Pensio reservetur favore illiusmet, cui antiqua reservata reperiebatur; sive favore alterius; aliàs Gratia novæ Pensionis redditur subreptitia ex defectu verosimilis intentionis Papæ, qui non censetur voluisse duplici onere Ecclesiam gravare. Et hæc nullitas novæ Pensionis ob omissam mentionem antiquæ super fructibus ejusdem Beneficii reservatæ, inducitur ipso jure, non autem opere excepcionis; adeo ut, nec cassata antiqua Pensione reviviscat; nec consensus Beneficiati operari potest ejusdem secundæ Pensionis validitatem. Idque pluribus modis ampliatur».

«Et primo nulla est reservatio novæ Pensionis super fructibus ejusdem Beneficii impositæ; quamvis mentio antiquæ omissa fuerit non ex dolo, et malitia, sed ex probabili et justa illius ignorantia. Tum quia in hac materia non attenditur intentio Partium, sed Pontificis Pensionem reservantis, qui, ut diximus, non censetur novo onere voluisse gravare Beneficium, nisi de præcedenti expressa ei mentio facta fuerit. Tum quia, cum jura mandent pro valida impositione novæ Pensionis necessariam esse mentionem antiquæ super ejusdem Beneficii fructibus impositæ, locum sibi vindicat recepta Theorica, quod ubi reticetur id, quod de jure est exprimendum, Gratia corruit.»

«Ampliatur secundo, etiamsi Beneficii fructibus capaces sint utriusque Pensionis, nam reticita antiqua Pensione, semper urget defectus intentionis Papæ gravandi novo onere Ecclesiam.

«Tertio ampliatur, quod, omissa mentione antiquæ Pensionis, nova est nulla in totum, nec locus est illius reductioni, ita ut, si antiqua Pensio sit Ducatorum 50, et nova Ducatorum 100 non potest hæc sustineri pro rata Ducatorum 50. Ad differentiam casus, quando in literis reservationis novæ Pensionis impositæ super fructibus ejusdem Beneficii, facta fuerit expressio antiquæ in minori summa, vel non omnes Pensiones, sed nonnullæ bona fide, et absque dolo expressæ fuerint, concurratque verosimilis mens Pontificis; tunc enim fit proportionabilis ejusdem novæ Pensionis reductio pro illa rata, quæ correspondet vel majori summæ antiquæ Pensionis, vel Pensionibus non expressis.

«Quarto, omissa mentio antiquæ Pensionis nullam, irritamque reddit reservationem alterius, esto in literis adsit clausula (et si postmodum verificata) =dummodo remaneant centum pro rectore=; quæ verosimilem præ se ferre videtur Pontificis voluntatem, ut adhuc habita scientia antiquæ Pensionis, reservasset novam, per quam congrua pro Rectore diminuta non remaneret. Siquidem clausula præfata non respicit favorem Pensionarii, sed ipsius

Titularis habentis cæteroquin intentionem in jure fundatam pro nullitate novæ Pensionis, ob omissam mentionem antiquæ; unde in illius odium retorqueri non debet; et quia etiam hoc casu militat eadem ratio, quod Papa non censetur voluisse gravare Beneficium duplici onere. Quemadmodum altera clausula in iisdem literis adjici solita =Non obstant. constitutionibus, et qualibet alia dictæ Sedis indulgentia=, tanquam executiva, removet solum ea, quæ possunt obstare expressis; non autem ampliat Gratiam reservationis novæ Pensionis, quæ nulla est ex defectu mentionis antiquæ, præ se ferente itidem defectum intentionis Papæ.

«Postremo, ob omissam specificam mentionem antiquæ, nulla est reservatio novæ Pensionis, quamvis motu proprio a Papa expleta fuerit; quia motus proprius tollit solum defectum subreptionis; non vero intentionis Papæ». (Conf. Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 63, n. 11.

LIMITAÇÕES

«At e contra nonnulli sunt casus, in quibus reservatio novæ Pensionis non exposcit pro illius validitate mentionem antiquarum. Primus est, si istæ fuerint; nulliter impositæ, aut ineffectuatæ remanserint; nullum enim, et nihil æquiparantur, nec de actu nullo, et inefficaci facienda est Pontifici mentio; et ubi antiqua Pensio vel nulliter imposita fuit, vel ineffectuata remansit, cessat ratio, cui innititur necessitas eam exprimendi, dum nova reservatur; verosimilis nempe Papæ voluntas non gravandi duplici onere Ecclesiam.

«Et hoc casu non ad Pensionarium, sed ad Titularem, qui contendit irritam esse novam Pensionis reservationem ob omissam expressionem antiquarum, spectat onus ostendendi, quod illæ validæ fuerint impositæ, ac effectuatæ remanserint. Quod tamen locum sibi vindicat, quando Papa simpliciter novam Pensionem reservat, nulla facta mentione antiquæ, nec dispositive nec suppositive: sed aliter dicen-

dum, si Papa eam reservet cum expressa conditione, dummodo alia antiqua Pensio super ejusdem Beneficii fructibus reservata non sit; nam hæc clausula reddit Gratiam conditionalem conditione intrinseca oriente ex ipsismet literis reservationis novæ Pensionis; proindeque Pensionarius Gratiam verificare tenetur, ostendendo, antiquam Pensionem nulliter fuisse impositam.

«Secundo, necessaria non est in reservatione novæ mentio antiquarum Pensionum, quæ non sint temporales, et vitalitiæ, sed perpetuæ, reservatæ nempe ex causis a jure, et a Concilio Tridentino approbatis ad favorem Sachristiæ, Fabricæ, Ecclesiæ, Seminarii, sive alterius loci pii; illæ namque, etsi juxta vulgarem loquendi usum Pensiones nuncupentur, vere tamen et proprie tales non sunt, sed potius onera fixa realia, et perpetua minuentia solum fructus Beneficii eo modo, quo sunt Canones, vel Census perpetui, aliæque perpetuæ annuæ præstationes, quarum necesse non est, quod in reservatione Pensionis mentio fiat. Sed Rota antiqua Sententiam hanc non probavit, dum pluries censuit, pro validitate Gratiæ novæ Pensionis necessariam esse mentionem de aliis, etsi perpetuis, quibus Beneficium gravatum reperitur; cum ratio, quod non præsumitur Papam velle duplici onere gravare Ecclesiam, militet etiam in casu, quo Pensio prius imposita sit perpetua. Et huic Sententiæ uniformis est stylus datariæ, qui exposcit, ut de Pensionibus etiam perpetuis favore locorum piorum impositis mentio fiat in literis reservationis Pensionis temporalis super eodem Beneficio imponenda, qui stylus, ut pluries diximus, facit jus.

«Tertius denique casus, in quo omissa expressio antiquarum Pensionum Gratiam Reservationis novæ irritam non reddit, est, si Pontifex saltem in genere de illis cogitare potuit: et hac ratione, clausulam adjici solitam in literis reservationis Pensionum favore S. R. E. Cardinalium, et Papæ familiarium, et his verbis conceptam.=Etiam si super illis aliæ Pensiones annuæ aliis reservatæ extiterent =,præservare a nullitate Gratiam reservationis novæ Pen-

sionis ob non factam antiquarum expressionem, firmat Card. de Luc., etc.

Confira se a rota romana, *in Mantiss.*, ad Luc., Liv. 13, Decis. 54, 55, 56 e 57; e conclua-se com o mesmo Rigant., n. 203 e 204, que: «Semel ac novæ Pensionis reservatio nulla est ob non factam mentionem antiquæ super ejusdem Beneficii fructibus jam impositæ et adhuc vigentis, obstringitur Pensionarius per viam condictionis indebiti ad restitutionem omnium terminorum novæ Pensionis, quos ab illius reservationis initio exegit; cum percipiens fructus vigore Tituli invalidi, et resoluti tenetur illos omnes restituere, quos a die actus nulliter celebrati percepit, etc.» respondendo, desde o n. 205, ás objecções contrarias.

CAPITULO X

Quando o impetrante de uma pensão deva ou não narrar que já tem outro beneficio, ou outras pensões antecedentes e em outros beneficios

§ 77

Tambem depois de todos os mais beneficialistas recapitularam toda a materia d'este Cap. Tondut., *de Pension.*, C. 64, e depois d'elle com outros muitos Clericat., *de Pension.*, Discord. 15, a n. 5, onde, ponderando até o n. 13, todas as objecções e opiniões contrarias, passa, no n. 14 e seguintes, a sustentar com Tondut., *de Pension.*, Cap. 64, n. 7 e 8, com Loter., *de Re Beneficiar.*, e outros que o impetrante de uma pensão não é obrigado a narrar que já possue outras em diversos beneficios; e que a reticencia d'ellas não influe nullidade na nova graça: masé melhor o elaboratissimo Rigant., á regra 45 da Chancellaria, desde o n. 174, ibi:

«De jure in impetratione Beneficii non est facienda mentio, nec de Pensionibus, qua impetrans percipit, nec de illarum valore, quia Pensio non est Beneficium,

nec ullo modo venit appellatione Beneficii; imo Pensiones a Beneficiis differre habetur in Cap. Quamvis 4, de Præb. et Dignit. in 6, et tanquam diversa semper habuit Concil. Trident. Sess. 21, C. 2, et C. 5... Et licet stylus datariæ Pensionarium pro Beneficiato habeat, et ad illius tramites in Beneficiorum impetrationibus exprimi debeant, etiam Pensiones, earumque valor, præsertim, si sint sub eodem tecto... Nihilominus id procedit, vel in Pensione assignata in titulum Beneficii, quando scilicet ex antiquo pinguiori Beneficio nonnulli redditus dismembrantur, ut ex illis novum erigatur Beneficium, quia tunc Pensio illa vere, et proprie Beneficium esset... (Conf. Cap. 4): Aut Pensionum expressio fit ad cautelam dumtaxat, non autem ex aliqua necessitate Lotter... vocans formidulosos eos, qui talem faciunt expressionem, etc.

«Hinc ex rationes identitate descendit, ut quemadmodum in Beneficii impetratione necesse de jure non est, quod fiat mentio de Pensionibus, earumque valore; ita nec in supplicatione super Gratia reservationis Pensionis exprimenda sunt Beneficia obtenta, vel aliæ Pensiones, quas Pensionarius percipit, etc.» O que tudo absolutamente prova com grande apparato dos melhores DD.

CAPITULO XI

Deve narrar-se (e depois em alguns casos provar-se) o verdadeiro valor dos redditos do beneficio que se pretende gravar com pensão; e em quaes casos incumbe a prova ao pensionario, em quaes ao titular.

§ 78

A regra 55 da chancellaria em toda a impetração de beneficio de collação ordinaria exige a verdadeira expressão do valor dos redditos dos beneficios: a primeira causa é para regular o pagamento das annatas. Nas resignações

é mais especial esta expressão do valor dos redditos annuos; porque os resignantes, para deduzirem maior pensão, narram redditos excessivos, de que no futuro são consequentes estes prejuizos: 1.°, o do mesmo resignatario, que fica desprovidenciado do seu preciso e necessario; 2.°, do successor do beneficio, que fica muito gravado; 3.°, de qualquer outro clerigo pobre e benemerito, em cujo favor, alem da primeira pensão, se não fosse assim exorbitante, se poderia impor outra pensão. Rasões estas de Benedicto XIII no seu decreto de 25 de setembro de 1721, como bem expõe Rigant. á d. regra 45, a n. 27: verificada esta fraude a resignação fica nulla, e consequentemente a pensão, mas o beneficio não vaga, como bem demonstra o citado Rigant., a n. 30. Não é assim frequente nas mais impetras com pensão, porque antes pelo contrario se costuma narrar valor menor para fraudar as annatas, Rigant., supra, n. 26. Deixemos os DD. que escreveram antes d'aquelle Decreto.

§ 79

«Multipliciter autem (diz o Card. de Luc., *Benefic.*, Disc. 90, a n.° 33) Pensiones reservari solent. Primo scilicet, et frequentius in quantitate certa sub narrativa valoris, etiam in certa quantitate per ascensum, puta quia reservetur Pensio scutorum centum super beneficio, qui asseratur valoris scutorum bis centum: secundo reservatur Pensio pariter in certa quantitate sub conditione non excessus alicujus quotæ fructuum, nullo istorum valore, seu quantitate specificata; puta quia reservetur Pensio scutorum, dummodo tertiam partem fructuum, seu aliam quotam non excedat: tertio, ubi reservatur etiam Pensio in quantitate absque narrativa, vel expressione valoris, sed cum præservativa certæ quantitatis remanere debentis ad favorem Titularis, puta in Cathedralibus, et Metropolitanis, dummodo remaneant mille pro Episcopo, vel in Parochialibus, dummodo remaneant centum pro Rectore, etc. Quarto ubi fiat, reservata etiam in certa quantitate absque alia expressione va-

loris, vel fructuum Ecclesiæ, seu Beneficii: et quinto demum, ubi reservatio Pensionis fiat in quota absque alia valoris expressione, puta in tertia parte fructuum, etc.»

§ 80

Quando se impetra a pensão pelo primeiro modo (que é o mais frequente), distingue o Card. de Luc. tres casos: 1.°, quando o papa de motu proprio reserva pensão na sua provisão de beneficio vacante; 2.°, quando a reserva se faz em resignação pelo resignante; 3.°, quando no beneficio pleno se impõe voluntariamente pelo possuidor perpetuo, e em favor de terceiro. Quanto ao primeiro d'estes subdistinctos casos, nunca será facil conceder o papa de motu proprio pensão em favor de algum d'este reino, sem o regio beneplacito; e ainda mesmo a favor de estrangeiro (§ 28).

§ 81

Quanto ao segundo d'estes subdistinctos casos (§ 80) (e quando na bulla não é expressa a clausula *Dummodo remaneant mille pro Episcopo, vel centum pro Rectore),* diz o Card. de Luc., supra, n. 37, ut ibi: «Secundo autem casu reservationis Pensionis occasionis Resignationis ad favorem Resignantis, vel alterius in ejus gratiam, ejusque supplicationem, in qua valor fuerit expressus per ascensum, et cum clausula, ut asseris, planum est valorem ita affirmative narratum, tanquam causam, ac fundamentum reservationis esse concludenter probandum. Adeoque id verum est, quod non solum, cessantibus limitationibus, de quibus proxime infra, sed etiam constito de falsa narrativa, reservatio corruat in totum: super hoc autem aliqui Beneficialistæ æquivocarunt hujusmodi assumptum, ita generaliter, ac indefinite capiendo; quoniam ubi non agitur de Pensione voluntaria, magis odiosa juxta tertium sequentem casum, sed de ista reservata occasione resignationis ad favorem resignantis, dicta propositio ita rigorose atten-

denda venit contra resignatarium, ne prætendere valeat teneri solum pro rata, atque ad effectum, ut resignanti, ratione regressus juxta formulam modernam (§ 56), vel etiam juxta formulam antiquam datur facultas dicendi Beneficiato, quod vel solvat, vel dimittat, ex his, quæ habentur in dicta sua materia, sub Tit. *de Pens.*, Disc. 10, ubi etiam habetur de æquitate, quæ, cessante quoque regressu inter favore Pensionarii non dolosi, pro substinenda Pensione proportionabiliter pro rata.»

§ 82

E quando a dita clausula (§ 81) é expressa na bulla, diz o mesmo Card. de Luc., *de Benef.*, Disc. 90, n. 46, ibi: «Ubi verò reservatio est in quantitate cum expressione valoris etiam in quantitate, non pure, sed conditionaliter, seu qualificate cum clausula scilicet = dummodo remaneant mille pro Episcopo, vel centum pro Rectore, = at in Cathedralibus, seu Parochialibus adjici solet; et tunc, aut dicta clausula dummodo est ita concepta quod faciat gratiam conditionalem, seu modalem, et justificatio valoris facienda est per eum, qui petit Gratiæ executionem, non solum de tempore datæ gratiæ, sed etiam de tempore quod executio petitur; quoniam cum ista conditio respiciat certum effectum; hinc proinde non intrat regula generalis, ut in conditionibus sufficiat existentia seu verificatio momento temporis, sed requiritur tractus successivus, spectato, ut dictum est, effectu; adeo ut si fructus de tempore reservationis sint sufficientes, deinde vero minuantur tunc supplendum est, ut conditio semper suum sortiatur effectum».

§ 83

Entre um e outro caso, já de se não condicionar a bulla com a dita clausula, ou condicionar-se com ella, ha differenças essenciaes e notaveis. Sendo a pensão imposta em bispado ou beneficio parochial *(quidquid sit* em outras

qualidades de beneficios) sempre a dita clausula se subentende, aindaque não expressa na bulla; e sempre fica salva ao titular a congrua competente, por mais que o titular tenha consentido expressamente n'esta pensão certa quando foi provido no beneficio, e prestado a ella todos os necessarios consentimentos, como com dez argumentos e terminantes doutrinas demonstrou Clericat., *de Pension.*, Discord. 11, a n. 4. Conf. Rot., post Tondut., *de Pension.*, Decis. 32, n. 2, Luc., *de Pension.*, Disc. 17, tot.; optime Roz., *de Executor. Litterar. Apostol.*, Cap. 7, n. 102.

§ 84

Mas aindaque a dita clausula, quando não expressa, se subentenda n'este caso (§ 83), sempre ha uma differença quando se questiona o possessorio, e quando o juizo petitorio. No possessorio, ou o pensionario está na posse de receber essa pensão, ou ainda não tem posse: se está na posse, é n'ella manutenido: se não tem posse, cessa a manutenção emquanto se não faz o calculo dos rendimentos, e se não deduzem os *centum pro Rectore*, Post., *de Manut.*, Obs. 18, n. 41 e 42, et post Tract., Decis. 278, n. 6 e 7, Clericat., *de Pension.*, Discord. 11, n. 21, Tondut., *de Pension.*, C. 14, a n. 4, Sabell., § *Pensio*, a n. 4. Vide Barbos., Vot. 108.

§ 85

No juizo petitorio (e quando o pensionario não tem posse), eis-aqui a differença e a providencia que ao titular dão os DD., com os quaes e Luc., que transcreve, Clericat., Discord. 11, a n. 26, ibi: «Ad quem spectet probare fructus Beneficii esse, vel non esse sufficientes? Facilis est responsio, quæ colligitur ex Rota, ac DD.; sub generali distinctione: an in reservatione Pensionis, et ejus litteris sit inserta clausula dummodo remaneant centum pro Rectore, vel non sit inserta. Primo casu spectat ad Pensionarium probare sufficientiam fructuum Beneficii, tam pro

solvenda congrua, quam pro Pensione sibi danda: secundò casu, quando scilicet Pensio est pura, et in litteris non habetur clausula dummodo remaneant centum, etc., tunc Pensionarius non tenetur ad ullam justificationem litterarum; sed ipse Titularis, qui prætendit fructus non esse sufficientes, debet id probare.»

Est tamen verum, quod cessat necessitas justificandi sufficientiam fructuum Beneficii, quando Titularis se paratum offert eos omnes cedere Pensionario, cum hoc tamen ut sibi solvat congruam alimentariam, et satisfaciat aliis oneribus tum publicis, tum privatis eidem Beneficio incumbentibus, ut bene advertit Emin. Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 17, n. 15, etc. Et n. 31, ibi: «Est tamen verum, quod ubi Pensionarius recuset fructuum exactionem, et nolit probare eorum sufficientiam; quando non sit in possessione exigendi, ut in præsenti Discordia; et e contra Titularis demonstret eorumdem fructuum tenuitatem; ita ut detracta ejus Congrua alimentaria, et publicis oneribus Beneficii (Vej. infra, C. 16, Sect. 3, Memb. 2), ac aliis necessariis expensis, parum, vel nihil ex eis supersit; ipsa Pensio vel extincta, vel diminuta remanebit.»

§ 86

Quanto ao terceiro dos casos referidos (80), diz o Card. de Luc., *de Benefic.*, Disc. 90, sub n. 37: «In tertio autem casu Pensionis mere voluntariæ super Beneficio pleno reservatæ de consensu possessoris; cum reputetur in jure odibilis, hinc ultra rigorem circa probationem concludentem veræ, ac effectivæ solutionis in singulis terminis factæ per Titularem; rigorose etiam proceditur in hac materia valoris, non solum, ut ille ita affirmative narratus *per ascensum*, perfecte, et concludenter probare debeat; sed etiam constito de minus vera expressione Pensio corruat in totum». (Confira-se o § 136.)

Nota: Quanta deva ser a congrua, quando na bulla falta a dita clausula Dummodo, etc.? Ha quatro opiniões que refere

Clericat., *de Pension.*, Discord. 11, a n. 33, e passa com a ultima, ut a n. 36, ibi: «Tertia opinio sustinet eandem Congruam taxandam esse in Ducatis centum auri de Camera (cada ducado da nossa moeda são 1$750 réis): quarta tandem opinio, quæ verior videtur, et in praxi servanda, docet, quantitatem Congruæ pro Parocho pendere a Judicis arbitrio, qui juxta qualitatem ipsius Parochi, et loci, ubi est Parochia, potest vel augere ipsam Congruam etiam supra summam Ducatorum centum auri de Camera, vel eam minuere, secundum regulam prudentis arbitrii.» Et n. 38, ibi: «In taxanda Congrua pro Parocho non sunt computanda incerta, ut advertit Emin. Card. de Luc., *de Benef.*, Disc. 10, n. 18, appellatione tamen incertorum veniunt ea, quæ nullam certitudinem habent, velut mortuaria, eleemosynæ, seu oblationes in Baptismis, Matrimoniis, et similibus, quæ in congrua non computantur, etc. Vej. Luc. Ferrar., Congrua; Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 4, Tit. 3, cap. 2 et 3.

§ 87

Ainda mesmo que a bulla se condicione com a clausula Dummodo, etc., não é o pensionario obrigado a provar o valor do beneficio n'estes casos: 1.°, quando o pensionario está na posse de receber a pensão, e usa dos remedios possessorios, ainda mesmo que d'elles use contra o successor do beneficio gravado, Post., *de Manut.*, Obs. 40, a n. 41 e 50, Luc., *de Benef.*, Disc. 90, n. 42 e 43, Barbos., *de Pension.*, Q. 2, a n. 19 e 44; Tondut., *de Pension.*, C. 48, a n. 4. (Vej. supra § 84.)

3.° Quando os providos nos beneficios por resignação, ou outro modo, não só consentem na pensão, como é necessario que consintam, mas juntamente asseveram que aceitam a pensão n'essa quantidade, porque bem certificados reconhecem as forças e rendimentos dos beneficios, de que se obrigam contribuir essa pensão: porque n'este caso e por esta confissão fica fundada a intenção do pensionario para exigir a pensão independente de outra prova do valor do reddito; e ao titular incumbe depois na acção negatoria ordinaria a prova do menor rendimento, e desva-

necer a propria confissão, Luc., *de Pension., ad Ornat., Constit. Innoc. XI*, Cap. 6, sub n. 10 (aonde acrescenta que, emquanto pender o juizo petitorio, deve contribuir a pensão, sem provavel esperança de repetir o que interinamente pagar, aindaque por tres sentenças conformes venha a obter a reducção da pensão), e no Cap. 16, n. 5, et *de Benefic.*, Disc. 90, n. 48. Conf. Rigant., *ad Reg.* 55, n. 77, Barb., *de Pension.*, C. 2, n. 17; Roz., *de Execut. Litterar. Apostol.*, P. 1, C. 7, n. 161. Veja-se Angelis, *de Confess.*, L. 2, Q. 51.

Bem entendido que a confissão do titular, que quanto a elle produz estes effeitos em favor do seu pensionario, não prejudica ao successor do beneficio, Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 6, sub n. 13, e Cap. 16, n. 6, e Cap. 12, n. 5, Barbos., *de Pension.*, Cap. ou Q. 2, n. 18, e a n. 48.

O mais sobre a justificação do valor e sua fórma se verá no cap. 16, Sect. 3; e quando nos capitulos 28 e 29 se tratar da via executiva e acção possessoria (vide infra, § 125).

CAPITULO XII

Devem declarar-se as qualidades pessoaes do impetrante da pensão, sem confidencia ou interposição de pessoa capaz para a ceder em pessoa incapaz.

§ 88

Já vimos no Cap. VII as pessoas, em cujo favor se podem reservar pensões, e as que, para serem capazes de as perceber precisam de dispensa pontificia com derogação das constituições ecclesiasticas em contrario. É portanto necessario que se declare na supplica a qualidade da pessoa futuro pensionario, para que, sendo incapaz da pensão, se dispensem com ella pelo papa aquellas constituições que o incapacitam, Begnudell., verb. *Resignatio*, a

n. 110., Roz., *de Execut. Litter. Apostol.*, C. 7, a n. 1 et a n. 207: e se para frandar aquellas constituições se finge impetrante um habil para depois ceder a pensão em incapaz, é nulla, com as declarações que expõe o Card. de Luc., *de Pension. ad ornatum Constit. Innoc. XI*, Cap. 9, n. 9 e 10, ibi: «Tertius casus confidentiæ illicitæ, et criminosæ, quando scilicet ille, qui cupit Pensionem, non est ejus capax, aut est talis, quod ad ejus favorem Papa facturus non esset reservationem: unde propterea porrigit preces, vel instat Pensionem reservari ad favorem alicujus ejus confidentiarii, qui nudum nomen sit habiturus, ejus vero debeat esse commodum; ut ex gr. verificari potest in illis Beneficiis pinguibus Ordinariæ collationis, super quibus ad hunc effectum capiatur nova Provisio Apostolica cum reservatione Pensionis ad favorem personæ gratæ ipsi Ordinario; sive ubi idem sequitur ad instantiam vel preces Patronorum super Beneficiis de Jure Patronatus; aut ubi agitur de Pensione voluntaria, sine causa Beneficio pleno, quia idem Titularis ad ejus, vel suorum commodum hanc simulatam, ac fiduciariam reservationem procuret, cum similibus: istoque casu intrat quæstio; an locum habeant Constitutiones Apostolicæ, illa præsertim Pii IV, super confidentia in Beneficiis; atque probabilius videtur, ut ad effectus pœnales præfatæ Constitutiones locum non habeant in Pensionibus, a quibus ad Beneficia, vel e converso in pœnalibus arguere non licet; bene tamen intrat nullitas, et infectio actus, non tam ex dispositione dictarum Constitutionum, quam ex illarum ratione, seu verius ea deficiente voluntate Papæ». Conf. eund. Luc., *de Pension.*, Disc. 65 e 80.

O mais, que aqui póde pertencer, se verá quando se tratar da translação da pensão, Cap. 17, Art. 2, e quanto á resignação do beneficio, a cujo titulo o resignante foi ordenado, veja-se o § 94.

CAPITULO XIII

Clausulas frequentes nas bullas de pensão e exposição d'ellas

§ 89

Em todas as bullas beneficiaes, e tambem nas de pensão se insere esta clausula «a quibusvis excommunicationis, suspensionis, et interdicti, et aliis Ecclesiasticis Sententiis, Censuris, et pœnis, tam a jure, quam ab homine quavis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodatus existit, ad effectum præsentium tantùm consequendum absolventes et absolutum fore censentes». Ita ex Roz., *de Execut. Litter. Apostol.*, P. 1, C. 5, n. 155, Tondut., *de Pension.*, Cap. 67, n. 11.

§ 90

Por esta clausula, diz o citado Rosa com Paris, *de Resign.*, e Corrad., *in Prax. Benefic.*, que o papa absolve o orador das censuras, emquanto necessite da absolvição para ficar habilitado e capacitado para a graça; porém, que não aproveita aos que ensurdecem na excommunhão por causa de heresia, nem aos que falsificam as letras apostolicas; nem por esta clausula se dispensa a irregularidade, e por isso, aindaque o impetrante esteja excommungado, sim fica habilitado para a pensão; mas não assim, estando irregular, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 56 e 57, latissime Tondut., *de Pension.*, Cap. 68 (aonde no n. 20, refere alguns casos em que a dita clausula não produz effeito), e no Cap. 68, aonde diz que tambem não dispensa a irregularidade antecedente (bem que a superveniente o não priva da pensão; vid. infra Cap. 21); e sobre todos Rigant., á Regr. 66, da Chancellaria, aonde

não só comprova e declara tudo isto, mas adverte no n. 11, ut ibi:

«Dum igitur excommunicatus per clausulam literis Apostolicis adjectam, absolutus, in alio non relevetur, nisi ut Gratia ei elargita, non obstante excommunicatione, substineatur, hinc est, quod nequeat ipse vigore absolutionis præfatæ fructus Beneficii, de quo provisus fuit, suos facere, celebrare, Divinis interesse, ad Sacros Ordines promoveri, ac aliud Beneficium obtinere, nisi de novo absolutionem ad hujusmodi effectus obtineat.»

Et n. 14 ibi:

«Plures tamen hæc Regula casus enumerat, in quibus non suffragatur excommunicationis absolutio generalis, quæ in literis Apostolicis apponi censuerit: 1.°, non favet iis, qui rei judicatæ non parent; 2.°, incendiariis; 3.°, violatoribus Ecclesiarum; 4.°, falsificatoribus, seu falsificari procurantibus literas, et supplicationes Apostolicas; 5.°, literis et supplicationibus præfatis utentibus, eorumque receptoribus et fautoribus; 6.°, res vetitas in infideles deferentibus; 7.°, violatoribus Eclesiasticæ libertatis; 8.°, auso temerario non obtemperantes Mandatis Apostolicis, eorumque officiales in executione suarum commissionum impedientibus, etc., etc.»

§ 91

A clausula «*cum primum caractere clericali fuerit insignitus*» escripta, ou na bulla da pensão, ou no indulto da translação induz condição para se não dever a pensão emquanto esta condição não for adimplida, e o pensionario receber ordem validamente do seu proprio bispo, e não do de outro bispado, Tondut., *de Pension.*, Cap. 31, n. 3 e 4, Barbos., Vot. 91, tot.; e bem que Tondut., *de Pension.*, Cap. 50, n. 82, e Gratian., for., Cap. 113, dizem que, estando o pensionario sem receber ordem na posse de perceber a pensão, esta posse lhe basta para a manu-

tenção; duvido muito, attentas as doutrinas de Barbos., supra, e no Vot. 5, n. 40.

§ 92

Tambem se costuma inserir a clausula «*Dummodo ad id Patronorum accedat consensus*». Já vimos no § 29 a questão: se o papa póde impor pensão em beneficio de padroado particular independente do consentimento do padroeiro. Ahi vimos a distincção de Rigancio; se pois na bulla se insere uma tal clausula, ficâmos livres de opiniões; porque ella é condicional, e mostra que a intenção do papa foi não querer usar do seu poder, nem que a pensão subsista em igreja de padroado, não intervindo o consentimento do padroeiro. Como este consentimento se possa provar está já dito no § 70, e no § 71.

§ 93

A clausula *si ita est* (que equivale ás clausulas *si preces veritate nituntur, veris existentibus narratis;* a clausula *ut asseris,* que se equipara á clausula *si ita est,* Rigant., *ad Reg.* 61, Cancell., a n. 5, 31 et 32), ellas fazem condicional a graça da pensão, ou qualquer outra, Rigant., *ad Reg.* 61, Cancellar., Begnudell., verbo *Clausula,* n. 13, Roz., *de Executor. Litterar. Apostol.,* P. 1, Cap. 5, a n. 13, addentes, ad Cardos., *in Prax.,* verbo *Pensio,* pag. 199 no fim; adverte porém o mesmo Rosa n. 15 e 16, ut ibi: «Cum tamen hæc clausula concipitur ut asseritur, tunc dicunt nostri, quod non sit narrativa Partis, sed Pontificis, et ideo non indiget justificatione, sive unus, sive plures sint Oratores, etc.».

De outro modo Rigant., á regra 61, n. 34 e 35, ibi: «De clausula *constito,* distinguendum videtur, quod aut Pontifici narratæ fuerunt, qualitates extrinsecæ requirentes informationem facti; et tunc clausula «si est ita» aliæque similes efficiunt Gratiam conditionalem, quæ nihil

ponit in esse, donec fuerint illæ justificatæ. Aut narrativa versatur circa qualitates intrinsecas quæ insunt de jure, et sonat potius in instructionem, et monitionem executoris; in his terminis Gratia non redditur conditionalis, sed est a principio pura, et solum suspensa quoad executionem; circumstantiæ enim, quæ non important conditionem quoad substantiam Gratiæ, sed tantummodo quoad executionem, non efficiunt, ut illa stet in suspenso, et solum hunc operantur effectum qualitates, et circumstantiæ requirentes facti informationem, et conditionaliter expressæ per Pontificem cum clausulis, constito, etc. Verificato, etc. Si ita etc., etc.; quæ tali casu non important monitionem, sed veram causæ cognitionem exposcunt».

§ 94

Na resignação do beneficio, a cujo titulo foi ordenado o resignante, se deve fazer especifica menção de que a titulo do beneficio resignado se ordenou o resignante, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 15, n. 111; e como o Trident., Sess. 21, *de Reform.*, Cap. 2, e a Const. 58 de Pio V prohibem renunciar taes beneficios «nisi aliunde sit, quo invita possit commode sustentari, et aliter factam resignationem irritam esse decernunt, Barbos., supra, Tondut., *de Pension.*, Cap. 58, n. 10 e 11, Roz. *de Executor.*, P. 1, C. 5, n. 25, e C. 15, a n. 4; por isso quando se resigna um tal beneficio, e assim se menciona (como deve mencionar-se), se costuma inserir na bulla a clausula, «quod resignans habeat aliunde ex quo vivere possit, et dummodo habeat aliunde»; sobre o que se veja Tondut., *de Pension.*, Cap. 58, Roz., supra, C. 7, a n. 104, e P. 2, in Addit. ad Cap. 7, a n. 390 ad 394.

§ 95

Quando se resigna o beneficio, a cujo titulo se não ordenou o resignante, e reserva pensão, se insere a clausula

«*Ne ex cessione tua hujusmodi nimium dispendium patiaris*». E aindaque Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, C. 8, n. 2, diz com o nosso Barbos., *de Pensión.*, in Proem, n. 47, ut ibi: «Finalis causa est alimentorum suppeditatio; quocumque enim jure Papa providet alicui sub reservatione Pensionis, sive ex causa simplicis resignationis, sive ex causa cessionis jurium, aut simpliciter Pensionem reservet, tam in supplicatione, quam in proemio litterarum inserit clausulam expressivam causæ hujus alimentorum, nam in causa cessionis etiam ex concordia concipitur per hæc verba: ne excessione tua hujusmodi nimium dispendium patiaris, et cum ex natura subjectæ materiæ id referatur ad personam Clerici dimittentis Beneficium, vel jus in eo præ se fert intentionem Papæ eam reservandi in causam alimentorum, etc.». Comtudo o mesmo Van-Esp., n. 3, só exculpa aos resignantes realmente pobres; mas não aquelles, que *aliunde* tiverem uma decente sustentação, que não podem em sã consciencia receber pensões só destinadas para pobres, etc.

§ 96

Outras vezes se insere a clausula *ut commodius sustentari valeas*, ou outra, *ut decentius sustentari valeas;* e qual seja a differença d'estas clausulas o expõe Tondut., *de Pensión.*, Cap. 58, n. 16, ibi:

«Advertendum est, secundum nonnullorum sententiam fieri debere distinctionem inter duas clausulas, quæ apponuntur in reservatione Pensionis, videlicet, ut commodius vivere valeas, et aliam, ut decentius sustentari valeas. Dum enim dicitur, ut commodius vivere valeas, hæc clausula denotat causam impulsivam, et non finalem ... quidquid sit de illis clausulis, quando agitur de legato, aut aliis dispositionibus; tamen in hac materia Pensionis, si adjectæ fuerint in supplicatione, et in literis Apostolicis, causam alimentorum continent... Illa igitur clausula, ut decentius, ad alimenta refertur: illa vero ut commodius,

explicatur, ut decentius quis sustentari valeat, quam antea sustentaretur; non autem ut decentius, quam fieri deberet». (Aqui tambem recáe a justa censura de Van-Esp., supra.)

§ 97

«Vulgaris est etiam clausula, ut Pensio sit libera ab omni decima, quarta, media, et quavis alia fructuum parte, nec non subsidio, etiam charitativo, et quovis alio ordinario, et extraordinario onere quomodolibet nuncupato, etiam pro Fabrica Basilicæ... etiam ad supplicationem Imperatorum, Regum... quomodolibet imponendis; etiamsi in impositionibus hujusmodi caveatur expresse, quod Pensionarii quicumque pro rata Pensionum suarum contribuere tenentur, etc.». Van-Esp., supra, n. 8, Ros., *de Execut. Lit. Apost.*, P. 1, C. 5, n. 208, Clericat., *de Pension.*, Disc. 1, et Disc. 5, n. 7; porém justamente advertiu o citado Van-Esp., n. 9, que «si tamen tanta esset onerum impositio, ut si hæc a solo Titulari ferri deberent, proventus Beneficii nimium diminuerentur, indubie, non obstante hac clausula, Pensionarius ad partem onerum ferendorum merito vocaretur; vel saltem ob hæc onera diminutio sive moderatio aliqua Pensionis, ut minus durantibus his oneribus peti posset, etc.»; esta talvez a rasão por que, apesar de taes clausulas, pactos e convenções, ainda em resignações, mandou o alvará de 22 de junho de 1802, que, pagando os titulares as decimas reaes impostas nas pensões aos pensionarios, as rebatam nos pagamentos das mesmas pensões; e cessa hoje toda a disputa sobre tributos novos e velhos, de qua Clericat., Disc. 5.

Nota: Quanto aos resignantes que reservam uma pensão *inteira*, etc. Elles pareciam dignos de mais favor que qualquer outro pensionario; porém o dito alvará os comprehendeu, e basta; se elles por esta imprevista diminuição da pensão poderão ter regresso ao beneficio, *cogitandum relinquo*. Se os pensionarios são obrigados concorrer para a reedificação das igrejas, e quando? Veja-se Benedict. XIV, *Inst. Ec-*

cles., 100, n. 13, Balmaced., *de Collect.*, Q. 116, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, a n. 129 ad n. 133.

§ 98

É tambem frequente em todas as bullas de pensão a clausula: «Ac volentes, et eadem auctoritate statuentes, quod ille N. vel quicumque alius successor, qui in dictis festivitatibus, vel saltim intra 30 dies illarum singulas immediate sequentes pensionem prædictam per eum tunc debitam non persolverit, cum effectu, lapsis diebus eisdem, sententiam excommunicationis incurrat, a qua donec tibi vel eidem procuratori de pensione hujusmodi tunc debita integre satisfactum, aut alias tecum vel cum dicto procuratore super hoc amicabiliter concordatum fuerit, præterquam in mortis articulo constitutus, absolutionis beneficium nequeat obtinere». Continua porém o mesmo Van-Esp., n. 13, ut ibi: «Notat autem post alios Garcia, *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 581, pœnam excommunicationis non incurri, nisi Pensionario volente, et declarante. Nam ut illis censuris locus sit, requiritur voluntas, et factum ipsius Pensionarii, in cujus favorem latæ sunt; quinimo ex stylo, et benigna interpretatione non incurritur excommunicatio, donec declaratoria sit lata per judicem, et Pensionarius ea utatur, intimando illam adversario, seu Parocho, aut ponendo cedulones, ut etiam servatur in aliis declaratoriis, tam Auditoris Cameræ, quam aliorum judicum. In Gallia hæc clausula, quoad pœnam excommunicationis ob non solutam suo tempore Pensionem habetur pro clausula meri styli; quin teste Fevret., *de Abus.*, L. 2, C. 5, n. 29, judicatur abusiva, etc.»

Nota: É na verdade digna de ser lida em Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 8, a grande caramunha que elle fez com esta clausula, e com a excommunhão contra o seu resignatario da thesouraria da collegiada de Guimarães; como a declinou o resignatario, obtendo em um recurso; e o quanto Barbosa na causa propria declamou contra o juiz secular, que julgou a

cassação da censura, etc.: quem recorreria hoje a taes fundamentos tendo lido a *Deducção Chronologica*, P. 2?

§ 99

Tambem nas bullas de pensão em favor do resignante se insere a clausula de regresso já transcripta no § 56, tratando no § 57, e ao diante no Cap. 31, dos effeitos d'esta clausula, e da pratica da sua execução; só aqui não devo omittir o que sobre tal clausula discorre Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 11, Cap. 9, a n. 16, ibi: «De hac clausula continente regressum ad Beneficium resignatum ob defectum solutionis Pensionis plura habet. Flamin. París, *de Resignat. Benefic.*, L. 6, Q. 3, ubi n. 12, advertendum dicit: quia non sufficit lapsum esse tempus, sed requiritur sententia declaratoria, quæ id declaret, asseritque hinc alias resolutum in Rota, quod clausula irritans in regressu ob non solutionem, non inficit possessionem nisi post sententiam».

«Observat etiam n. 17, in Francia non admitti regressum ob non solutam Pensionem: notatque Auctor Analysis in Reg. Cancell., *de Public. Resign.*, n. 212, quod clausulæ illæ de resolvenda resignatione, et revertendo ad Beneficium resignatum ob non solutionem Pensionis, nullæ sunt, et abusivæ, quia sunt species reservationis, sive recursus per Decreta conciliaria generaliter, et indistincte damnati.»

«Id ipsum post aliquos Pragmaticos Gallos asserit Fevretius loco citato n. 28, una monens, quod ab executione dictarum clausularum daretur appellatio, tanquam ab abusu.»

«Ne tamen detur locus perfidiæ, si resignatarius non solvat, condemnabitur ad solvendam promissam Pensionem; vel in casum non solutionis adjudicabitur resignanti regressus ad Beneficium: sive condemnabitur resignatarius ad solvendum, vel cedendum: judicatumque dicit Brodeus in notis ad Louetium. Litt. P. n. 30, quod resignans possit Beneficium etiam post 20 annos a facta re-

signatione: tametsi nec hæc clausula regressus fuisset in litteris apposita: idque ob datam fidem a resignatario de solvenda Pensione, et facta Beneficii acceptatione sub ea conditione.»

«Neque Belgica Praxis pateretur, quemquam ob retardatam solutionem Pensionis ad Beneficium resignatum propria auctoritate regredi; aut aliquem ipso jure Beneficio privari; sed coram legitimo judice ad solutionem Pensionis agendum esset; qui posset Pensionarium ad promissam Pensionem, vel ad cedendum Beneficio condemnare.»

Nota: Veja-se Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 9; aonde, não duvidando da doutrina de Paris, *de Resignat.*, a mostrou supprida pelas tergiversações do seu resignatario, que ahi relata.

§ 100

É tambem costumada a clausula *quod Pensio annullari, reduci, aut minui non possit.* «Quæ clausula (ait Flamin., citat., Q. 2, n. 142), multum prodest: nam, ea non obtenta, de crescentibus fructibus, seu redditibus, et in aliis quibusdam proventibus pensio invalida redderetur, vel saltem ad minorem summam reduceretur: si tamen adeo sint diminuti proventus ut Titulari non sufficiant ad victum, soluta pensione, reductionem peti posse, non obstante indulto, quod reduci non possit, sentit Rebuff., *de Pacif. possess.*, n. 141, quod indubie facilius obtinebit in eo, qui constitutione Pensionis non consentit. Unde et Garzias., P. 1, *de Benef.*, Cap. 5, n. 402, dicit, quod apposita prædicta clausula reductio quidem fieri nequeat sine speciali commissione Papæ; quæ tamen solet dari præsertim successori». Ita Van-Esp., supra, n. 20 e 21, mas que para se pretender a reducção da pensão não seja preciso recorrer ao papa, e basta que o parocho titular a peça em qualquer juizo competente, se nota em Clericat., *de Pension.*, Discord. 2, e Discord. 11.

§ 101

É tambem costumada a clausula: «*Etiamsi super illis fructibus aliæ pensiones, quas, illarumque summas et habere placeat pro expressis, et quæ exprimi possunt in litteris aliis forsan assignatæ existant*». Junta-se esta clausula (diz Van-Esp., supra, a n. 4), porque sem ella seria nulla a segunda pensão: que este é o estylo da curia, dever exprimir-se a primeira antecedente pensão, sob pena de nullidade da segunda (confira-se o Cap. 9), a mesma clausula, e a necessidade d'ella, tambem expõe Roz., *de Executor. Liter. Apostol.*, P. 1, Cap. 5, n. 209, declarando no n. 210, ut ibi:

«Quare fuit inventa hæc clausula = etiamsi super illius fructibus pensiones aliæ reservatæ existant =, tunc enim quia constat de voluntate Papæ, quod velit Pensionem sustineri; ideo remanet valida... hæc clausula non apponitur substantiæ Gratiæ, sed tantùm per ipsam ampliatur Gratia. Ne tamen hæc compilatio nimium excrescens gravet Titularem, apponitur illa alia clausula *dummodo omnes pensiones hujusmodi insimul fructuum medietatem non excedant*. Ex qua alia clausula illa modificationem recipit, et redditur Gratia conditionalis; et ut dixit Lotter hoc modo Papa succurrit et Pensionario, et Titulari; Pensionario quidem ne impugnari poterit validitas; Titulari vero, ne plus debito gravetur, et ne teneatur cum constat de excessu; vel apponit Papa clausulam *dummodo remaneant centum si Beneficium est Parochiale, mille, si Episcopale; vel dummodo ista cum aliis* quæ etiam conditionalem reddit Gratiam.»

* Na França e no Belgio, diz o citado Van-Esp., n. 6, não se admitte multiplicação de pensões, que venham a exceder a terça parte dos fructos do beneficio.

§ 102

«Quandoque etiam in litteris (prosegue Roz., d. C. 5, n. 211), in quibus reservantur Pensiones, ponitur illa clausula habita vel non habita possessione, quæ operatur, ut Titularis, qui distulit possessionem Beneficii accipere, teneatur ad Pensionis solutionem: fuit enim inventa hæc clausula ad occorrendum malitiæ eorum, qui differunt malitiose accipere possessionem Beneficii, ne tenerentur ad Pensionis solutionem: sed ubi malitia; et fraus cessat, ac nullus adhibetur dolus, quia revera fuit impeditus, et ideo possessionem adpisci non potuit, clausula ista nihil operatur; nam non debet operari ultra æquitatem, et finem, ad quem inventa fuit; debet tamen constare de diligentiis factis pro habenda possessione. Atque adeo hujusmodi clausulæ per triennium extingui dicunt nostri DD.; cum enim lis per triennium duravit, nec possessionem adpisci potuit, quia nullus censetur suum jactare; ideo non amplius operatur, ut teneatur solvere pensionem, cum illa ex fructibus debeatur, quos cum non receperit, non tenetur; nisi lis sit calumniosa, et Titularis malitiose litem sustinuit, nam tunc exceditur ultra triennium.»

A mesma clausula explicam largamente Tondut., *de Pension.*, Cap. 13 (mas em substancia diz o mesmo que Roza). Conf. Jul. Capon., Tom. 4, Discept. 253, n. 49, o Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 32, n. 6, dizendo:

«Attamen receptum est, ut illa (clausula) utpote adjecta ad occurrendum fraudibus, et collusionibus in præjudicium Pensionarii, discrete ac sano modo intelligenda veniat pro judicis prudenti arbitrio, pro uno, vel duobus annis, seu aliàs pro facti qualitate, et circumstantiis, ex quibus deveniatur ad notitiam, an stet per titularem, nec ne, adeo ut cesset ratio suspicionis, cui eadem clausula enixa est, ex cessante motivo rationis vel causæ.»

Na hypothese do Card. de Luc., d. Disc. 32, diz elle no n. 8, que ahi cessavam estas doutrinas; já porque o resi-

gnatario, que se obrigou á pensão previu o impedimento, já conhecido; que em attenção a elle convencionára uma pensão modica; e que podia recuperar os fructos, etc. Mas não será facil occorrer uma tal hypothese: o citado Tondut., a n. 26, figura tres outros casos: 1.°, quando um terceiro, com quem era a controversia, percebeu os fructos, e então, se o resignatario vence a final, satisfaz com ceder a acção ao pensionario; 2.°, quando o titular foi impedido perceber os fructos, mas só temporalmente por causa de guerra, peste, etc., se elle renunciou estes casos fortuitos, ou se compensou com a fertilidade de outros annos, não póde impedir a solução; 3.°, se o impedimento na fruição foi causado por algum terceiro, que só percebeu parte dos fructos; mas o restante do que percebeu o titular não é sufficiente para o pagamento da pensão, o desobriga.

Nota: D'esta clausula «*Habita vel non habita possessione*» trataram tambem Agost. Barbos., *de Clausul.*, Claus. 28, e Begnudell., verbo *Clausulæ Apostolicæ*, n. 39.

§ 103

A clausula *dummodo remaneant centum pro Rectore* quando a pensão é imposta em beneficio parochial (o que deve narrar-se na supplica, ut § 73); sempre se subentende, ainda quando não é expressa na bulla da pensão, Clericat,. *de Pension.*, Discord. 11, n. 6 e 25, Tondut., *de Pension.*, post Tractat. Dec. 32, n. 2, Roz., *de Executor. Litter. Apost.*, P. 1, Cap. 5, n. 103; porque a competente congrua do parocho sempre tem a primeira preferencia a toda e qualquer pensão, Clericat., Discord. 11, tot.; e isto por mais que o titular tenha consentido na pensão (§ 83): só quanto á necessidade da verificação dos reditos, e quando incumba ao pensionario, ou ao titular; quanto ao possessorio e petitorio, ha aquellas differenças já escriptas a §§ 81 até 85. Confiram-se mais Begnud.,

verbo *Clausulæ Apostolicæ,* n. 37, Barbos., *de Pension.,* P. 1, Q. 2, a n. 1, Sabell., § *Pensio,* n. 4 e 5; e melhor a *Rota Romana in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, *de Jure Patron.,* Decis., 49 et 50.

§ 104

Tambem nas letras de pensão se costuma impor a clausula que uma metade se pagará em dia de Natal, e outra em dia de S. João Baptista, Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.,* P. 2, Sect. 3, T. 11, C. 8, n. 10: outras vezes, *vice versa,* que o primeiro semestre se pagará em junho e o segundo em dezembro, Clericat., *de Pension.,* Discord. 13; outras vezes que o primeiro vencimento será em 25 de março, e o segundo em dezembro, Clericat., *de Pension.*, Discord. 10, sub n. 4: «Sed quia hæc decisio terminorum fit causa commodioris solutionis; non prohibetur resignans et resignatarius plures terminos etiam ultra duos constituere ad eorum libitum; prout indies practicari videmus, ait Pirrhus Corradus, *in Prax. Beneficial.,* Lib. 5, Cap. 7, n. 18, notatque prædictam clausulam in litteris solere apponi, quando termini solutionis in supplicatione non fuerunt expressi»., Ridolfin., infra, a n. 104.

§ 105

Apesar d'esta distribuição dos tempos, e com tal variedade com que as bullas se expedem, a regra geral e certa é que o anno da pensão reservada tem principio do dia da data das letras apostolicas, e se completa no mesmo dia do anno seguinte, Tondut., *de Pension.,* Q. 20, n. 1, Clericat., Discord. 10, n. 3, e como declara Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, essa divisão dos tempos para os pagamentos *solum fit gratia commodioris solutionis; quia annus computatur a die reservationis illius.*

§ 106

Esta pensão, que assim tem principio do dia da data das letras, fica sendo um onus real inherente aos fructos, Tondut., supra, n. 2, Clericat., Disc. 10, n. 4; de fórma que, como diz o mesmo Tondut., Cap. 20, a n. 3: «Et ideo Pensionem debere solvi pro rata fructuum, et non pro rata temporis... Pensio siquidem est onus fructuum, et per eum, qui fructus percepit, pro rata illorum solvenda est... Non est inspiciendum tempus, quo pensio est solvenda, sed annus computandus est a data, ex expeditione litterarum Pensionis quoad Pensionarium. Nam si agatur inter possessorem Beneficii, et successorem, divisio fieri debet pro rata fructuum, et non pro rata temporis». Conf. Barbos., Vot. 5, n. 11 e 12; optime et omnino videndus Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, Cap. 9, a n. 97.

Nota: Se bem que (o que depende da fórma da reserva pontificia) umas vezes se impõe na bulla a pensão para se pagar o quartel antecipado, outras vezes para se pagar postcipado; umas vezes antes, outras depois de percebidos pelo titular os fructos do beneficio, Tondut., *de Pension.*, C. 20, n. 8, Clericat., Discord. 10, n. 7. E então na morte do titular é que entram entre os herdeiros d'elle e o successor no beneficio, quanto ao pagamento da pensão, aquellas disputas que tratam Tondut., *de Pension.*, Cap. 20, Clericat., Disc. 10 e 20, Barbos., Vot. 5, a n. 11, de que tratarei no Cap. 18, Sect. 2, e no Cap. 28, a § 240, Ridolfin., supra; as mais clausulas com que as bullas de pensão se costumam formular se explicarão nos competentes logares d'esta obra.

CAPITULO XIV

Não póde o pensionario exigir a pensão (nem ainda recebe-la, pagando-se-lhe voluntariamente) senão depois de expedidas as letras sob pena de perdimento e extincção, bem que as letras se retrotrahem ao dia da assignatura da graça; nem exigir a pensão, ainda depois de expedidas as letras, antes da sua justificação, quando d'ella dependem as premissas da graça.

§ 107

Na conformidade da regra 52 da chancellaria suscita Rigancio no seu commentario, e no n. 41, esta questão: «An possit tuta conscientia ante litteras expeditas exigi Pensio? Cum enim in Supplicatione super reservatione Pensionis apponatur clausula, quod, si litteris non expeditis Pensio exigatur, nulla sit illius reservatio, palam fit, quod exigi nequeat etiam in foro conscientiæ, et valde suspecta esset talis Pensionis exactio, cum perinde sit, ac si propria auctoritate fieret, quod in re annexa spirituali dici non potest sine vitio simoniæ». E infere o mesmo Rigant., no n. 44, ut ibi: «Si quis ante expeditionem litterarum super reservatione Pensionis eam exigeret, utique, ut diximus, nulla esset reservatio, nec Pensio amplius exigi posset, etiam post expeditionem litterarum propter Decretum ejusdem Pensionis annullativum in supplicatione appositum, etc». Conf. Card. de Luc., *de Pension.*, Discurs. 29, n. 3, e *ad Ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 11, n. 2 e 3, Tondut., *de Pension.*, C. 50, n. 1.

§ 108

Mas, depois de expedidas as letras (não se havendo recebido antes a pensão), ellas têem retrotracção ao passado para em execução d'ellas se poderem pedir as pensões vencidas desde o dia da data anterior á expedição

das letras, Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 29, n. 4, et d. Cap. 11, n. 3. De fórma que, devendo as letras expedir-se dentro de nove mezes sob pena de perdimento da pensão, se dentro d'elles se expedem, se vencem os pagamentos dos semestres atrazados, tendo as letras retrotracção ao dia da signatura da supplica, Tondut., *de Pension.*, Cap. 37, a n. 1 e 18.

Nota: Bem como (diz o nosso Portugal, *de Donat.*, L. 1, C. 4, n. 12): «Fructus bonorum, reddituum Civilium (vulgo Juros e Tenças) quæ in Donatione (Regia) continentur, pertinent ad Donatarium a die datæ, seu concessionis ante litterarum expeditionem; dummodo cum effectu litteræ expediantur». E ao nosso proposito n. 13, ibi: «Etiamsi litteræ Pensionis non præsentarentur, nisi post duos, vel tres annos a tempore assignatæ Pensionis, nihilominus solvi debent integræ pro tempore præterito». Confira-se o Card. de Luc., *de Feud.*, Disc. 109, a n. 13, et *de Alienat.*, Disc. 1, sub n. 113.

§ 109

Declara porém o mesmo Rigant., n. 45 e 46, ut ibi: «Sed si litteris præfatis jam expeditis, obtinet Pensionarius dispensationem retinendi eamdem Pensionem in statu conjugali, aut regulari, eamque exigeret, non expeditis hujusmodi dispensationis litteris, Pensio non remanet extincta, quia Decretum super nullitate Pensionis, solum apponitur in illius reservatione, non autem in retentione, eoque proinde cessante, nullitatis pœna ex vi hujus Regulæ non inducitur, etc». Concordam o Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 22, n. 29, 30 et 44, et *de Pension., ad Ornat. Const. Innoc.*, Cap. 11, n. 4, 5, 6, Corrad., *in Prax. Dispensat.*, L. 1, C. 6, n. 14, *De Justis Dispensat. Matr.*, L. 1, C. 7, n. 42.

§ 110.

Ainda mesmo expedidas as letras, se por alguma das

clausulas referidas no Cap. 13, e que se referirem no Cap. 16, a graça da pensão é condicional que dependa de justificação das premissas, emquanto esta se não cumpre, não póde o pensionario exigir a pensão. Addentes ad Cardos., *in Prax.*, verbo *Pensio*, pag. 199, prope finem; e isto porque «ubi agitur de commodo, et usu Gratiæ ex parte impetrantis, tunc Gratiæ ante exequutionem est incompleta et imperfecta... Quodque exercitium et commodum Gratiæ sit quid diversum a perfectione Gratiæ, ex eo etiam elicitur, quod licet ista per solam signaturam perficiatur, adhuc commodum dari non potest sine litteris, diciturque perfecta ea perfectione qua se habet potentia ad actum, etc.» E acrescenta o mesmo Rigant., n. 79, 80 e 81, que «semper dicitur Gratia conditionalis quoad substantiam illa, quæ non dependet a libera voluntate, et arbitrio exequutoris, sèd a judiciali verificatione narratorum coram eo facienda, mediante Processu, Tondut., *Resol. Benef.*, Lib. 2, Cap. 4, § 2, n. 9. Non enim dependet ab illius arbitrio, et voluntate facere, vel non facere Gratiam, sed a judicio ferendo post judicialem Processum, quo casu Gratia ipsa dicitur conditionalis, non autem exequutio. Interim vero pendente judiciali verificatione, Gratia quoad commodum non dicitur consummata, nullumque jus certum et validum impetranti tribuit; sed stat in suspenso, donec qualitates expressæ verificentur».

Isto mesmo, aindaque não tão fundamentalmente, resolveu com o commum dos DD. o nosso Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 63, a n. 7, ibi:

«Primo: Quia illa Pensio de novo fuit reservata sub conditione, et clausula, si intra quartam partem posset habere locum, et eam non excederet, quod prius dictus Martinus debebat probare, maxime parte opponente, cum non esset in possessione illam exigendi.»

«Secundo: Quia indubitati juris est, quod quando Pensio reservatur sub aliquo modo, aut conditione tenetur Pensionarius eam justificare; quamvis agatur contra eum, qui Pensioni consensit, non solum in petitorio, sed etiam

in possessorio, quando agitur executive, si Pensionarius non est in possessione exigendi.»

«Tertio: Quia Titularis, attento jure, non potest ad solutionem compelli, non justificata prius narrativa, modo, aut conditione, sub qua a principio facta fuit reservatio; nec litteræ prius exequi debent; imo potius supersedendum, donec conditio aut modus justificetur... Vulgare enim est, quod in gratiosis omnia narrata prius verificanda sunt, etc. Alias Gratia non exequitur, et reservatio ante justificationem non habetur pro Gratia Apostolica.»

Ex professo Roz., *de Executor. litterar. Apostol.*, P. 1, C. 7, a n. 239, cum sequentib., Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, C. 9, a n. 108, et a n. 117.

§ 111

Declara porém o mesmo Ridolfin., a n. 109, que esta regra geral cessa quando não é necessaria prova da narrativa da graça, como: 1.° «quando agitur contra eum, qui Pensionis reservationi consensit, nisi Gratia, ut supra sit conditionalis; 2.°, quando Pensionarius est in quasi possessione exigendi nisi forte constet de non reservatione Pensionis; 3.°, eo minus, quando Pensionarius est in pacifica possessione 30 annorum, quia tunc litteræ præsumuntur justificatæ; 4.°, quando ultra consensum adest obligatio Cameralis (não se pratica no nosso reino, sobre o que se veja Moraes, *de Execut.*, L. 1, C. 1, a n. 16), et Gratia est pura; quia tunc nulla justificatio requiritur; 5.°, in narrativa juris cessi, quando adest clausula, quod Pensio debeatur, etiamsi nullum jus cedenti competeret; 6.°, parte non opponente; tunc enim ea solum sunt justificanda, quorum falsitas Gratiam vitiaret, vel quorum expressio Papam ad Gratiam concedendam facilius movisset.»

§ 112

Tambem o mesmo Ridolfin., a n. 111, limita a regra, de

qua supra, § 110, «quando quis est in possessione exigendi Pensionem, tunc enim non est opus justificatione, etiamsi gratia sit conditionalis, et eo magis, si quis sit in quasi possessione 30 annorum, cum hoc temporis spatio clausula dummodo justificata præsumitur, etc.»; veja-se porém mais largamente ao diante o Cap. 16.

CAPITULO XV

Graça «perinde valere» ou sanatoria da pensão nulla por qualquer defeito; effeito d'esta graça sanatoria

§ 113

«At ubi litteræ Apostolicæ fuerunt expeditæ, tunc pro Sananda Gratia, quæ aliquo defectu laboret, opus est Rescripto revalidatorio, quod dicitur Perinde valere, ut explicant mox relatæ auctoritates, et præsertim Roz., *de Executor.*, Cap. 6, n. 319, et seqq., Corrad., in *Prax. Dispensat.*, L. 8, Cap. 5, n. 56 et seqq., qui tamen asserunt magnam esse similitudinem, et connexionem inter reformationem, et rescriptum Perinde valere: et sicut in illa totus tenor supplicationis præinseritur; ita in Gratia Perinde valere narratur integer tenor Gratiæ prius concessæ; quodque sicuti reformatio non datur litteris jam expeditis, ita Perinde valere non conceditur sola supplicatione signata; quamobrem, cum exhibetur supplicatio pro Gratia Perinde valete, officialis rescribit ad calcem ejusdem supplicationis—Doceat de litteris—, quibus exhibitis, subditur—Docuit—, et tunc supplicatio signatur, ut ex Rot. testatur Amayd., *de styl. Datar.*, L. 1, Cap. 14, n. 11 e 12; et super hac materia adest decretum Clar. mem. Cardinalis Corradi Pro-Dattarii San. mem. Alexandri VII, publicarum 16 Januarii 1662, et verbis sequentibus conceptum.»

«Tertio, si nondum fuerit registrata supplicatio, super cujus emendatione petitur secunda Gratia, quia necessaria non est Gratia Perinde valere, reformatio non denegatur, nisi aliter nobis, vel datario pro tempore existenti visum fuerit.»

«Quarto, post completam Bullarum expeditionem, nempe illarum plumbationem, et registrationem, non conceditur reformatio, sed tantummodo Perinde valere, aut novæ Provisiones, excepto casu alicujus materiæ levis, veluti formæ Gratiosæ, vel similis, etc., nisi aliter nobis, vel eidem datario pro tempore existenti visum fuerit, et tunc quoties debuntur hujusmodi reformationes, omittatur in supplicationibus reformationum hujusmodi clausula—Dummodo si litteræ Apostolicæ jam expeditæ fuerint, vigore præsentis Gratiæ non corrigantur.—

«Rescriptum hoc Perinde valere fundatur super maxima æquitate, ut ait Lotter., dicto Lib. 2, Q. 54, n. 34, et debetur ex justitia vigore clausularum primæ Gratiæ, ibi— Ita quod litteræ, etc. in forma Perinde valere, etc. Amayden., *de Styl. Datar.*, L. 1, Cap. 14, n. 21, Ros., *de Executor.*, P. 1, C. 6, n. 328: et retrotrahitur ad tempus impetratæ Gratiæ principalis, suscitando spiritum primi rescripti, operaturque ex nunc, prout ex tunc, ac habet oculos retro, perinde ac si ab initio nullus defectus adfuisset. Rebuff., *in Prax.*, Tit. *de Reser.*, etiam Perinde valere n. 4, Lotter., d. L. 2, Q. 54, n. 59, Corrad., *in Prax. Benef.*, L. 8, C. 5, *de Justis Dispens. Matrim.*, L. 3, C. 16, n. 83, Ros., *de Execut.*, dict. Cap. 6, a n. 323, Rot., etc. Operatur enim ac si omnia in primis litteris fuissent expressa. Rot., etc.» Confiram-se Begnudell., verbo *Clausulæ Apostolicæ*, n. 51, Tondut., QQ. Beneficial., P. 2, C. 4, a n. 1 a 6 ibi: «Rescriptum Perinde valere impetratur, quando quis obtinuit a Papa Gratiam, seu provisionem alicujus Beneficii, quam dubitat aliqua ratione esse validam, seu impugnari posse; tunc recurritur ad eundem Papam ad obtinendam Gratiam ad hoc ut provisio prima æque valida sit, ac si primo omnia requisita intervenissent. Differt a nova provisione quæ datur, quando prima Gratia fuisset obtenta ab alio quam a

Summo Pontifice; sed Perinde valere datur, quando ipsemet Papa primam Gratiam concessit. Hæc itaque Gratia fulcit priorem concessionem corruentem, et moribundæ insufflat spiritum vitæ.»

«Intellige ut hoc verum sit, quando principalis Gratia nondum est collapsa; nam si ipsa nullitatis, aut subreptionis vitium haberet, aut causæ defectum pateretur; sane sicut prima, et principalis Gratia nulla est; ita et corrueret ista accessoria; quia sublato principali rescripto, tolluntur omnes clausulæ, et concessiones accessoriæ. Et ideo necesse est omnes defectus exprimi in hac Gratia, qui intervenerunt in prima; alioquin non sanatur per hanc secundam, nisi quatenus expressi fuerint in ea; ideo in hac expressione si adsit aliquis defectus obtineri debet Perinde valere, super alio Perinde valere.»

§ 114

Para a sanatoria da pensão nulla é necessario novo consentimento do titular do beneficio, e isto pelo direito que elle tinha adquirido na nullidade da pensão. Se nos beneficios da collação ordinaria falta o consentimento do titular, raras vezes se dispensa pelo pontifice, Rigant., ad Reg.ª, 25, Cancell., § 2, a n. 76; e, se seguir a primeira opinião, de qua § 29, será preciso o novo consentimento do padroeiro. Ha exemplos de sanatorias de pensões, dispensando os papas os consentimentos dos titulares, exemplos que refere Rigant., á Regr. 45, § 2, a n. 81; porém desde o n. 98 refere muitos outros exemplos, em que as sanatorias se denegaram sem novos consentimentos dos titulares, que os papas não quizeram dispensar. N'esta variedade distingue o mesmo Rigant., n. 102, 103 e 106, ut ibi: «Pluries quoque successivis temporibus actum fuit in Sacra Congregatione Concilii de similibus Pensionum revalidationibus ad eam pro voto a Pontificibus remissis; habitaque fuit præ oculis duorum casuum distinctio. Primus est, quando certo constit, Pensionem fuisse a prin-

cipio nulliter reservatam, vel postea certo extinctam; et hoc casu censuit, concedendam non esse revalidationem, quia aliàs non esse sanare ægrotum, sed mortuum resuscitare, et sic non sanare Pensionem, sed gravare Ecclesiam onere novæ Pensionis, tollendo jus libertati Ecclesiæ, ac Titulari certo quæsitum. Præsertim, si nullitas Pensiónis fuisset ab eodem Titulari judicialiter acceptata.»

Nota: Aqui se refere o caso, em que escreveu Piton., Tom. 4, Discept. 144, e em que os seus escriptos se desattenderam; caso, qual era. Um conde tinha uma pensão de 500 escudos sobre os fructos de certo bispado; e casou antes de impetrar indulto, casamento pelo qual perdeu a pensão (ut infra Cap. 23); ainda apesar de ter antes do matrimonio requerido por seu agente o indulto, e se persuadir que estava já concedido quando casou, e por isso a pensão assim extincta se não sanou; bem que no n. 105 refere uma sanatoria em diverso caso.

§ 115

«Secundus casus est (continúa Rigant., n. 106) quando legale aliquod oritur dubium super nullitate Pensionis ab initio reservatæ, vel postea extinctæ; et in his terminis cum non militet illa asperitas, quæ consideratur in derogando juri certo Titulari quæsito facilius Sacra Congregatio respondere solet pro revalidatione Pensionis, vel simpliciter, vel ad cautellam.

Nota: Que absolutamente em todo o caso para a sanatoria é necessario novo consentimento do titular, são applicaveis as doutrinas do Card. de Luc., *de Benef.*, Disc. 48, a n. 7. Pelo contrario Tondut., *QQ. Benef.* P. 2, Cap. 4, § 4, n. 9 e 10. Esta distincção pois deve seguir-se.

§ 116

Se porém a pensão (para transferir a qual havia indulto e traslação de que tratarei no Cap. 17) foi transfe-

rida em pessoa incapaz, já não é tão facil obter a sanatoria da traslação para que o translatario incapaz a possa reter, Piton., Tom. 1, Discept. 30, Rigant., ad Reg. 45, Cancell., § 2, a n. 142, ibi: «Cæterum, ubi certo constaret Pensionem fuisse nulliter translatam, vel in laicum, vel in eum, qui incapax est absque Apostolica Dispensatione (vej. supra a § 62) illam retinendi; tunc magis rigide procedendum esset in indulgenda Sanatoria, quam procedi solet in sananda Pensione nulliter ab initio reservata; quia, cum translatio ipsa Pensionis sit exorbitans, et odiosa, quippe, quæ prorogat servitutem Ecclesiarum, et Beneficiorum, eamque perpetuat post obitum Pensionarii, quasi per speciem hæreditariæ Successionis, ut contra hujusmodi Translationem exclamant Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 31, n. 11, Disc. 58, n. 5, Disc. 66, n. 8, Tondut., *de Pension.*, C. 42, n. 23, etc., etc.; non ita facile admitti debent exempla Sanationum, qui esset multiplicare odia, quando ex omnium jurium dictamine ea debent restringi.

Nota: Se o rei auctorisa a pensão imposta no beneficio do seu padroado, sustenta Rigant., supra, a n. 162, com bellas rasões, que não é necessario o seu novo consentimento, nem para se impetrar indulto de conservar a pensão (aliás auctorisada pelo rei) no estado conjugal; veja-se adiante a §.

§ 117

«Verior est opinio quod Gratia Perinde valere nunquam retrotrahitur in præjudicium Tertii, cui medio tempore jus quæsitum fuit. Cum enim Gratia principalis sit nulla, ex ea nullum fuit jus quæsitum primo impetranti, sed bene quæsitum fuit impetranti medio tempore; quod sane jus, ut ei tollatur, necessarium est, quod Papa ei expresse deroget, Roz... Van-Esp... Rebuff., etc.» Ita Rigant., ad Reg. 44, Cancell., a n. 30, «At vero (continúa Rigant., a n. 37) quod diximus Gratiam Perinde valere operari a

data præsentium, nec retrotrahi in præjudicium juris medio tempore Tertio quæsiti, declaratur, ut locum sibi vindicet, quando fuit jus validum, et perfectum dicto impetranti quæsitum, quodque solum censetur implicite præservatum, secus vero si nulliter ipse impetrasset, nam tunc Gratia revalidatoria suffragatur a principio Gonzales... Roza... Rot., etc.»

§ 118

«Ex eadem ratione non irrogandi præjudicium Tertio in jure sibi quæsito, emanat altera conclusio, quod necessaria sit mentio litis in Gratia Perinde valere si ea pendente petatur, etiam si agatur super possessorio: et mentio litis facienda est explicite, non sub involucro verborum; quamvis Gratia præfata concessa fuerit motu proprio, Rigant., supra, a n. 41, Roz., *de Executor.*, P. 1, C. 6, n. 366, v *De lite.* Ainda quando nas letras se vê esta clausula *Et inter aliquos lis,* etc., disputam os DD., se esta clausula é para supprir aquella reticencia: uns refere Rigant., n. 45, pela affirmativa; outros no n. 47 pela negativa, e entre elles Roz., supra, n. 336, mas desde o n. 48, passa a distinguir entre outra lide antecedente sobre diversa questão; ou a lide sobre a validade da graça, de que se impetra a sanatoria; e n'este caso requer uma especifica narração; e desde o n. 52, declara que «non est necessaria mentio litis in gratia Perinde valere, quando non cedit in præjudicium alterius litigantis; quia non est prohibendus aliquis, lite pendente, aliquod jus, seu rem impetrare; dummodo tamen id fiat sine præjudicio juris alieni, etc.»

§ 119

Se a primeira graça do *Perinde valere* é nulla, póde impetrar-se segunda para revalidar o defeito da primeira, Tondut., acima transcripto no fim do § 113, Roz., *de Executor.*, P. 1, C. 6, n. 337; mas a sanatoria de um

defeito, como stricta, não suppre outros omissos, Torr., *de Pact.*, Decis. 17, n. 11, 12 e 13, et Decis. 212, vide ad omnia Roz., *de Execut.*, P. 1., Cap. 6, a n. 321 a 337.

Nota: Sendo nulla a pensão por qualquer causa, ou extincta, não está no arbitrio do titular e pensionario sanar-lhe a nullidade ou extincção, Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 1, Cap. 39, n. 49, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 1, Cap. 3, n. 2, e L. 3, Cap. 11, n. 31 e 32, Rot., post Torr., supra, Decis. 212, optime Salgad., *Labyr. Credit.*, P. 4, C. 7, a n. 16.

CAPITULO XVI

Execução da bulla da pensão ou da sanatoria perante o commissario delegado; justificação das premissas, quando necessarias; quando ella o não é; como se deva provar o valor do reddito do beneficio pensionado. Descontos necessarios d'esse valor, etc.

SECÇÃO I

Quando a bulla de pensão precisa ou não de justificação do valor dos redditos perante o delegado

§ 120

Já desde o § 80 até 85 e 87, e desde os §§ 103, 110 e 111, debaixo da commum distincção de ser a bulla clausulada *dummodo remaneant centum pro Rectore*, ou não ser assim clausulada; e debaixo de outras distincções está mostrado quando incumbe ou não incumbe ao pensionario provar o valor do reddito do beneficio pensionado, ou quando ao titular: nada mais me resta advertir a este respeito.

§ 121

Se a pensão é imposta em beneficio parochial sem a

clausula *Dummodo remaneant centum pro Rectore*, mas com a clausula *motu proprio;* n'este caso não precisa de justificação, Roz., *de Execut. litterar. Apostol.*, P. 1, Cap. 5, n. 205 e 206, Garcia, *de Benefic.*, P. 1, Cap. 5, a n. 497, Begnudell., verbo *clausula*, n. 1, Tondut., *de Pension.*, Cap. 14, n. 33; porém o Card. de Luc., *de Benefic.*, Disc. 90, n. 36, se inclina a que essa clausula não opera os regulares effeitos, nem quando se trata de beneficio parochial, em que sempre se subentende reservada a congrua; nem nos beneficios, que dependem de uma administração activa, e, ou que por outras circumstancias, tirada a pensão, não fica o necessario para o titular; porque n'estes casos, diz o mesmo Luca «*intrare dicitur ratio falsi præsuppositi, seu alias deficientis voluntatis Papæ.*»

§ 122

Por outra parte o mesmo Tondut., d. Cap. 14, a n. 36, adverte, que o mais que opera esta clausula na bulla da pensão, é impor ao titular do beneficio a obrigação de provar que, deduzida essa pensão estabelecida motu proprio, não lhe resta o necessario para sua congrua sustentação; mas apesar da clausula lhe fica livre esta prova para fazer diminuir a pensão excessiva: assim o segue Roz., *de Executor. Litter. Apost.*, P. 1, C. 5, n. 206, Garcia, *de Benefic.*, P. 1, C. 5, a n. 502; conf. Idem Roz. P. 1, C. 16, n. 20 e 21, Begnudell., *Prax. Clausular. Apostolic.*, n. 1, ✝ *non Tamen*, aonde juntamente e em geral limita em sete casos, que refere, os regulares effeitos d'esta clausula: veja-se Rigant., á Regr. 55, a n. 21, onde faz differença entre o caso de ser dado o beneficio motu proprio só por supplica de parte; e n'este caso exige justificação.

§ 123

Aindaque a narrativa com clausula *ut asseris* precisa de justificação (§ 93), não assim a clausula *ut asseritur*,

Begnudell., supra, n. 13, Roz., *de Executor. Litterar. Apostol.*, P. 1, C. 5, n. 15; adverte porém no n. 16, que «*potest tamen dici de defectu intentionis Papæ, si contrarium constiterit.*» Conf. Tondut., *de Pension.*, Cap. 14, n. 16. Vid. Augustin. Barbos. Claus. 188.

§ 124

Quando se renuncia com pensão o beneficio, a cujo titulo o resignante se ordenou, se costuma inserir a clausula já referida nos §§ 94 e 96; é necessaria justificação d'esta clausula, e justificação concludente «verificatio tamen fieri debet juxta statum, seu qualitatem resignantis, et Patriæ, in qua vitam degit; ita ut plus requiratur in una persona nobili, quam in alia, plus in una Patria quam in alia», Roz., *de Executor.*, P. 1, Cap. 5, n. 25, Tondut., *de Pension.*, Cap. 58, a n. 1, acrescenta o mesmo Roz., P. 1, Cap. 7, n. 204, que está prova deve ser relativa ao tempo da graça; conf. Garcia, *de Benefic.*, P. 2, Cap. 5, n. 209. «Cum tamen resignatur Beneficium (de quo hic agitur) cum Pensionis reservatione, quæ aliàs sufficiet ad vitæ sustentationem ex ipsa reservatione Pensionis pateret, tunc alia verificatione non erit necessarium». Roz., supra, n. 206, Garcia, d. n. 209, Tondut., *de Pension.*, C. 58, n. 12. Confiram-se os §§ 94 e 96; veja-se sobre todo este § e o 95 e 96, Rigant., á Regr. 24, § 5, a n. 87.

§ 125

Já está demonstrado no § 87, que não incumbe ao pensionario a prova do valor dos redditos, quando o titular, que consentiu na pensão confessou e asseverou que estava certificado das forças do beneficio para supportar a pensão a que se obrigou, etc. Nada mais é aqui preciso advertir: só sim que, se apesar d'essa condição a bulla tiver a clausula *Dummodo*, esta suffoca as mais, e

deve o pensionario justificar o valor, Rot., *in Mantiss.*, ad Luc., L. 13, Dec. 49 e 50.

§ 126

Não é necessario justificar o valor do beneficio, quando foi, e vem expresso na bulla, aindaque com a clausula *forsitan*, Roz., *de Execut. litter. Apost.*, P. 1, C. 7, n. 175.

SECÇÃO II

Outras circumstancias que, alem do valor do beneficio, se devem justificar perante o executor

§ 127

«Narrativa Partis in omnibus litteris Apostolicis potest esse duplicis speciei; vel est fundamentum Gratiæ, seu in qua se fundat Papa ad concedendum; altera, quæ non est fundamentum Gratiæ seu non est causa finalis, sed tantum impulsiva, sive concomitans, ut alii loquuntur. Pro certo tenendum est, quod in gratuitis narrata sunt justificanda, ut Gratia suffragetur ei, qui illam impetravit, sive sint expressa in vim modi, sive per modum conditionis quia narrativa est pars Gratiæ: et propterea omnis narrativa est ante omnia justificanda; remanet enim Gratia nulla, cum narrata non verificantur.» Roz., *de Execut. litter. Apostol.*, P. 1, C. 7, n. 3, 4 e 5.

§ 128

Consequentemente, como nem em todos os beneficios se póde impor pensão (§ 27 e seguintes); e a qualidade do beneficio em que a pensão se impõe, deve narrar-se (ut a § 70), é consequente dever provar-se esta qualidade perante o executor, Rot., post Tondut., *de Pension.*, De-

cis. 44, n. 12, Roz., *de Executor. Litter. Apost.*, P. 1, C. 7, n. 95.

§ 129

Como só em favor de clerigo se póde impetrar pensão, e para se impetrar em favor de outras pessoas leigas é necessaria revogação de constituições apostolicas, ut a § 55, et a § 88, é consequente que na execução se devem justificar as qualidades fundamentaes da graça; ut plene Roz., supra, a n. 207.

§ 130

Como não póde impetrar-se pensão sobre beneficio gravado com outra antecedente, sem menção d'esta, e sob pena de nullidade (ut a § 76), ou relatando-se a antecedente, se passa a bulla com a clausula «*Etiamsi super eis fructibus aliæ Pensiones*, etc. (ut § 101), e esta clausula tem a intelligencia exposta no d. § 101, é consequente que no primeiro caso se justifique perante o executor que o beneficio não está gravado com outra pensão; e no segundo que, deduzidas todas as pensões, ainda restam para o titular os cem ducados de oiro da camara.

§ 131

Como se deve narrar o valor do beneficio pensionado (§ 78 e seguintes); se se não verificam as limitações da regra a §§ 78 ad 87, et § 111, é regra geral que este valor deve justificar-se na execução; emquanto se não justifica está suspensa a graça; e sendo falsa a narrativa do valor, é nulla a mesma graça, e não se deve julgar conforme e executada, Roz., *de Executor.*, P. 1, C. 7, n. 124, Rigant. ad Reg. 45, Cancellar., Sabell., § *Pensio*, n. 4 e 5.

§ 132

Esta narrativa do valor e a sua prova se faz por dois

modos, ou *negative per non excessum*, ou *affirmative per ascensum;* n'estes dois modos ha differença; «nec ab uno ad alium infertur; nam narrativa valoris facta per non excessum non probatur per probationes de ascensu, nec per testes deponentes per excessum, et vice versa; et quilibet excessus verificatur in expressione, facta negative per non excessum: quod secus est, cum per ascensum facta est narrativa». Roz., d. Cap. 7, n. 139 e 140.

§ 133

A mesma narrativa do valor, quanto á sua prova, admitte mais ou menos rigor, conforme a diversidade de casos; ella basta que seja leve, quando o papa motu proprio confere o beneficio com pensão, aindaque com a clausula *Dummodo* (vej. § 122); basta tambem prova mais leve, quando o resignatario reserva para si pensão, que é das mais favoraveis; é pelo contrario necessaria prova mais rigorosa e mais concludente, quando a pensão se impõe em beneficio pleno consentindo o titular, maxime em favor de algum seu consanguineo; porque esta pensão é mais suspeita e a mais odiosa, Card. de Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 12, a n. 5.

Nota: As mais clausulas referidas no Cap. 13 é bem certo devem justificar-se debaixo das declarações ahi expostas.

SECÇÃO III

Na diversidade dos casos (§§ 132 e 133), como se deva julgar provado o valor; quaes redditos e emolumentos do beneficio devam entrar n'esse calculo; quaes encargos d'elle se devam excomputar do valor «maximo» para subsistir a pensão nos bispados ou parochias.

MEMBRO I

§ 134

Supposta aquella differença entre a narrativa *per non excessum*, e a narrativa *per ascensum*, e deixada para outros casos da sua competencia a prova da negativa *per non excessum*, que é mais favoravel, ex Roz., *de Executor.*, P. 1, Cap. 7, a n. 142; a narrativa *per ascensum ad aliquam summam*, diz ao nosso proposito o citado Roz., n. 177: «Quando exponitur affirmative per ascensum ad aliquam summam (quæ expressio ita fieri solet in omnibus resignationibus cum pensione, Amayden. loc. cit., cujus rei assignat rationem, quia cum Concilium Trident., Sess. 25, C. 13, requirat, ut remaneant mille pro Episcopo, et centum pro Rectore; et in Dignitatibus, et Canonicatibus Dataria non admittat resignationes, nisi concurrant duo; primum, quod resignanti remaneat, unde commode vivere possit, et resignatario tantum obveniat, ut dignitatem cum decore sustinere valeat, et licet detur casus, quo resignatarius sit dives, adeo ut dignitatem honorifice sustinere valeat non ex Ecclesiæ proventu, sed ex patrimonii redditu; nihilominus Dataria cogitat casum, quo Resignatarius decederet Pensionario superstite, et Dignitas, seu Canonicatus esset conferendus idoneo, sed pauperi; ideo requirit, ne Pensione fructus Dignitatis, sive Canonicatus exhauriantur, ne videlicet Dataria adstringatur conferre diviti minus habili, quam pauperi

valde idoneo, et ideo requirit expressionem valoris per ascensum».

§ 135

N'estes casos prosegue Roz., n. 178, dizendo que: «Tunc aliter regula constituenda est, et dicendum est, quod valor affirmative narratus concludenter sit probandus, quia est fundamentum Gratiæ: igitur in probando valore respectu validitatis Pensionis reservatæ super Beneficio resignato ad favorem resignantis; tunc in primis valor debet esse certus tempore reservationis Pensionis». Conf. Tondut., *de Pension.*, Cap. 14, n. 11 e 12, ibi: «Isto casu probatio valoris debet esse concludens, quia agitur de probando valore per ascensum affirmative, non autem per non excessum negative... adeo ut non sufficiat quod testes deponant de valore per famam, nec sufficiat confessio valoris per non excessum».

§ 136

Se se trata de pensão imposta em beneficio pleno, que já vimos, §§ 86 e 133, ser a mais odiosa; n'este caso deve a prova ser feita com o rigor que exagera o Card. de Luca, transcripto no d. § 86, e que tambem exige o citado Roza, n. 180 e 181, ut ibi: «Quæ narrativa de vero valore ideo opus est, ut exprimatur, quia cum agitur de Pensione, quæ reservatur super fructibus Beneficii pleni, Papa non habet plenam certitudinem valoris, et alioquin vult scire valorem punctualem; quapropter consuerit apponi in litteris illa clausula ut asseris, quæ facti dubietatem demonstrat in concedente, et conditionem importat, et æquivalet, ac si dictum esset, si ita est... imponit impetranti maiorem ac strictiorem obligationem plene, et concludenter probandi hujusmodi valorem».

§ 137

«Sequitur etiam clare (continua Roz., a n. 183), quod

cum valor fuerit expressus conditionaliter, debeat plene, concludenterque probari affirmative contestando, quod redditus ascendunt ad talem summam, nempe ad expressam; nec, ut diximus, hoc casu valor probari potest per probationem negativam, deducendo illum per non excessum; nec sufficit expressio facta per Titularem in supplicatione; sicut nec probat expressio facta in reservatione Pensionis... valor expressus usque ad obolum verificari necesse est... Nec in casu attenditur æquitas in remittendo sextam partem sed prævalet rigor.»

§ 138

E conclue Roz., n. 188, 189 e 190, ut ibi: «Sequitur ex dictis, quod valor pro sustinenda Pensione non possit probari per publicam vocem, et famam... Probationes in hac materia conjunguntur... In casu vero, quo testes in hac materia discordent in summa, attenditur minor summa in qua concordent; et cum nullo modo concordant, liquidatio valoris, fit secundum mediocrem summam». Conf. Tondut., *de Pension.*, Cap. 14, n. 15; conf. tambem Barbos., Vot. 126, n. 173.

§ 139

Se se trata de pensão imposta em favor do resignante (aindaque menos odiosa) sempre diz o mesmo Roz., n. 179, que: «In probando valore respectu validitatis pensionis reservatæ super Beneficio resignato ad favorem resignantis; tunc in primis valor debet esse certus tempore reservationis Pensionis». Et n. 195, ibi: «Et cum Pensio est reservata cum expressione certæ summæ in casu resignationis cum clausula non aliàs, vel alia simili quæ conditionem importet, et cum restrictione ad certam summam; tali casu, cum valor expressus per viam conditionis non justificetur, Pensio erit nulla, tanquam subreptitie imposita et reservata; et cùm expressio, seu narrativa valoris restrictive ad certam summam ad finem determinandi

quantitatem Pensionis pro congrua, quæ remanere debet penes ipsum resignantem, qui etiam protestatur se sub illa reservatione resignare, addita etiam clausula et non alias; tunc Pensio sit individua; et si in obolo deficiat valor, in totum Pensio corruit». Conf. Lotter., *de Re Benefic.*, L. 1, Q. 41, n. 33, Tondut., *de Pension.*, C. 15, sub n. 6.

§ 140

Se a bulla contém a clausula *Dummodo remaneant*, etc.; então não só esses cem ducados devem ser livres de todos os encargos do beneficio, e as testemunhas, que depozerem do valor, devem ter attenção a elles, Roz., *de Execut. litter. Apostolic.*, P. 1, C. 7, n. 194, ut ibi: «Cum coram executore agitur pro justificandis litteris, in quibus Pensio fuit reservata cum clausula dummodo remaneant centum pro Rectore: quia etiam illa centum debent remanere libera ab omni onere... tunc enim testes debent deponere coram executore deductis oneribus positive, nempe ab extra impositis ex extrinsecis... Et debent esse informati de valore bonorum Beneficii et reddituum».

§ 141

Mas esse valor, mesmo com esses rebates, se deve justificar perante o executor com o rigor que exige o citado Roz., n. 198 e 199, ibi: «Hactenus dicta eo magis procedunt, quando in litteris fuit apposita clausula dummodo remaneant centum pro Rectore, cum Beneficium est curatum; tunc enim sive Beneficium fuerit plenum, quia resignatum, sive vacuum, omnino debet verificari ab executore, quod dicta summa remaneat pro Rectori libera ab omni onere juxta Trident. dispositionem, Sess. 24, C. 13, illæ enim dictio, seu clausula dummodo conditionem importat, et prius justificari debet... Et plena, et concludens requiritur tunc justificatio, seu probatio... in hoc casu non sufficit probatio per famam... etiam Parte non

opponente, etc.» Conf. Tondut., *de Pension.*, Cap. 14, n. 12 e 13, Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, Cap. 9, a n. 117. E isto aindaque o titular consentisse na pensão, e n'essa quantidade mesma, e se obrigasse paga-la como bem informado das forças do beneficio; porque intervindo a dita clausula, esta prevalece a todas as mais, e deve o pensionario necessariamente justificar com todo o rigor, que reduzida a pensão, ainda restam salvos os centum pro Rectore, Ridolfin., supra, n. 119, aonde diz que esse consentimento e essa obrigação ficam ampliados com a condição que induz a dita clausula; optime etiam *Rot. Roman. in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, Decis. 49 e 50.

§ 142

No rigor da prova do valor do reddito do beneficio, ainda ha uma differença, qual é: que quando se accusa nulla a graça pela falsa expressão do valor, são necessarias provas mais rigorosas e concludentes, do que quando se trata de a justificar perante o executor, Rigant., ad Reg. 65, Cancellar, a n. 64, e a n. 97, aonde, distinguindo estes dois casos, discorre sobre a especialidade das provas necessarias, ou sufficientes em ambos, e cada um acaba de comprovar tudo o exposto, ut ibi: «Cæterum, cum verus Beneficii valor, ne dum sit exprimendus, sed etiam justificandus, etiamsi nullus adsit contradictor, aut extrajudicialiter procedatur; hinc videndum, quomodo talis justificatio fieri debeat. Et in hac materia, in qua plurimum judicis arbitrio defertur, duo veniunt constituendi casus. Primus est, quando agitur de justificando valore ad effectum exequendi Gratiam principalem provisionis Beneficii per obitum vacantis: secundus, quando agitur de probando valore ad finem annullandi Gratiam ab altero obtentam, ob non factam veram illius expressionem. In primo casu, in quo valor de stylo exprimitur *per non excessum* sufficiunt leviores probationes. Quod locum sibi vindicat etiam contra provisum de eodem Beneficio a

Nuntio Apostolico, licet e contra provisus a Nuntio teneatur valorem, tanquam fundamentum suæ Gratiæ concludenter probare.

«Verum, licet in terminis justificandi valorem pro executione Gratiæ provisionis Beneficii sufficiant leviores probationes, hæ tamen esse debent in suo genere perfectæ, et concludentes, ita ut de valore Beneficii Pontifici narrato reddant certum animum judicis, a cujus arbitrio, ut diximus, probationis relevantia ut plurimum dependet.

«Hinc ad effectum præfatum minus idoneos esse Testes, qui non deponunt de certa scientia, sed de auditu, aut Testes, qui non sunt informati, aut extrajudicialiter, et sine juramento, sic etiam imperfecta est de se sola probatio, quæ deducitur ex similibus valoris expressionibus priscis temporibus factis per antiquos ejusdem Beneficii possessores, cum valor attendi debeat de tempore Gratiæ, aut de tempore illi proximo. Eoque magis suffragari nequit similis expressio valoris per antecessores Beneficiatos factæ, si probetur rerum status immutatus, quodque talis immutatio sit publica, ipsique impetranti innotuerit. Et quamvis non desint DD. existimantes probari valorem Beneficii ex narrativa facta in antecedentibus provisionibus: eorum tamen sententia locum sibi vindicare potest, ubi alia concurrant adminicula, quo casu valoris expressio per antecessores facta multum coadjuvat probationem valoris.

«Sic etiam locationes, non probare verum Beneficii valorem ob affectationem, quam forte habere possunt conductores erga bona et prædia Beneficii, communiter tradunt Roz., etc. Nisi plures sint, et factæ diversis temporibus, ac diversis Personis; tunc enim ex iis rite valoris Beneficii probatio eruitur; quia locationum multiplicitas tollit præsumptionem affectionis erga illius bona, quæ potest considerari in uno vel altero conductore... Prout etiam, si concurrant cum locationibus alia adminicula, Beneficii valor rite probatur.

«Probatur tamen Beneficii valor ex confessione alterius

partis venientis ex eadem vacatione, quæque in ejus impetratione similem valorem expressit, etc.

«Insuper valor est distincte probandus, et non in confuso... Rursus probatio valoris debet percutere tempus præcisum Gratiæ. Quod tamen moraliter est intelligendum, ut scilicet non percutiat tempus remotum. Hinc licet in casu, de quo agimus, probandi scilicet valorem ad effectum exequendi Gratiam principalem Provisionis Beneficii, necessaria non sit probatio per decennium, prout opus est, ubi agitur de justificando valore in materia objectiva, vel ad effectum annullandi Pensionem, ut mox dicimus; requiritur tamen probatio, quæ sit contemporanea; id est, intra eundem annum provisionis Beneficii, vel paulo ante... non sufficit probare in ipso anno Provisionis, fructus tanti, et non pluris venditos fuisse, cum id provenire possit ex illius anni ubertate vel penuria: ideoque probari debet valor per aliquot annos uniformes, et saltem per triennium.

«Et fieri debet justificatio valoris secundum communem æstimationem, ut in Regula præscribitur; unde oritur dubitatio: an sufficiat probatio valoris juxta taxam in Libris Cameræ descriptam. Et dicendum est, quod ubi agitur de Beneficiis consistorialibus, expressio valoris non aliter fieri consuevit, quam ad tramites præfatæ Taxæ. Si vero agatur de Beneficiis non consistorialibus, expressio valoris secundum taxam non admittitur; quia taxa verum Beneficii valorem non evincit. Excusatur tamen a pœna nullitatis Gratiæ impetrans Beneficium cum expressione valoris juxta taxam Cameræ.

«Fuit quoque in terminis valutationis fructuum alias revocatum in dubium; an valutatio præfacta, expleta non juxta pretium consuetum in loco Beneficii, sed secundum perpetuam, et invariabilem taxam Diœcesis, rite subsistat? Affirmative respondit Rot... Unde impetrans juste credere potuit satisfecisse Regulæ per expressionem illius valoris, quæ secundum communem consuetudinem Civitatis, et Diœcesis, etiam in aliis Beneficii Provisionibus

facta fuerit, quod sufficit ad evitandam pœnam nullitatis Gratiæ.

«Demum notandum, quod ubi agitur de substinenda Gratia Apostolicæ Provisionis Beneficii, laudabilis penes urbis Tribunalia invaluit stylus tolerandi excessum valoris in sexta parte (falla do valor per non excessum); de quo stylo cæteroquin notorio testimonium perhibent Lotter... Card. de Luc... Tondut... Roz..., etc.»

§ 143

«Secundus casus, de quo supra meminimus, est, ubi agitur de valore justificando in materia objectiva, quia nempe facta fuit impetratio Beneficii ab altero sub falsa valoris expressione, obtenti: et in hoc casu, cum agitur de materia odiosa, et quæ pœnam involvit, requiritur plena, et concludens ejusdem valoris probatio; nec admittitur conjunctio semiplenæ, cum alia semiplena probatione.

«(Et n. 102). Eo prorsus modo, quo in casu Pensionis reservatæ sub narrativa certi valoris Beneficii, non toleratur istius augmentum in sexta parte, sed valor expressus adeo præcise probandus erit, ut si in obolo deficiat Pensio erit nulla in totum, Garc., *de Benef*... Roz., *de Executor*... Lotter., *de Re Benef*... Tondut., etc.

Nota: Desde o n.º 103, prosegue Rigant., a disputa a demonstrar, quando na necessidade da prova per ascensum se deva regular o valor por dez annos precedentes; ou se por cinco antecedentes e cinco subsequentes, etc. O que omitto, porque aqui é desnecessario.

MEMBRO II

Quaes redditos e emolumentos do beneficio devam entrar no calculo do valor para o fim de que tratamos

§ 144

Quando se trata do valor do beneficio parochial, em que devem ficar salvos os 100 ducados para o parocho, diz Roz., *de Execut. Litter. Apost.*, P. 1, Cap. 7, n. 203: «Non computantur fructus omnino incerti nullam habentes certitudinem, neque ratione summæ, neque ratione quotæ seu quantitatis, ut sunt funeralia, et omnia ea, quæ ex stola percipiuntur, quia hæc sunt omnino incerta, et venter non potest dependere a futuro eventu: qui vero non sunt omnino certi, sed ratione quantitatis, ut sunt decimæ bene computantur: quod procedit, etiamsi Pensio esset reservata super incertis; nam cum in clausula dummodo non sit facta mentio de incertis, sed solum de fructibus, et redditibus, ubi agitur de statuenda congrua non veniunt fructus incertii, ut sunt funeralia, oblationes, etc. et similia, quæ sunt omnino incerta; nisi tales reditus soleant locari quotannis pro certa pecunia; et cum ponitur Pensio etiam super incertis, intelligitur de incertis, quæ habent quendam certitudinem, ut sunt decimæ, et alia quæ solum sunt incerta ratione summæ.

Confiram-se o Cardeal de Luc., *de Benefic.*, Disc. 90, a n. 69 ad 73, et *de Pensionib.*, Disc. 91, n. 6. E sobre todos o moderno Rigancio, á Reg. 55, desde o n. 117 até 123, ibi: «Et primo regula generalis sit, quod computari debeant omnia emolumenta certa ab antecessoribus Beneficiatis exigi consueta, quamvis antecessor immediatus illa non exegerit, dummodo exigere potueri: emolumenta vero incerta; quæ consistunt in Eleemosynis, Mortuariis, Oblationibus, Missis, Anniversariis, et similibus non aliter computanda sunt in constituendo Beneficii valore; quam si ad certitudinem aliquam reduci possint.

«Similiter Eleemosynæ, quæ Rectori Ecclesiæ a confraternitate dantur, vel pro Missis cantatis, vel pro Missis, et Vesperis, quando accedit ad alias Ecclesias, inter fructus Beneficii non numerantur: Rector enim Eleemosynas præfatas recipit, non uti emolumenta Beneficii, sed intuitu laboris, quem præstat cantando Missas et Vesperas.

«Quemadmodum, si ex mente fundatoris Parochus pro tempore obtinere debeat Capellaniam; quæ adnexum habeat onus celebrandi Missas, illius fructus haud calculandi sunt pro constituendo valore Parochialis; quia Parochus duplicem tali casu repræsentat personam, et Parochi, et Capellani; nec fructus Capellaniæ percipit jure Parochiæ, sed ex alio et diverso titulo, nempe Capellaniæ nullam habente connexionem cum jure Parochiali.

«Quod si Capellania cum onere celebrandi Missas sit inseparabiliter adnexa Ecclesiæ Parochiali, illiusque fructus percipiantur a Parocho, uti Parocho; tunc fructus præfatos computandos esse inter cætera Parochiæ emolumenta dixit Rot., etc.».

Nota: O Card. de Luc., *Tract. de Pension. ad ornat. Const. Innoc. XI*, C. 12, se oppõe a esta torrente de DD., e mesmo a uma conforme decisão rotal do seu tempo; arguindo tudo de erros e equivocos: elle quer que todos esses emolumentos incertos se computem nos *centum pro Rectore*; e ainda mesmo as oblações costumadas; e tudo o incerto que tem observada regularidade, e que póde ou calcular-se uns annos por outros, ou dar-se de arrendamento: eu não discuto a sua opinião particular, só sim contra ella, e pela contraria são mais forçosas as doutrinas de Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 4, T. 3, C. 6, a n. 14, et Luc. Ferrar., verbo *Congrua*, a n. 11, 16 e 17.

§ 145

Quanto ao rendimento das casas de residencia e passaes. O cardeal de Luca no *Tract. de Benef.*, Disc. 90, n. 76, firmou como certo que se não calculava para en-

trar nos *centum pro Rectore;* o que tambem seguiu Sabell., § *Pensio,* n. 5; porém o mesmo Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI,* Cap. 12, n. 16, poz tudo em duvida, dizendo «super quibus non de facili certa regula dari potest, cum decisio pendeat a singulorum casuum qualitate, et circumstantiis».

§ 146

Quanto ao valor dos redditos dos canonicatos: o mesmo Card. de Luc., d. Cap. 12, n. 14, faz varias especies de distribuições quotidianas que ahi se podem ver; e como ellas variam nas cathedraes, nada da sua doutrina se póde aqui applicar: «De domibus autem Canonicalibus locari solitis, non dubitatur venire sub valore, quando pertinent ad Canonicatum fixe ac invariabiliter; difficultas vero est in illis Domibus, quæ optantur ratione antianitatis, unde dicuntur membra temporalia, et separabilia juxta distinctionem, de qua cæteris relatis Addit., *ad Gregor.,* etc.». Conf. Riganc., ad Reg. 55, Cancell., n. 124, ibi: «In valore quoque Canonicatus non imputantur Pensiones Domorum, quæ non sunt adnexæ Canonicatibus, nec jure Canoniæ, sed possidentur juxta Canonicorum antianitatem jure optionis; cum ea tantum emolumenta in valore Canonicatus imputentur, quæ veniunt jure Canoniæ, non quæ veniunt ab extra».

MEMBRO III

Quaes onus e encargos dos beneficios se devem rebater no seu reddito liquido

§ 147

O Card. de Luc., *de Benefic.,* Disc. 90, a n. 79, nos firmou que «Quoad tertium requisitum deductionis onerum, et expensarum quoad expensas culturæ, et recollectæ etiam seminis juxta locorum qualitatem; certum est,

quod deductio facienda venit... Prout deducenda sunt onera certa, et necessaria; non autem incerta, et voluntaria... Inter necessaria reputantur refectio Ecclesiæ, ac domus Episcopi, seu Rectoris, oleum pro lampadibus, hostiæ, cerei, paramenta, Cathedraticum, expensæ visitationis, salarium unius, vel plurium Clericorum pro qualitate Ecclesiæ servitii, quatenus præstari sit solitum; nec non contributiones pro Seminario, vel fabrica Ecclesiæ... Voluntaria vero dicuntur, quæ fiunt pro maiori ornamento, et decore, vel pro maiori ipsius Titularis commoditate, ejusque labore levando, vel minuendo, inter quæ computari solet impensa coadjutoris, quando iste pro qualitate Ecclesiæ, ac servitii non sit præcise necessarius». Confiram-se Tondut., *de Pension.*, Cap. 14, n. 22 e 23, Roz., *de Executor.*, P. 1, C. 6, a n. 191, *Rot. Roman. in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, *de Jur. Patron.*, Decis. 58, 59, 60 e 61.

§ 148

Porém o celebre curialista Rigancio sobre a regra 55 da chancellaria, desde o n. 110 até o n. 114, faz uma differença entre o caso em que se impetra um beneficio, como vago por não ter o provido n'elle narrado o verdadeiro valor na fórma da dita regra, e entre os mais casos: no primeiro assenta, e com uma moderna decisão, que para sustentar a primeira graça e a sua validade contra a impetra por aquelle fundamento de se não haver exprimido o verdadeiro valor, se excomputam aquelles encargos, ainda pela boa fé do provido no beneficio, mas não se excomputam nos mais casos em que se avalia o reddito do beneficio para outros fins; concluindo, no n. 114, que «et hæc opinio conformis est stylo Datariæ, quæ in constituendo valore Beneficii nunquam admittit onerum detractionem».

CAPITULO XVII

Translação da pensão; sua origem; quanto ás pessoas, em favor das quaes se possa transferir; quanto ás formulas, solemnidades e clausulas que póde admittir; quanto á quantidade; quanto ao direito essencial da pensão, ou só da commodidade; effeitos da translação.

PRENOÇÕES

§ 149

«Nulla mentio in jure de translatione Pensionum, nec personalium, nec realium; in terris obedientiæ passim usu receptæ.

«Silentii hujus ratio est, quod quando conditi sunt Canones, quibus constat jus Canonicum, Pensiones erant alimentariæ, quarum natura, et conditio est, ut cum Pensionario expirent; deinde factæ sunt remuneratoriæ, et velut Beneficia in Commendam data, quorum resignatio permissa est initio in favorem familiarium; postea quorumlibet.»

Assim Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, T. 3, Tit. 9, Sect. 7, Reg. 33, pag. 103: «Hanc Pensionis translationem esse odiosissimam fatentur omnes; cum nec sit de jure nec de ipsius Pensionis natura; quinimo contra natura: quandoquidem Pensio reservetur ad tempus, et sic extinguatur morte Pensionarii. Translatio vero cum sit obligatio eandem solvendi de una ad aliam personam operatur perpetuitatem Pensionis post mortem Pensionarii: atque ita servitutem Beneficiis impositam quodammodo perpetuam efficit; præsertim, quia qui habent potestatem transferendi possunt eam transferre non modo in unam personam sed in plures». Ita Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, Cap. 9, n. 6. Conf. Clericat., *de Pension.*, Disc. 8,

n. 12, Jul. Capon., Disc. 253, a n. 35, Luc., *de Pension.*, Disc. 31, n. 11, Tondut., C. 42, n. 23.

Nota: O mesmo Van-Esp., desde o n. 7, refere varios papas que, oppostos a taes translações, ou não as concediam, ou só muito difficilmente; acrescenta, no n. 9, que se não admittem na França e no Belgio.

§ 150

A translação da pensão, commummente se define «mutatio obligationis (passivæ nimirum) Pensionem solvendi de una Persona ad aliam, auctoritate Papæ facta». Van-Esp., supra, n. 4, Conf. Clericat., *de Pension.*, Discord. Paris, *de Resign.*, L. 6, Q. 4, n. 4: a faculdade de transferir a pensão, quanto á pessoa do translatario, quanto á fórma da translação, quanto á quantidade, etc., tudo depende do indulto apostolico, que tudo deve regular, Torr., *de Pact. futur. succession.*, Liv. 3, Cap. 8, a n. 8, este indulto deve observar-se strictamente, tudo o que se excede é nullo, e a pensão fica no dominio e posse do transferente, Torr., supra, a n. 4 e 28.

SECÇÃO I

Quanto ás pessoas ás quaes a pensão se possa transferir

§ 151

Não póde transferir-se a pensão ex vi do indulto, 1.°, a favor de corporação de mão morta, Monacell., *Formul. Prat. Leg. For. Eccles.*, Tom. 2, T. 14, Tom. 7, a n. 4, menos que não haja indulto especial, Luc., *de Pension.*, Disc. 66.

§ 152

Não póde transferir-se, 2.°, a favor de pessoa incapaz,

que não seja clerigo, ao menos com a prima tonsura, Clericat., *de Pension.*, Discord. 8, n. 18, Ferrar, verbo *Pensio*, n. 87, Tondut., *de Pension.*, Cap. 31, Sabell., § *Pensio*, n. 1, o citado Tondut firma esta regra geral «facultatem transferendi Pensionem intelligendam esse de Translatione facienda in personas capaces; et ideo necesse est, ut Translatarius sit Clericus tempore translationis». Mas o mesmo Tondut., a n. 3, limita «Imo sufficit, quod post Translationem Clericus factus fuerit, si in facultate conferendi apposita fuerit illa clausula, postquam Clericali caractere fueri insignitus, maxime si dictum fuerit ex nunc prout ex tunc; interim tamen, dum conditio impleta fuerit, Pensio non debetur: sed hoc intelligitur, ut procedat, quando Clericatus legitime et recte collatus fuerit: et ideo, qui a non proprio Episcopo Clericatum obtinuit, non est capax ut in eum transferatur Pensio, quia est inhabilis, etc.» Conf. Monacell., *Formul. Leg.*, Tom. 2, T. 14, n. 3, aonde declara «quamvis Clericus sit minor quatuordecim annorum, dummodo sit maius septennio». Veja-se Torr., *de Pact.*, L. 3, C. 8, n. 38.

§ 153

Esta capacidade dos clerigos de prima tonsura (ou de ordens menores e sacras) para receberem translações de pensões, Tondut., *de Pension.*, Cap. 31, a n. 6, Clericat., *de Pension.*, Discord. 8, n. 8, bem que o mesmo Clericat., n. 9, declara com Amayden., *de Styl. Datar.*: «Hanc habilitatem sufficere pro habenda Pensione reservata ab Episcopo tantum; si autem a Papa reservetur Pensio Clerico illegitimo, esse necessariam ipsius Papæ Dispensationem».

§ 154

Amplia-se, 2.°, aindaque o clerigo translatario seja filho illegitimo do pensionario transferente, Monacell., supra, n. 9, Tondut., *de Pension.*, Cap. 31, n. 16, Barbos.,

ad Concil., Sess. 25, Cap. 15, n. 35; mas esta ampliação se declara que o pae não póde transferir no filho illegitimo a pensão imposta no beneficio, que o pae obtem ou obteve, (Tondut., n. 17); ou se o pae resignou o seu beneficio com pensão, e com o indulto de a transferir, não póde transferi-la no filho illegitimo (Tondut., n. 24); nem póde transferir-se em illegitimo a pensão, que se costuma assignar em titulo de beneficio (como nos casos figurados pelos DD. referidos no § 19), Tondut., n. 23... Não assim, se o pae tem faculdade de transferir pensão imposta em beneficio de diversa igreja, vej. Tondut., n. 19.

§ 155

Como porém pessoas leigas, e *in quocumque statu*, aliás incapazes de perceberem pensões, se podem capacitar com dispensa apostolica, ut a § 63; da mesma fórma póde, e costuma a curia dispensar, concedendo indulto para que n'essas pessoas se possam transferir as pensões. Porém as translações são muito odiosas (§ 149); se o pensionario sem expresso indulto transfere a pensão em pessoa incapaz, não é facil obter depois na curia romana um *Perinde valere*, ou *Sanatoria* da translação, Piton., Tom. 1, Discept. 30, Rigant., ad Reg. 45, Cancell., § 2, a n. 142, isto é, se o titular o contradisser, ex DD. supra. Confira-se o exposto a § 114.

SECÇÃO II

Formulas, solemnidades e clausulas da translação

§ 156

Pelo que respeita á fórma da translação, esta depende do indulto: ou 1.°, se concede ao pensionario a faculdade de transferir a pensão perante pessoa constituida em dignidade; ou 2.°, perante um notario e testemunhas; ou

3.°, por acto de ultima vontade, Tondut., *de Pension.*, C. 28, Clericat., *de Pension.*, Disc. 8, a n. 14; ou 4.°, *immediate coram Papa,* na fórma que expõe Luc., *de Pension.*, in Summ., n. 70; ou 5.°, por uma cedula particular na fórma que prescreve o mesmo Luc., *de Pension.*, Disc. 70; umas vezes se obtem esta faculdade de transferir logo, e juntamente na bulla da pensão, outras vezes, quando, faltando na bulla da pensão esta faculdade, se impetra depois por nova graça, Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, T. 11, C. 9, n. 5; e tambem ha ordens e pessoas, que sem indulto especial, têem o geral privilegio de transferirem as suas pensões, Paris., *de Resign.*, L. 6, Q. 4, quaes os que refere Tondut., *de Pension.*, Cap. 28, a n. 29, Monacell., *Form. Prat.*, Tom. 2, T. 14, Form. 7, n. 2.

§ 157

Quando a bulla diz, que a translação se faça perante pessoa constituida em dignidade, por estas palavras se entendem, ou o ordinario, ou algum conego da cathedral, ou outra qualquer pessoa constituida em dignidade e eleição do pensionario; e isto conforme a clausula consuetudinaria do indulto, apud. Ferrar., verbo *Pensio,* n. 84, ibi: ut quicumque loci Ordinarius, vel Canonicus Metropolitanæ, vel alterius Cathedralis Ecclesiæ, vel alia persona in Dignitate Ecclesiastica constituta a Te quomodocumque eligendus, vel eligenda». Conf. Monacell., *Formul. Prat. For. Ecclesiast.*, Tom. 2, T. 14, Formul. 7, n. 1, Tondut., *de Pension.*, C. 28, n. 30; mas não póde transferir-se perante os conegos das collegiadas, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 244 e 245.

§ 158

O pensionario que obteve o indulto, deve apresentar o original, ou ao menos uma copia authentica ao executor que elege: este deve lê-lo, e pronunciar-se juiz executor,

mencionando que o lêra. D'outro modo se procede nullamente: basta porém apresentar-lhe o indulto da translação da pensão, sem que seja necessario apresentar-lhe as letras da reserva, Gracian., For., Cap. 551, n. 23 e 24, Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, a n. 8 ad 14, Ferrar., supra, n. 85.

§ 159

Quizeram alguns DD. ser preciso, que este executor pronuncie que cassa e extingue a primeira pensão; e que, cassada assim e extincta, a transfira solemne e expressamente de novo pela auctoridade pontificia ao translatario: porém judiciosamente discorreu o Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 58, sub n. 6, ut ibi:

«Quo vero ad secundum punctum: quamvis consueta formalitas sit ista, quod scilicet prius de consensu possessoris pensionis quassetur antiqua, et deinde per Delegatum fiat reservatio novæ; attamen ista est formalitas verborum, quæ non attenditur, sed potius attendenda est substantia veritatis; eo enim ipso, quod de Consensu primi Pensionarii in vim Indulti Delegatus novam facit reservationem ad favorem Translatarii ab ipso primo Pensionario voliti, implicite, ac per necessarium antecedens subintelligitur cassatio, dum nova creatio sequi non potest sine corruptione antiquæ; atque sufficit, quod ita certificetur persona, per cujus mortem naturalem vel civilem pensio cessare debeat. Fortius vero ubi accedit clausula, omni modo meliori.»

O mesmo Luc., *de Pension., in Summ.*, a n. 66, Rocc., *Selectar.*, Tom. 2, Cap. 192, a n. 8 ad 14, Monacell., *Formul. Pract. Legal. For. Ecclesiast.*, Tom. 2, Tit. 14, *Formul.* 7, aonde, depois de ter dado a formula da translação perante a pessoa constituida em dignidade, glossando as palavras da mesma formula, diz no n. 6, ut ibi:

«*Cassavit et extinxit:* Hic est notandum, quod si executor, vel per incuriam propriam, vel notarii in actu Trans-

lationis non procederet per viam cassationis antiquæ, et reservationis novæ Pensionis; adhuc Translatio esset valida, quoties Transferens declaravit, se velle transferre ad formam Indulti; nam tunc virtualiter censetur antiquior Pensio extincta, et alia de novo reservata ad formam Indulti. Ut enim Translatio Pensionis sit valida sufficit exhibere facultatem transferendi habita relatione ad reservationem illius, et quod sit facta ad favorem personæ capacis coram persona in Dignitate Ecclesiastica constituta; forma autem servanda cassationis, et novæ reservationis, non est conditionalis, sed modalis, quæ si non observetur, vitiatur, sed non vitiat: cum per liberum consensum præstitum coram executore, notario, et testibus, et admissum censeatur per æquipollens inducta perfecta Translatio; præsertim accedente clausula omni meliori modo, ut clare, ac magistraliter Loter., *de Re Benefic.*, L. 1, Q. 40, a n. 45 ad 50.

§ 160

Se o indulto concede que a pensão se possa transferir perante um notario e testemunhas, então não é necessario que se lhe apresente o indulto, Torr., supra, n. 15; porém parece que o notario deve transferir o indulto na escriptura da translação da pensão, como sente Clericat., Discord. 8, n. 15; o que é mais curial e legal, ainda para satisfazer a Orden., L. 3, T. 60, e em similhante caso a praxe, de que Peg., Tom 2, ad Ordin., pag. 266, n. 10.

§ 161

Em ambos estes casos, o pensionario, que tem indulto para transferir a pensão, póde transferi-la por procurador especial, Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, n. 34, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 246, Monacell., supra, n. 8, Tondut., *de Pension.*, C. 29, Jul. Capon., Discept. 253, n. 30: e isto aindaque o indulto fosse concebido n'estas

palavras *Tibi concedimus, vel per te eligendas*, Garcia, Monacell., et Tondut., supra: «Hoc tamen intellige; dummodo persona, seu personæ, in quam, vel quas est Pensio per Procuratorem transferenda, sit certa, seu certæ; nam alias Procurator hunc actum explere non potest, Monacell., supra, sub n. 8, Tondut., *de Pension.*, C. 29, sub n. 6, Ferrar., verbo *Pensio*, n. 88, ibi: «Facultas transferendi Pensionem potest exerceri etiam per Procuratorem Indultarii dummodo persona, in quam est transferenda, sit certa, et nominata ab Indultario.»

§ 162

O procurador assim constituido para a translação póde ser revogado *re intægra*, comtantoque a revogação se intime ao mesmo procurador, e ao destinado translatario, Tondut., *de Pension.*, Cap. 29, n. 15. Conf. ea quæ Silv.; ad Ordin., L. 3, Tit. 26, in pr., a n. 37. Presume-se revogado este mandato, ou quando o mesmo pensionario passa a fazer effectiva translação por si antes de executado aquelle mandato, aindaque esta translação seja em si nulla; ou quando o transferente antes da execução do mandato recebeu por muitos annos a pensão. Veja-se Tondut., *de Pension.*, C. 29, a n. 17.

§ 163

Se no indulto se concede a faculdade de transferir a pensão por acto de ultima vontade, se póde transferir, ainda em artigo de morte, e ainda mesmo á força de persuasões e suggestões do translatario, Lotter., *de Re Benefic.*, L. 1, Q. 40, a n. 55, Torr., *de Pact. fut. Success.*, L. 3, C. 8, n. 39, Tondut., *de Pension.*, C. 28, a n. 13 (sed in contrarium vide bene dubitantem Luc., *de Pension. ad ornat. Constit.*, Cap. 15, a n. 6, vide etiam Sabell., § *Pensio*, n. 18, Paul., Zacch., *QQ. Medico-legal. post Tract.*, Consil. 31, et Decis. 92 et 95, tot). Sem que n'esta

translação tenha logar a regra 29 da chancellaria *De infirmis resignantibus*, Tondut., supra, Luc., *de Pension.*, Disc. 56, Clericat., *de Pension.*, Discord. 8, n. 17. É porém necessario que o testador elle mesmo, e no acto de ultima vontade transfira em pessoa certa, e não basta commetter a translação por sua morte a outra pessoa, Tondut., *de Pension.*, C. 30: e quando a translação em ultima vontade seja revogavel, tomando a natureza do acto, em que assim se faz? Vid. Cald., *de Nomin.*, Q. 10, a n. 41, Tondut., *de Pension.*, Cap. 23, a n. 8, Salgad., *in Labyr. Credit.*, P. 2, Cap. 4, a n. 117.

§ 164

Não é necessario que em algum dos referidos casos o translatario esteja presente á translação; mas basta que o aceite, ainda mesmo depois da morte do transferente, Torr., *de Pact.*, L. 3, C. 8, a n. 35. Conf. Tondut., *de Pension.*, Cap. 28, n. 9, et Cap. 30, in fin.

§ 165

Tambem obtido o indulto, que faculta a translação da pensão, não é necessario que n'esta translação intervenha novo consentimento do titular do beneficio que ha de ficar contribuindo a pensão ao translatario; porque a pensão transferida não é nova, mas uma continuação da antiga, seja ou não o translatario mais novo e mais duravel com a sua vida a pensão; e porque tal prejuizo se considera como eventual, Rigant., ad Reg., 45, Cancell., § 2, a n. 58; e pelas mesmas rasões, aindaque o beneficio seja do real padroado, uma vez constituida n'elle a pensão com placito regio, fica transferivel, independente de outro e novo regio placito, Rigant., supra, a n. 161, Luc., *de Pension.*, Disc. 58, n. 4, optime Rocc., *Selectar.*, Tom. 2, Cap. 192, a n. 16.

§ 166

Não póde porém conceder-se novo indulto ao translatario para transferir em outro a pensão já n'elle transferida, sem que intervenha novo consentimento do titular; porque assim o prohibe a constituição 144, de Urbano VIII, Rigant., ad Reg. 2, Cancell., § 2, n. 64, vej. Torr., *de Pact. post Tract.*, Decis. 36. Nem ainda póde conceder-se indulto para transferir a primeira pensão, quando o titular, que n'ella consentiu, logo convencionou que o pensionario o não poderia transferir, nem para esse fim impetrar indulto, porque o papa não revoga tal convenção, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 95, Card. de Luc., *de Pension. ad ornat. Constitut.*, Cap. 15, n. 24, idem Luc., *de Pension.*, Disc. 68, n. 12 e 20.

§ 167

Emfim a translação é em si susceptivel validamente da condição *Non aliter, nec alio modo*, Jul. Capon., Discept. 253, n. 24; porém não admitte as condições *si transferens moreretur ex infirmitate præsenti; vel cum pacto illam exigendi quoad viveret*; si enim ita fieret Translatio esset nulla, Monacell., *Formul. Pract. Leg.*, T. 14, Form. 7, n. 4, Tom. 2, Garcia, *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 54 et 55. Lotter., *de Re Benefic.*, P. 1, Q. 40, n. 19 et 20, Luc., *de Pension.*, Disc. 64, n. 2. Adverte porém o mesmo Luc., a n. 3 ad 6, ut ibi: «Solumque in isto casu cadere potest Quæstio; an ista conditio vitiet, vel potius vitietur, ad effectum, ut conditione vitiata, valida et pura remaneat Translatio; vel ad effectum, ut invalida ipsa Translatio; vel ad effectum, ut invalida ipsa Translatione existente, non abdicetur jus a transferente, penes quem Pensio remaneat, ac si Translatio facta non esset, ex conclusione, de qua supra, Disc. 51, ut actus factus ad favorem alterius conditionem implicitam habeat, quatenus effectum

sortiatur, sin minus non abdicet jus a faciente ex defectu intentionis, et in quo videtur decisio pendere a facti circumstantiis, malam, vel respective bonam fidem, justamque credulitatem, seu excusationem inducentibus, nec ne, cum ex hoc resultet, an intret dicta conclusio, vel potius ejus limitatio.

«Verum in casu, de quo agitur; rèspondi pro meo judicio ex parte Pensionarii timendum non esse, utpote extra casum conclusionis procedentis, ubi actus dici possit conditionalis; utpote conceptus per clausulas, seu verba taxativa, et alias excludentia animum faciendi; adeo ut casus mortis percutiat substantiam dispositionis, atque actus perfectio pendeat a purificatione dictæ conditionis, quæ fuerunt causa finalis ac præcisa, sine qua non: secus autem, si mors respiciat potius causam impulsivam, seu motivum id faciendi, juxta hodie satis vulgarem ac receptam distinctionem, quam habemus in materia donationis factæ cum mentione mortis; ubi enim respicit solum causam impulsivam, seu motivum faciendi, tunc planum est non facere actum conditionalem.»

Em menos palavras, mas mais energicas, Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, Tit. 9, Sect. 8, Reg. 2, ¥ 9, ibi:

«9.° Transferenti Pensionem in alium in casu mortis, non licet sibi reservare regressum, posito, quod convalescat, nec etiam jure, nec usu sibi reservatur; quia ipsa Translatione acceptatæ, a superiore extinguitur Pensio antiqua, atque Transferentis precibus, et attenta ipsius Translatarii supplicatione nova creatur, Lotter., L. 1, Q. 40, n. 18 et 19. E contra regressus tacitus et expressus locum habet in favorem Resignantis metu mortis, et convalescentis.»

§ 168

Bem que: «Non prohibetur Translatarius, nullo accedente pacto ex gratitudine pati ut Transferens potiatur Pensione». Monacell., supra, sub n. 4, Garcia, supra, n. 52. Sem que se possa presumir a pensão confidencial,

e simoniaca, maxime concorrendo circumstancias exclusivas da confidencia e simulação; Luc., *de Pension.*, Disc. 65, n. 6 e 7.

SECÇÃO III

Que quantidade de pensão se póde transferir, etc.

§ 169

«Ex Bulla Urbani VIII (diz Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, a n. 16 ad 22), non potest fieri translatio ultra medietatem fructuum Beneficii ita et taliter, ut non sustineatur, nisi medietas eorum pro Titulari remaneat... Si autem facultatem habens transferendi excedat eandem facultatem, Pensio translata non annullatur in totum, sed solum in excessu... Quod tamen limitatur, ut non habeat locum contradicente Transferente; quando enim ille contradicit, nec contentus est reductione, Pensio non reducitur, sed annullatur in totum, etc.» Conf. Monacell., *Formular. Legal. For. Eccles.*, Tom. 2, Tit 14, Formul. 7, n. 7, ibi: «Translatio Pensionis ab habente Indultum, fieri non potest, nisi pro medietate... Unde si Indultarius Pensionem, seu Pensiones transferret ultra medietatem, Translatio non esset nulla sed solum remaneret vitiata in excessu; quia cum sit materia dividua utile per inutile non vitiatur. Lotter... Tondut... Card. de Luc..., etc.» Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 81 e 82.

§ 170

Não póde porém transferir-se a pensão reservada em distribuições quotidianas sem uma expressa faculdade no indulto, Luc., *de Pension.*, in Summ., n. 72. De fórma que, sendo a pensão reservada, não só sobre a prebenda, mas sobre as distribuições quotidianas, distingue o Card. de Luc., *de Pension.*, Discurs. 61, n. 6 e 7, ut ibi;

«Dicebam, quod cum ista Pensio reservata esset, tam super præbenda, et fructibus, quam super distributionibus; hinc ubi quoad istas, utpote privilegiatas, atque speciali nota dignas Indultum non suffragaretur, adhuc tamen Translatio sustineri deberet super præbenda, et fructibus, super quibus nulla cadebat quæstio; quodque propterea concedi debuisset immissio ita restricta ad præbendam, et fructus cum distributionum exceptuatione; quamvis fructus non ascenderent ad summam translatæ Pensionis proportionatam, dum receptum est, quod Pensio materiam dividuam continet, in qua tanta est utilitas in toto respectu totius, quanta in parte respectu partis; ideoque utile per inutile non vitiatur, sed sustinetur in parte, etc.» Confiram-se e vejam-se Garcia, *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, a n. 206, Torr., *de Pact. futur. Succession.*, Liv. 3, Cap. 8, n. 28 e 29.

SECÇÃO IV

Em que casos é nulla a translação; effeitos consequentes da sua nullidade

§ 171

É nulla a translação da pensão, 1.°, se não se conforma strictamente com a formalidade prescripta no indulto (§ 150). É nulla, 2.°, se a pensão se transfere em leigo, ou qualquer outra pessoa que não seja clerigo, sem expressa dispensa da incapacidade do translatario (a § 151). É nulla, 3.°, quando excessiva da ametade no caso em que o transferente a argua nulla no todo (§§ 169 e 170). É nulla, 4.°, quando feita com os pactos reprovados e como fica declarado (§§ 167 e 168). É nulla, 5.°, quando confidencial, isto é, quando se impõe em favor de um capaz para a dar a um incapaz, Luc., *de Pension.*, Disc. 66. É nulla, 6.°, quando com o pacto expresso de ficar o transferente gosando a pensão emquanto

vivo (§ 167, et adde Luc., *de Pension. ad Ornat Constit.*, C. 9, a n. 12). É nulla, 7.°, quando a pensão transferida estava já extincta, Tondut., *de Pension.*, C. 32, n. 12. É nulla, 8.°, quando a faculdade de transferir foi limitada a outra certa e diversa pessoa, Tondut., *de Pension.*, C. 31, n. 12.

Já vimos (§ 155), que não é facil obter-se sanatoria de uma translação nulla sem novo consentimento do titular.

§ 172

Exceptuados o 5.°, 6.° e 7.° casos, nos mais parece que procede a regra geral «Per translationem invalidam non remanet consumpta facultas transferendi, Monacell., *Formul. Pract. Leg. For. Eccles.*, Tom, 2, T. 14, Form. 7, n. 7, in fin.; conf. Garc., *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 249, «Non servata ad unguem forma data in Facultate transferendi annullatur omnino Translatio, et remanet Pensio apud Transferentem». Torr., *de Pact.*, L. 3, C. 8, n. 5, e 6. «Per Translationem invalidam non remanet consumpta facultas transferendi», Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 83. «Pensio non abdicatur a Transferente, donec fuerit quæsita irrevocabiliter Translatario, Tondut., *de Pension.*, Cap. 32, n. 19. No 5.° e 6.° casos discorre o Card. de Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI*, C. 9, a n. 12, o mesmo que havia discorrido no logar já transcripto debaixo do § 170; e diz que será raro o caso em que se verifiquem taes condições.

§ 173

Ainda resta uma duvida, qual é: se o bispo, que pela promoção ao bispado, não só perde as pensões mas se desvanece o indulto que tinha para as transferir, ex Addit. ad Luc., Ferrar., verbo *Pensio*, n. 1, póde transferi-las depois de ser bispo? O mesmo addicionador, no n. 2 e 3,

decide esta questão com a distincção, ut ibi: «Quod si in Indulto dictum sit «Decernentes prædicta omnia et singula præsentes litteras, etc., nec non quæ in præmissis facta sunt, aut fieri contigerit, etc., nec etiam per promotionem ad Ecclesiam Cathedralem, etiam Metropolitanam, aut translationem, vel aliam status, et personæ vestræ mutationem», intelligitur Papa fecisse potestatem Indultario transferendi Pensiones non obstante promotione ad Episcopatum.»

«Quod si promoto Indultario ad Episcopatum, in decreto consistoriali dictum sit. «Pensiones annuas quoad viveres obtinere, et retinere, et percipere, et de illis disponere libere et licite valeres». Prævaluit opinio quod his verbis tributa intelligatur facultas retinendi, non item transferendi Pensiones.»

§ 174

Não cessam porém as pensões, nem o indulto de translação pela promoção aos bispados só titulares, Ferrar., supra, n. 67, Luc., *de Pension.*, Disc. 43, n. 3, Disc. 58, n. 11, Disc. 75, n. 2.

SECÇÃO V

O que de uma translação valida é consequente em favor do translatario

§ 175

A pensão, assim validamente transferida, não é nova pensão, mas uma continuação da antiga sem differença; e pela translação só se varia a pessoa e a vida do transferente para a do translatario; em consequencia é regra geral, que todas as isenções dos encargos, todos os favores concedidos á pensão reservada passam para o translatario com o mesmo direito e privilegios que competiam

ao transferente, e com todas as obrigações e fianças do titular, Monacell., *Formul. Pract. For. Eccles.*, Tom. 2, T. 14, Formul. 7, n. 15, Tondut., *de Pension.*, C. 30, a n. 32, Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, a n. 23, Jul. Capon., Tom. 4, Discept. 253, a n. 25, Salgad., *in Labyr. Credit.*, P. 4, Cap. 8, a n. 41, Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2, a n. 62.

§ 176

Por outra consequencia da regra, o privilegio da via executiva que competia ao pensionario (de que tratarei no C. 28), compete ao translatario, Garc., *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 470, Torr., supra, n. 26, Capon., n. 26, Barbos., n. 67 e 68, Posth., *de Manut.*, Obs. 55, n. 157, Tondut., *de Pension.*, C. 28, a n. 1, Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 15, n. 17. Adverte o citado Barbos., n. 69, que o titular não póde prevenir esta via executiva competente ao translatario, antecipando a acção de nullidade da translação; porque tal prevenção industriosa não póde suffocar a via executiva competente ao translatario.

§ 177

Mas a posse do transferente não passa ao translatario; nem este, fundado na posse d'aquelle e sem posse propria, póde usar dos remedios possessorios contra o titular que lhe nega a pensão, Barbos., supra, n. 69, Garcia, *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 470, Torr., *de Pact.*, L. 3, Cap. 8, n. 27, Luc., *de Pension.*, Disc. 61, n. 2, Posth., *de Manut.*, Obs. 55, a n. 165. Todos estes e outros DD. fazem differença entre a via executiva competente ao translatario, independente de posse, e o remedio da manutenção, que sem posse propria lhe não compete; porque n'este caso a posse do transferente se não transfere ao translatario, Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit.*, Cap. 15, n. 17. Conf. Retes., *de Interdict.*, P. 2, § 17, apud Meerman., *in*

Thesaur., Tom. 7, pag. 510, Posth., *de Manut.*, Obs. 56, n. 12.

§ 178

Tambem em consequencia da mesma regra (§ 175), tendo preferencia o primeiro pensionario em concurso de outros pensionarios que tenham pensões no mesmo beneficio, ex Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit.*, Cap. 18, o translatario gosa do mesmo privilegio regulado pela prioridade da pensão do transferente, Luc., dito C. 15, a n. 16, aonde refere outros mais favores juridicos, que, competindo ao pensionario, se transmittem ao translatario.

§ 179

Porém se o pensionario, que tinha indulto para transferir a pensão, a hypotheca a algum crédor para satisfação de divida, a pensão, depois de transferida, passa para o translatario affecta ao onus da hypotheca, veja-se largamente Salgad., *in Labyr. Credit.*, P. 4, C. 8, tot.

§ 180

Se a pensão na fórma precisa do indulto foi transferida com a condição *Ex tunc cum fuerit Clericali caractere insignitus*, póde o transferente receber a pensão até o dia da iniciação da ordem, sem que o translatario possa nem ainda pedir o ingresso na posse. E se no meio tempo morre o transferente antes de iniciado com ordem o translatario, a pensão se extingue e não renasce, aindaque depois receba ordens, Barbos., Vot. 91, a n. 12, Gibert., *Corp. Jur. Can.*, Tom. 3, pag. 104, Col. 2, ¥ 8.

SECÇÃO VI

Divisão da pensão decursa entre o transferente e translatario

§ 181

Tondut., *de Pension.*, Cap. 27, a n. 2, decide, ut ibi: «Unde infertur, quod facta translatione, divisio fructuum Pensionis inter Transferentem, et Translatarium non debet fieri juxta formam L. Divortio ff. solut. matr. L. Defuncta ff. de Usufr.; quia dictæ leges, nec non resolution. Caccialup... et Gigant... Loquuntur in actu necessario, videlicet, quando Pensio extinguitur per mortem Pensionarii; nos autem versamur in actu voluntario; inter quos fieri debet differentia; nam Transferens nulla facta reservatione ratæ Pensionis, censetur illam donasse; quod non ita est in eo, qui desinit fructus percipere propter mortem supervenientem; tunc enim nullus intervenit actus Transferentis; sicut etiam in terminis L. Divortio: licet enim per mortem actio extinguatur, nullus tamen intervenit actus ex parte morientis; idcirco in Translatione integer terminus sequens Translationem spectat ad Translatarium, si Transferens nihil sibi reservavit, atque ita decisum fuit per Rotam, etc.»

E aindaque o mesmo Tondut., no n. 10, refere opinião contraria, elle, no n. 14, sustenta a primeira com bellas rasões, confutadas as contrarias, e tambem no seu Trat. *de Benefic.*, P. 1, C. 22, n. 5, aonde com muitos DD. e decisões segue o mesmo, ut ibi:

«Rota vero Romana post varias super hac Quæstione deliberationes, tandem hac distinctione dubium terminavit; quod aut Pensio per actum voluntarium, veluti per Translationem cessavit; aut per actum necessarium, veluti per obitum Pensionarii. Primo casu, quia is, qui cedit, seu transfert Pensionem, nihil sibi reservasse censetur, ideo tota Pensio ad Cessionarium, seu Translatarium pertinet.

Secundo vero casu pro rata temporis ad hæredes Pensionarii transit.»

Confira-se Antonell., *de Temp. Leg.*, L. 1, C. 47, n. 12, Sabell., § *Pensio*, n. 14.

SECÇÃO VII

Translação da pensão, não quanto ao seu direito essencial; mas, e como cessão, só quanto á sua commodidade

§ 182

Propõe Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, n. 40, esta questão, e a decide assim: «Sciendum est Pensionum commoditatem, esse in nostro commercio, sicut quælibet alia res mere temporalis; et per consequens, posse cedi, alienari, donari, aut alio quocumque modo obligari, et in alium transferri, sine ullo Sedis Apostolicæ Beneplacito, Lotter., *de Re Benef.*, L. 1, Q. 42, a n. 23, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 29, Salgad., *in Labyr. Creditor.*, P. 1, Cap. 43, n. 47, Olca, *de Cess. jur.*, T. 3, Q. 1, n. 12, Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, Lib. 3, C. 11, n. 20, etc. Sequestrari potest pro debito, Luc., *de Pension.*, Disc. 68, n. 26. Imo, et fructus Beneficii, et eorum commoditas hypothecantur et alienantur licite ad vitam Beneficiati, Abb., etc.»

«Pensionarius autem cedens commoditatem Pensionis retinet in se Titulum, et ejus morte, non cessionarii, expirat Pensio; imo nec transfert jus exigendi Pensionem, in hoc enim consistit ipsa Pensio, quæ non potest auctoritate propria, et sine Papa in alium transferri; sed solum cedit, et dat facultatem exigendi fructus Pensionis, tanquam ad se pertinentes, Gabr., Cons. 162, n. 8, L. 2, Tondut., *Quæst. Benefic.*, L. 1, C. 35, Lotter., *de Re Benefic.*, C. 43, n. 46, etc.

Confiram-se Rigantio, á regra 45 da chancellaria, § 2,

n. 32 e 33, aonde com Fagnan., o Card. de Luc., Tondut., Rocc., *Selectar.*, Garcia, *de Benefic.*, Lotter., *de Re Beneficiar.* Piring., *in Jus Canon.*, Vintrigl., *in Prax.*, Piton. e varias decisões da Rota, segue o mesmo, ut ibi: «Quemadmodum commoditas percipiendi Pensionem, quæ nihil spirituale, vel spiritualitati adnexum habet, libere cedi, transferri, et alienari potest absque consensu Titularis, et sine Apostolico beneplacito, ad differentiam cessionis, seu alienationis ipsius Pensionis, quæ saltem spirituali est adnexa, quæque citra labem Simoniæ absque Pontificis auctoritate alienari non potest.»

§ 183

Adverte porém Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 101, que: «Dato etiam, quod vendere fructus Pensionis, retento adhuc Titulo, non sit simonia; tamen hæc venditio non potest ad totam vitam et pro longo tempore fieri sine Beneplacito Apostolico, cum de stylo Curiæ, qui facit legem, et vigore Constitutionis S. Pii incip. Ex proximo, non possit Pensio vendi, aut redimi sine auctoritate Papæ, et sit contra Extrav. Ambitiosæ de Reb. Eccles. non alien., cujus vigore fructus Pensionis non posse vendi vel locari ultra triennium defendunt Navarr... Less... Garcia... Ventrigl. et alii. Unde tenentes fructus Pensionis, et commoditatem posse vendi, intelligendi sunt, et admittendi solum per triennium, et non ultra secundum dicta per Garciam, et Ventrigliam Loc. cit.»

Assim tambem com os mesmos e outros DD. Pacion., *de Locat.*, Cap. 14, § 5, n. 5 e 6; porém o mesmo Pacion., a n. 7, declara essas doutrinas, ou as declina, ut ibi: «Verum licet Beneficiatus non possit locare fructus Beneficii, nec Pensionarius fructus Pensionis Ecclesiasticæ, ultra triennium, potest tamen uterque se personaliter obligare ad dandam commoditatem percipiendi fructus ultra triennium... Hæc est cautella ut valeat iste contractus... Et licet, quod locari etiam valeat jus ipsum per-

cipiendi Pensionem, argui posse videatur ex traditis C. 4, n. 10, ubi fuit dictum juxta magis communem opinionem, quod locatio juris percipiendi non sit alienatio, et ultra ibi citatos in proposito, quod commoditas percipiendi Pensionem libere cedi possit, tradunt Salgad., *in Labyr. Cred.*, P. 1, C. 43, n. 8, e 23, Gregor., Dec. 440, etc. Tamen cautius erit procedere per viam dictæ obligationis personalis, vel constitutionis Procuratoris irrevocabilis ad exigendam Pensionem, prout tradit Lotter., *de Re Benef.*, L. 1, Q. 4, n. 19; vel quatenus locetur commoditas ipsa, vel jus percipiendi Pensionem expresse cavere, quod dominium non transeat in conductorem... Imo, et in ipsismet rebus, quæ consistunt in solo jure percipiendi, prout est Pensio, fit distinctio inter jus formale, et jus causale, quod nuncupamus commoditatem; et istud potest transferri etiam in laicum absque Beneplacito, ut bene distinguit Lotter., *de Benef.*, L. 1, Q. 42, n. 15 e 22, Rot., etc.»

§ 184

Para se vir no conhecimento, se se transferiu o direito essencial, ou só a commodidade, se devem ponderar as clausulas da cessão (ainda no caso, em que o pensionario tem indulto para transferir por uma simples cedula), Luc., *de Pension.*, Disc. 70, a n. 6 ad 6, et *de Pension. ad ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 14, a n. 10. E em duvida, sendo morto o pensionario que por indulto transferiu a pensão, se deve decidir em favor do titular, Luc., dito Disc. 70, n. 8, 9 e 10; e sendo vivo o translatario ou pensionario, se deve em duvida julgar, que só cedeu a commodidade e não o direito essencial da pensão, ex traditis per Oleam, *de Cess jur.*, T. 3, Q. 1, n. 12.

Nota: Vejo a constituição de Benedicto XIV, datada em 1741, transcripta em Rigant., á Regr. 45, pag. 383, Tom. 3, em que se prohibem as cessões do commodo de exigir os fructos e redditos dos beneficios, tenham ou não tenham o onus de residencia, e toda outra especie de alienação sob pena

de nullidade, excommunhão, etc. Porêm noto: 1.°, que repetidas vezes falla dos beneficios ecclesiasticos, e já vimos no C. 4, que as pensões que não são constituidas a titulo de beneficio não são beneficios, nem se comprehendem na sua nomenclatura, e ainda menos no que é odioso; 2.°, as mesmas rasões da dita constituição só são adaptaveis aos proprios beneficios; 3.°, ella mesma, ainda quanto aos redditos dos beneficios, só prohibe as vendas, cessões e alienações vitalicias, ou *ad longum tempus* (que em sentido juridico são dez annos, e cessa ainda mais a doutrina de Ferrar. transcripto, § 183); e nem ainda nos beneficios propriamente taes prohibe as cessões e alienações das commodidades por tempo até nove annos; 4.°, quando por identidade de rasão (que nas pensões se não póde dar) se ampliasse as alienações e cessões das nossas pensões, só ficariam prohibidas as *ad longum tempus*.

§ 185

Sendo pois permittidas, nos termos que ficam expostas, as cessões e alienações das commodidades das pensões, restam ainda aqui a decidir duas questões: 1.°, a que propõe e decide com os DD. Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, n. 79 e 80, ut ibi: «An qui cessit jus exigendi Pensionem possit eam in alium transferre, vel extinguere? Breviter cum distinctione respondeo: aut Pensionarius simpliciter consignavit suo creditori fructus, et commoditatem Pensionis, ut ex ea satisfieret; et hoc casu extinguere potest; aut ultra simplicem assignationem constituit cessionarium Procuratorem irrevocabilem ad exigendam Pensionem; et tunc non valet ullo pacto extinguere, aut in alium transferre; quia hoc casu retinet purum titulum, qui est omnino inefficax, ut in puncto (quidquid dicat Fagnan., *in Cap. Ad audientiam*, n. 96, *de Rescript.*), examinato articulo probant Salgad., *in Labyr. Cred.*, P. 1, C. 34, per tot.; cujus doctrinam sequitur, et canonisat Rot... Loter., etc.

E aindaque o Card. de Luc., *de Pension.*, Discurs. 68, com os mesmos Lotter., Salgad., Tond., e outros siga a mesma distincção no caso em que cesse a fraude entre o

pensionario e o titular; comtudo Carlos Antonio de Luca, no seu *Specileg. de Cess. Jur. et Act.*, Q. 9, n. 2 e 3, deliberou, ut ibi: «An Pensionarius cedens commoditatem Pensionis possit deindè illam extinguere seu remittere? Lotter... Salgad... volunt non posse Pensionarium extinguere in præjudicium Creditorum, et judicavit Rot., etc. Verius cæterum est, et in praxi receptum, Pensionem sine Licentia Apostolica posse extingui in præjudicium Creditorum, et cessionarii, et Procuratoris perpetui, Amayden, *de Styl. Datar.*, C. 27, n. 14, cum distinctione, ut si velit cassare gratuitò, potest coram Notario, et testibus: Si recepto pretio, opus est recurrere ad Datariam; et tunc Creditores vel Cessionarii Pensionis sæpe recurrunt ad Datariam ad impediendam Pensionis extinctionem*. Dependet enim a voluntate Datarii, an velit, quod extinctio approbetur per Papam, an non; quia cum Cessio fuerit facta inter ipsas Partes, non tenetur illis succurrere nisi ex quadam æquitate, Tondut., *de Pension.*, Cap. 21, n. 28, Card. de Luc., *de Pensionib.*, Disc. 68.»

* Quid, se os crédores ou cessionarios o ignorarem, e se não opponham na dataria? Será porventura da intenção do datario, ou do papa prejudica-los em um direito, que lhes não é presente, e que ignoram? Lá está a regra 18 da Chancellaria *De non tollendo jus quæsitum*, que commentou Rigancio. Por outra parte, qual será o pensionario, que, depois de cedida a commodidade da pensão, cessão valida por direito, se proponha extingui-la sem espirito de fraudar seus crédores ou cessionarios? Esta fraude sempre se deve detestar ex Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 68, n. 18. O tratadista Tondut., Cap. 21, a n. 25, tratou a mesma questão, elle faz a distincção entre a extincção graciosa e a onerosa por preço; sente que na graciosa não póde deixar de intervir fraude; não confuta Salgado, e o Olea, emquanto permittem a acção revocatoria ao crédor fraudado: mas por fim aferra-se ao estylo da curia attestado no n. 27 e 28, d'onde o plagiou o transcripto Carlos Antonio de Luca.

§ 186

2.ª Questão: Se o pensionario, que cedeu a commodidade da pensão, a perde por culpa propria, como casando-se, passando á milicia, etc., quaes recursos restam ao crédor cessionario da commodidade? O mesmo Carlos Antonio de Lucio, dita Q. 9, n. 6 e 7 (com o Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 69) discorre assim:

«Si postquam Pensionarius commoditatem alteri cesserit, matrimonium contrahat, seu habitum Clericalem dimittat, aut delictum committat capitale, ob quod Capite plexus sit, pensio extinguatur, attamen inquirendum est; an Cessionarius actionem habeat de evictione Cedentem? Videtur negandum, si matrimonium contrahat; quia juxta naturam Pensionis est, ut per matrimonium extinguatur, vel per dimissionem habitus, vel per mortem: quandò evictio sequitur ex natura sua, tunc illa non præstatur. Margil., *de Evict.*, q. 118, etc.

«Oppositum suadetur ex eo, quod etsi non præstetur evictio, ubi ex morte naturali cedentis, vel alio casu non culposo, extinctio, vel devolutio sequitur, nam dicitur evictio oriens ex natura rei: benè tamen præstatur ubi extinctio, vel alter casus Cessionis provenit culpa, et facto cedentis, quamvis ad casum non directè ordinato... Ita Cardin. de Luc., *de Pension.*, Disc. 69, ubi ita defendisse ait pro Cessionario commoditatis Pensionis contra hæreditatem Cedentis, qui ob delicta patrata capite plexus fuerat... Certius, quando cedens promisit non fecisse, nec in futurum facere ut non cesset commoditas Pensionis, nisi per obitum ipsius Cedentis.»

Nota: Na cessão da commodidade da pensão, em que se não póde ceder, nem se subentende cedido o direito essencial da pensão (ut a § 182); só se póde verificar uma propria *assignação*, e não *cessão* de todo o direito competente ao cedente, e de toda a acção directa e util: e fica aqui applicavel o muito que magistralmente discorreu Stryk., *Us. mod.*,

Pandect., L. 18, Tit. 4, a §§ 14, 24, 26, 43, 50, para ter o cessionario indubitavel regresso contra os bens do cedente, sem necessidade de recorrer aos abstratos fundamentos dos dois Lucas.

Se se impetra a extincção da pensão por pacto com o titular, ou o pensionario lh'a cede gratuitamente; se esta extincção prejudica ao crédor, a quem a commodidade e pensão estava hypothecada, se verá no fim de Cap. 24.

PARTE III

Extincção da pensão

CAPITULO XVII

Extincção da pensão por morte do pensionario; divisão da pensão entre os herdeiros d'elle e do titular

SECÇÃO I

Extincção por morte

§ 187

É sem duvida que a pensão se extingue por morte do pensionario, aindaque tivesse transferido a outro a simples commodidade d'ella, bem como se extingue pela morte do translatario, Luc., *de Pension. ad Ornat. Const. Innoc. XI,* Cap. 13, n. 5.

§ 188

Se porém condemnado á morte civil o pensionario com sequestro e perda dos bens, se extingue totalmente a pensão, e fica livre d'ella o beneficio? disputa largamente o Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 49, e defende que sim. Ampliando ao caso em que o assim condemnado em contumacia, passado o anno, obtem restituição de graça e não de justiça; porque a restituição por graça não faz reviviscar a pensão em prejuizo do titular, que tinha di-

reito adquirido á extincção (o que se confirma com as doutrinas de Peg., Tom. 1, á Orden., pag. 97, n. 13). Não assim, sendo a restituição de justiça, veja-se Luc., *de Pension., ad Reg. Protect.*, P. 4, Cap. 9, n. 178; concorda Tondut., *de Pension.*, Cap. 74, n. 21, aonde tambem distingue, que o restituido por graça não recupera a pensão extincta pela morte civil.

Nota: «Sed quidquid sit de præmissis; Pensiones Ecclesiasticas illius, qui ad vitam condemnatus est ad triremes, non vacare dicit Modenus Amayden., *de Styl. Datar.*, Cap. 16, § 6, n. 20, dicens, quidquid sit de Beneficiis, non vacare Pensiones illius, qui ad vitam condemnatus est ad triremes: Et ita sæpius signaturam rescripsisse». Ita Tondut., *de Pension.*, Cap. 25, n. 33. An Confiscatis bonis Clerici, Pensio etiam sit confiscata? Vide Tondut., *de Pension.*, Cap. 25.

SECÇÃO II

Divisão da pensão ou rateio entre os herdeiros do pensionario e o titular

§ 189

N'este artigo ha aquella variedade de opiniões, que refere Begnudell., verbo *Pensio*, n. 17, ibi: «Quæres ulterius; an Pensiones debeantur hæredibus Pensionarii pro rata temporis? vel potius pro rata fructuum perceptorum? Garcia... tenet deberi pro rata temporis, quo vixit Pensionarius... Sed Rota tenet deberi pro rata fructuum secuta... Ita ut si omnes fructus tempore Pensionarii percepti fuerint, tota Pensio debeatur hæredibus illius; si verò tantum pars fructuum ante Pensionarii mortem fuit percepta, pars Pensionis dumtaxat debetur hæredibus Pensionarii; quamvis enim solutio regulariter soleat destinari in duobus terminis, id fit tantum gratia commodioris exactionis, et quod attendi debeat ratio temporis: Quare, si ante mortem Pensionarii fructus fuerunt percepti, hæredibus illius pensio

debetur, quamvis nondum advenerit dies Pensionis exigendæ. Est autem integra fructuum collectio, quæ fit in anno inchoando a die reservatæ Pensionis usque ad eundem diem anni sequentis. Si vero fructus percipiuntur dietim, tunc Pensio est solvenda pro rata temporis: Si verò fructus tempore mortis Pensionarii nondum fuerint percepti, sed pendent: tunc Successor ad nihil tenetur, sed Pensio ad ipsum pertinet.»

Clericat., *de Pension.*, Discord. 20, a n. 6, refere quatro opiniões: 1.ª, que equiparada a pensão a alimentos, que se vencem antecipadamente, basta que o pensionario morra depois de principiado o anno (contado do dia da data da graça) para vencer e transmittir a seus herdeiros a pensão de todo o anno, citando por esta opinião Rebuff., Garcia, e outros.

2.ª Questão: A pensão se vence pelo pensionario por metade, se chegou a viver até o S. João d'esse anno, e que a transmitte a seus herdeiros. Esta opinião segue tambem o nosso Valasc., *de Partit.*, Cap. 36, n. 21.

3.ª Questão: Que contado o anno do dia da data da graça, e sendo, como ordinariamente costuma ser, a pensão em dinheiro, esta como fructos civis se vence pro rata temporis entre os herdeiros do pensionario e titular; citando Noalis, Tondut. e outros. Esta opinião, que Clericat., diz provavel, tambem a refere o nosso Valasc., *de Partit.*, Cap. 36, n. 19, e a segue Guerreir., Tr. 2, L. 2, C. 7, n. 33.

4.ª «Solvendam esse Pensionem hæredibus Pensionarii defuncti pro rata fructuum a Titulari perceptorum Pensionario vivente; adeo ut, si ipse Pensionarius obierit ante collectionem fructuum nihil transmittat ad suos hæredes; ea ratione, quia Pensio est pars fructuum Ecclesiæ, et hi ab Ecclesiasticis non acquiruntur, nisi sint collecti, id est a solo separati: et in horreo reconditi. Hanc opinionem esse omnino servandam voluit Monald... Gig... Gratian. Garcia... Marescot... Antonell... Noalis... Card. de Luc... etc.» Ita Clericat., n. 14, 15 e 16.

D'estas opiniões, a 1.ª e 2.ª são totalmente reprovaveis, Clericat., n. 17; a 3.ª, diz Clericat: «Sequendam tanquam magis æquam»; a 4.ª diz Clericat: «Amplectendam veluti magis veram». Passa no n. 18 a reprovar os fundamentos da 1.ª e 2.ª d'estas opiniões. Quanto á 3.ª diz que: «Censetur innixa maiori æquitate. Cum enim Pensio per Papam sit reservata in pecunia sapit naturam fructuum Civilium, et hi maturantur, et lucrantur de die in diem, Noal., *de Transmiss.*, Cas. 71, n. 3, Luc., *de Pension.*, Disc. 28, n. 6. Ergo æquum est, ut moriente Pensionario, ejus hæredes consequantur Pensionem pro rata temporis a die reservationis usque ad diem mortis illius.»

E quanto á 4.ª opinião, diz Clericat., n. 20: «Quarta nihilominus opinio de jure reputatur verior, quia Pensio, etsi reservata in pecunia, tamen est pars fructuum Beneficii; et sicut hi non debentur hæredibus Beneficiarii; nisi ante ejus obitum fuerint recollecti, et in horreo positi; ita neque Pensio solvenda est hæredibus Pensionarii, si iste mortuus sit ante fructuum collectionem; non attenta quavis æquitate, cum in solutione Pensionum judicandum sit de rigore Juris, etc.» E ao seu proposito, depois d'estas ponderações, conclue Clericat. n. 23, 24 e 25, dizendo o racionavel arbitrio de composição, que fez entre os herdeiros do pensionario e titular, e finalmente vem a concordar com Luc., *de Pension.*, Disc. 24, 25 e 28.

CAPITULO XIX

Extingue-se ou perde-se a pensão, se se exige antes de passadas as letras

§ 190

Já disse no Cap. 14, que a pensão se perde e se extingue se se exige e recebe antes de expedidas as letras. Porém entra aqui a difficil questão: «Si Pensionarius pro-

motus sit ad Episcopatum cum Dispensatione super retentione Pensionis (§ 173), eam exigat ante expeditas Litteras ejusdem retentionis. Utrum ex tali exactione Dispensatio remaneat invalida, et Pensio extinguatur?» Esta questão disputa Clericat., *de Pension.*, Discord. 7, expondo pela negativa sete fundamentos desde o n. 16 até 28; desde o n. 29 mostra pela affirmativa oito rasões; e desde o n. 43 sustenta *in utroque foro* esta opinião affirmativa com muitos e graves DD., e o segue Rigant., ad Reg. 1, § 7, n. 63, et ad Reg. 52, n. 47. E aindaque depois se passem as letras não revivisce a pensão extincta, Rigant. ad Reg. 52, n. 44. (V. o Cap. 23, no fim, e o Cap. 9, §.)

CAPITULO XX

Extingue-se a pensão imposta em beneficio pleno, se se não mostra realmente paga pelo titular emquanto vivo, e todos os annos ao pensionario, maximè, se era proximo consanguineo.

§ 191

Entre as mais clausulas com que se formalisam as bullas de pensão imposta em beneficio pleno, clausulas que largamente analysou o Card. de Luc., *de Pension. ad ornat. Constitut. Innoc. XI*, Cap. 8, uma d'ellas, ex Clericat., Discord. 14, n. 6, é esta: «Volumus autem, quod si dictus N. Titularis, et Beneficii possessor in ejus vita, et quamdiu dictum Beneficium obtinuerit, hanc Pensionem vere et realiter non solverit cum effectu, dicta reservatio sit nulla ipso jure». Sem similhante clausula transcreve Barbos., Vot. 5, n. 1, e Tondut., *de Pension.*, C. 3, n. 5.

§ 192

Pelo odiosissimo de similhantes pensões impostas pelos titulares nos beneficios plenos em favor de proximos con-

sanguineos ou intimos amigos, pela presumpção da simulação e fraude em prejuizo dos successores no beneficio, pela força e energia das palavras da dita clausula, se assentou na curia romana e nas muitas decisões que refere o citado Barbos., a n. 30, que para essa prova da solução da pensão em todos os semestres, em todos os annos da vida do titular, nem bastam confissões, nem quitações do pensionario; mas é necessario que cada uma de todas essas soluções se prove por escriptura publica, em que o notario e testemunhas vejam e attestem a effectiva numeração e recepção dos pagamentos; de outro modo, ficando a pensão ipso jure extincta, não póde o pensionario proceder contra o successor do beneficio sem desempenhar esta rigorosa prova. Vejam-se Agostinho Barbos., Vot. 5, tot., o Card. de Luc., *de Pension. ad ornat. Constit. Innoc. XI,* Cap. 8, a n. 6, Clericat., *de Pension.,* Disc. 14, a n. 3, Tondut., *de Pension.,* Cap. 3, n. 8, Torr., *de Pact. futur. Success.,* L. 3, Cap. 8 a n. 60, os quaes e outros DD. ampliam, que o exposto procede, ainda mesmo que o successor do beneficio na sua impetra narrasse estar elle gravado com pensão, porque por tal narrativa não foi visto approva-la: só a confessa como imposta, mas não como valida, etc.

§ 193

Porém este rigor se entende quando o pensionario procede contra o successor no beneficio; quando porém contra o mesmo que em seu favor impoz a pensão, cessando aqui as rasões intrinsecas da dita clausula, póde o pensionario proceder contra elle com qualquer prova da posse, sem que o titular mesmo que impoz e consentiu a pensão possa objectar tal defeito, e a propria torpeza, Tondut., *de Pension.,* Cap. 3, a n. 6, *Rot. Roman. in Mantiss.,* ad Card. de Luc., Liv. 13, Decis. 78, a n. 2., ibi:

«Objectum siquidem officere non valet in præsenti hypothesi; quia quæstio non incidit inter Pensionarium, et Successorem Titularis, qui consensum præstitit reserva-

tioni; nam tunc juxta auctoritates pro objecto allegatas, nisi ex publicis Instrumentis constaret de actuali integra numeratione pecuniarum debitarum pro terminis decursis, decretum irritans appositum in Litteris Apostolicis operaretur Pensionis revolutionem; sed vertitur inter Propatruum Titularem consentientem, et Pronepotem, quo casu, ex quo decretum præfatum qualificat Gratiam respectu Successoris, ac Beneficii, ut in individuo respondi Rot... non relevatur idem Titularis à solutione, et si nullos terminos persolverit; nam cessante ratione prohibendi, quæ, ut dixi, indemnitatem dumtaxat Successoris respicit, consequens est, ut deficiat ipsamet prohibitio, etc.»

«Rationem verò prohibendi fuisse tantum indemnitatem Beneficii ac Successoris in illo, triplici argumento suadetur; et primo quidem, quia cum Pensiones istæ Beneficio pleno ut plurimum reservari soleant favore sanguine conjunctorum, nec non amicorum; ideo ad eradicandas fraudes, et collusiones quæ de facili committi possent, juxta stylum Romanæ Curiæ adjici semper in Litteris Apostolicis consuevit memoratum decretum annullativum ad hoc, ut Pensio verè realiter, et cum effectu persolvatur Gonzal... Tondut... Card. de Luc... Unde æquum non est, quod decretum illud opituletur Titulari reservationi consentienti, vel quia ob non factas præstitutis temporibus solutiones, oritur præsumptio simulationis usque a principio, et elicitur animus supplantandi Successores, et sic Ille impugnando ex hoc capite Pensionem videtur fateri propriam turpitudinem, et apertam simulationem, quæ ubi habet admistam fraudem, in jure non toleratur, neque potest allegari a Simulante, etc.»

«Vel etiam, quia si à Pensionario urgeri nequiret ad promissam Pensionis solutionem, sequeretur, quod ab ejusdem arbitrio absolute penderet validitas, vel invaliditas reservationis, quod neutiquam est permittendum, etc.»

«Secundo, quia licet virtute dicti decreti requirantur effectivæ solutiones factæ à Titulari consentiente reservationi ex insinuato motivo obviandi fraudibus, quibus per-

sæpè materia hæc obnoxia esse reperitur; nihilominus sola confessio de recepto, alioquin insufficiens ad gravandum Successorem prodest Pensionario agenti contra eundem Titularem, quod apprimè ostendit vim decreti irritantis Titulari, conditionem implere debenti, ac recusanti non suffragari, illudque esse appositum in gratiam Successoris in Beneficio, cui Pontifex consulere intellexit, etc.»

«Tertio, demum ex eo quia recensitum decretum appositum in Litteris Apostolicis non simpliciter disponit, et annullat Pensionem, si Titularis non solvit, sed resolvitur in modum Limitatum; ita ut quamdiu Titularis vixerit, et Rectoriam retinuerit, conditio existat in statu valido, et ob eam gravetur, ut in puncto dixit Rot... propterea què, ne jus exinde Pensionario quæsitum efficiatur inutile, actionem sibi competentem poterit semper experiri. Quod si contrarium dicendum esset et hujusmodi jus Titularis vivente non esset exercibile, etiam in illius vita contra Pontificis mentem Pensio extingui posset, etc.»

§ 194

Aquelle rigor das provas da solução em toda a vida do titular, que no seu beneficio pleno impoz e consentiu a pensão (§§ 191 e 192), o moderou o Card. de Luc., *de Pension. ad ornat. Const. Innoc. XI*, Cap. 8, n. 12, 13, e 14, dizendo: «Super ista vero probatione solutionis veræ et effectivæ, quamvis DD., loquendo pro frequenti usu, ac pro maiori, ac tutiori cautella, præsupponant illam sequi debere per publicum Instrumentum, quod contineat veram, et effectivam numerationem pecuniæ coram Notario, et testibus, nihilominus non videtur ista probationis forma precise, et taxavite desiderata, sed sequi qui potest etiam per depositionem testium, aliasque species probationis, quæ concludens, et perfecta dici valeat.

«Rigor item istius decreti adjici soliti super concludenti probatione veræ, et effectivæ, et integræ solutionis omnium terminorum, adeo extensus est, ut capiat etiam illos

terminos, qui maturant de tempore in quo Titularis Pensionis debitor nullos percepit fructus, ex quibus hanc solutionem facere debet, etc.»

Nota: No mesmo Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 6, 7, 8, 9, 84 e 90, se verão varias hypotheses em que o mesmo cardeal por outras provas e admiculos urgentes defendeu, satisfeita a clausula referida em favor dos pensionarios contra os successores nos beneficios, apesar das objecções d'estes, e de não haver aquellas rigorosas provas por escripturas, etc. Confira-se tambem Tondut., *de Pension.*, Cap. 50, a n. 52.

CAPITULO XXI

Quando se extingue a pensão por crimes ou irregularidades dos pensionarios

§ 195

Non alia in jure leguntur crimina, quibus perdatur Pensio Beneficiaria, quam ista: 1.° Hæresis, Cap. 9, *de Hæret*... 2.° Sacrilegium in Cardinalis personam quoquo modo commissum, Cap. 5, *de Pœn.*, in 6... 3.° Sacrilegium in personam Episcopi quoquo modo commissum, Clement. 1, *de Pœn*... 4.° Obstinata in concubinatu perseverantia, Cap. 14, Sess. 25, *de Reformat*... Ex relatis sub hac Regula casibus, primus et quartus solos respiciunt Clericos: cæteri tam Laicos quam Clericos.» Assim Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, *de Benefic.*, Tit. 9, Sec. 7, Reg. 32, pag. (mihi) 103.

§ 196

O Card. de Luc., *de Pension.*, in summ., n. 64, diz mais amplamente: «Per ea vero crimina Pensio Ecclesiastica amittitur, per quæ resultat vacatio Beneficiorum, quorum jure in proposito illa regulantur; ideoque si crimen

aptum non est ad Beneficiorum amissionem, multo minus ad illam Pensionum. In beneficio autem ea solum crimina hunc effectum ipso jure causant, in quibus ita expresse in jure statutum; puta ob Simoniam, Sacrilegium, Stuprum Monialis, falsificationem Litterarum Apostolicarum, hæresim, assassinium, et similia; de quibus in Beneficiorum sede; secus autem pro aliis, in quibus id statutum non sit, quamvis de homicidio voluntario agatur, vel simili delicto inducent quidem justum motivum, ut Judex in pœnam hanc privationem decernere valeat.»

Nota: Estes e outros casos em que o beneficio se perde *ipso jure*, se podem ver em Luc. Ferrar., verbo *Beneficium*, Art. 7, a n. 32, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 38, a n. 27: «Plures tamen sunt casus in quibus ob diversa delicta quis non est ipso jure privatus sed venit privandus per sententiam; prout est homicida, publicus Concubinarius, Sacrilegus, Incendiarius, perjurus, banitus, et alii, etc., Osor., supra, n. 66».

§ 197

Quanto aos pensionarios incursos em irregularidade: Eis-aqui o que diz e prova Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 57: «Irregularis, quod sit incapax obtinendæ, et retinendæ Pensionis, tenent Barbos... Ugolin. Zerol. Sayr. Avil., ab eo citati, Ventrigl., Tom. 2, Annot. 11, § 2, n. 20. At quod Irregularitas non causet amissionem Pensionis, tenet expresse Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 47, n. 11, dicens, quod neque homicidium voluntarium, vel aliud crimen quamtumvis majoris Irregularitatis inductivum, hujusmodi effectum producit, citans ad id Rotam in Perus., Penson., etc. Et de facto Fagnan., L. 1, Decret. in Cap. Ad audientiam 31, *de Rescript.*, n. 134, refert Sacram Congregationem Concilii die 11 Julii 1577, et iterum de mente Sanctissimi die 8 Augusti; eodem anno respondisse, quod Clericus homicida voluntarius, ejusque Socius obtinere, et obtentas retinere potest Pensiones absque Dispensatione, non obstante Cap. 7, Sess. 14, Con-

cil. Trident., et sic tenent Leuren., *in For. Benefic.*, P. 3, Q. 640, etc.»

Do banido e condemnado a morte civil, já vimós a § 188.

CAPITULO XXII

Extincção da pensão que excede 60 ducados se o pensionario não usa de habito e tonsura

§ 198

Foi determinado na constituição de Sixto V, que principia *Pastoralis*, a 92.ª datada em 31 de janeiro de 1589, que todo o pensionario, que em qualidade de clerigo percebe pensão excessiva de 60 ducados de oiro da camara, não usa de tonsura e habito clerical, a sua pensão, ipso facto, sem outra declaração, se annulla e se extingue, Clericat., *de Pension.*, Discord. 8, n. 18, transcrevendo no n. 21 uma decisão da rota, concebida n'estes termos: «Justitia Sententiæ contra Pensionarium emanatæ visa fuit satis clara; quia cum Franciscus de Mello ab anno 1602 postea usque ad annum 1612, incesserit in habitu sæculari, dimissa ac deserta Clericali Tonsura, Pensio ipso jure remansit extincta, absque alia citatione, aut Judicis decreto juxta dispositionem Constitutionis Sixti V» (aqui se referem outras muitas decisões conformes, e continua esta): «Incessus autem Francisci in sæculari habitu probatur ex testibus, qui deponunt eum in militaribus Classibus pallio, et ense præcinctum inservisse absque delatione habitus Clericalis, etc. Unde sequitur juste per sententiam fuisse pronuntiatum Dominum Archiepiscopum non teneri amplius ad solutionem dictæ Pensionis jam extinctæ».

Confiram-se o Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 48, n. 7, Leuren., *de For. Benefic.*, P. 3, Q. 742, Ferrar.,

verbo *Pensio,* n. 72, e o nosso Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 49, aonde declara, ut ibi: «Requiritur tamen, quod spatio tanti temporis in habitu sæculari incesserit, ut communi opinione reputaretur Laicus.»

O mesmo Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 1, Cap. 40, tratando desde o n. 28 da dita constituição, declara no n. 32, ut ibi: «Multis tamen modis præfatæ Sixti V Constitutiones restringuntur earumque pœnæ locum non habent, ut in sequentibus Limitationibus. Primo in Clerico, qui semel habitum dimisit; is enim propter unam habitus dimissionem non debet beneficio privari; quia in eisdem Constitutionibus, requiritur. Ut tantum perseveret, quod publice pro laico existimetur, etc.»

Nota: Outras limitações se podem ver no mesmo Barbos., dito C. 40, a n. 33 ad 38.

CAPITULO XXIII

Extingue-se a pensão pelo episcopado, profissão religiosa, matrimonio, milicia secular, officio de escrivão; e se o pensionario, passando a esses estados, se não prevenir antes com indulto para continuar em perceber a pensão. Como deva prevenir-se?

§ 199

Pelo episcopado se perde e extingue a pensão, e ainda mesmo a faculdade que o bispo tinha de transferir a pensão, nos termos que ficam declarados nos §§ 173 e 174. Conf. Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, n. 38, Tondut., *de Pension.*, Cap. 73. Pela profissão religiosa tambem se extingue a pensão, que o regular havia obtido antes da Profissão, Barbos., supra, n. 39, Luc. Ferrar., verbo *Pensio,* n. 63. Pela morte do titular que consentiu na pensão imposta pelo bispo, Ridolfin. *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, C. 9, n. 168.

§ 200

Perde-se e extingue-se a pensão, obtida em estado clerical, pelo matrimonio, que depois contrahe o pensionario ou case com virgem ou viuva, Tondut., *de Pension.*, C. 75, a n. 4, Rigant., ad Reg. 58, Cancell., a n. 1, Luc., *de Pensionib. in Summ.*, a n. 51. Amplia-se, 1.°, aindaque o matrimonio só seja contrahido por palavras de presente, sem copula ou consummação subsequente, Tondut., n. 12 e 13. Amplia-se, 2.°, aindaque a conjuge depois do matrimonio rato, eleja a vida religiosa no himestre, Tondut., n. 16. Amplia-se, 3.°, aindaque o matrimonio seja nullo. Mas aqui ha uma distincção: Se o matrimonio é nullo, ou porque contrahido sem as solemnidades do concilio, ou porque contrahido com impedimento dirimente, etc., então perde a pensão só pelo mesmo facto de contrahir o matrimonio; se foi nullo *ex defectu consensus*, então não a perde; v. Tondut., dito C. 75, Rigant., ad Reg. 58, Cancell. a n. 44. Quid pendente a demanda sobre a validade do matrimonio, defendendo o pensionario mesmo a nullidade? Vid. Tondut., supra; a n. 36, Rigant., n. 46. Se o matrimonio é contrahido por violencia, por medo ou por um fatuo. Vid. Tondut., Cap. 76, et ad omnia in hoc § vid. Luc., *de Pension., in summ.*, a n. 51, Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, Cap. 9, a n. 143, Sabell., § *Pensio*, n. 20.

§ 201

Pela milicia secular: O pensionario, que tendo obtido a pensão em qualidade de clerigo minorista, se alista soldado e jura bandeira, é visto renunciar tambem o estado clerical, e a pensão que n'esse e para esse estado se lhe concedeu, Tondut., *de Pension.*, C. 78. E isto, aindaque não chegasse a entrar em batalha; e ainda independente de ser admoestado, que dimitta a milicia, se quer conservar a pensão, Luc., *de Pension.*, Disc. 46, a n. 8, Rocc.,

Selectar., Cap. 191, a n. 5, Piton., *Discept. Eccles.*, 144, n. 17, Rigant., ad Reg. 45, Cancell., § 2, n. 109. De fórma que, aindaque o pensionario antes de accusado deixe a milicia, não recupera a pensão que perdeu ipso jure pela milicia, nem torna a reviviscer, Ciarlin., Controv., For. 36, a n. 41, Barbos, *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 11, sub n. 5, Luc. Ferrar., verbo *Pensio*, n. 59, Torr., *de Pact. fut. Success.*, Dec. 17, a n. 4; a menos que os clerigos (como ha pouco experimentámos) se não proponham a defeza da patria, do reino, da religião, Luc., *de Pension.*, Disc. 46, a n. 13. Veja-se Barbos., *de Jur. Ecclesiast.*, L. 3, C. 14, a n. 31, aonde declara o exposto n'este §.

§ 202

Se a pensão se extingue pelo officio de escrivão dos processos civis e crimes, disputa largamente o cardeal de Luc., *de Pension.*, Disc. 47; e apesar das decisões contrarias, vem a assentar, que a pensão se não perde pelo exercicio d'este officio. Porém em contrario se vê decidido na rota romana post Torr., *de Pact.*, Decis. 212, que sendo escrivão de crimes, aindaque, *per accidens*, não tenha escripto n'elles, perde a pensão.

§ 203

Nos casos pios, em que pelo episcopado, profissão religiosa, matrimonio e milicia secular se perde *ipso jure* a pensão, o pensionario que premedita a mudança de estado póde impetrar breve apostolico para n'esse ou qualquer estado perceber a pensão; mas deve impetra-lo antes que effectivamente passe a diverso estado. Não o cumprindo assim, e não se premunindo antes, perde a pensão, e impetrando depois o breve, é necessario que narre e relate a precedente extincção, para se lhe conceder, como de novo, a pensão, e nos termos que expõe o Card. de Luc., *de Pension., in summ.*, a n. 60, ibi:

«Nisi tamen super his omnibus occurratur per Dispensationem Apostolicam, quam Pensionarius re integra, et antequam amissioni per dictum statum incompatibilem locus fiat, potius, tanquam præservativum remedium, per quod occurratur futuro damno, ne incurratur, quam per remedium curativum post illud incursum, cum tunc verum onus importare dicatur, novæque reservationis speciem redoleat; ideoque specialem exigit mentionem. Atque si plura sunt impedimenta, super omnibus Dispensatio obtinenda est; neque obtenta super uno prodest pro alio, quamvis identitas ac maioritas rationis accedat.»

Confira-se mais largamente, e em hypotheses particulares, o mesmo Luc., *de Pension.*, Disc. 43, a n. 5, Discurs. 45, n. 7, Discurs, 75, n. 11.

§ 204

Sim diz o mesmo Luc. *de Pension.*, *in summ*, n. 63, que: «Hujusmodi Dispensatio novum non producit onus; ideoque desideranda non sunt ea, quæ in novi oneris, vel Pensionis reservatione necessaria sunt, minusque cessant priores cautiones, ac pacta, cum eadem sit, atque continuet Pensio; ita præservata per obstaculi præventivam remotionem ab ea extinctione, quæ alias sequi debuisset»; pois, e como *per se patet*, se entende, quando antes da mudança do estado clerical, e na existencia d'elle, se impetra preventivamente novo breve para depois perceber a pensão *in quocumque statu*, ou em tal ou tal estado. Quando porém o pensionario sem essa prevenção passa a diverso estado, e assim extincta *ipso jure* a pensão a impetra depois, ella é como nova; dependente de novo consentimento do titular, *maximè* tendo este protestado a extincção; e sem esse novo consentimento se não concede *Sanatoria*, ou *Perinde valere*, Rigant., ad Reg. 45, Cancell., § 2, n. 102, 103, 104 e 108 (confira-se o Cap. 15).

§ 205

Só sim ha aqui uma especialidade, que sùpposto a pensão se não possa exigir *nisi Litteris expeditis*, e se extingue exigindo-se antes (Cap. 19); se esta dispensa (a § 203) se impetra em tempo habil antes da mudança do estado, e antes de extincta a pensão, n'este caso diz Rigant. ad Regul. 52, Cancell., n. 45, § 46, ut ibi:

«Sed si Litteris præfatis jam expedito, obtineret Pensionarius Dispensationem retinendi eandem Pensionem in statu Conjugali, aut Regulari, eamque exigeret, non expeditis hujusmodi Dispensationis Litteris, Pensio non remanet extincta, quia Decretum super nullitate Pensionis solum apponitur in illius Reservatione, non autem in retentione, eoque proinde cessant, nullitatis pœna ex vi hujus Regulæ non inducitur, etc.»

§ 206

Deve emfim aqui notar-se, que em esta dispensa para obter a antecedente pensão clerical, depois no estado do matrimonio, só se entende do primeiro, e não do segundo «nisi talis adsit clausularum, ac verborum amplitudo, quod etiam capiat plura matrimonia, eorumque reiterationem», Tondut., *de Pension.*, Cap. 78, n. 38, § 39, Luc., *de Pension.*, Disc. 45, n. 4, § 5. Se a dispensa para perceber a pensão em certa qualidade de milicia, se estende a outra, vid. Luc., *de Pension.*, Disc. 46. A regra geral é, que toda a dispensa deve receber interpretação restrictiva e não extensiva. Vid. Luc., *de Pension.*, Cap. 43; mas confira-se Barbos., Vot. Decisiv. 58.

CAPITULO XXIV

Extingue-se a pensão pela remissão, renuncia e cessão gratuita em favor do titular; mas não por compra ou preço. Quid vero por transacção entre o pensionario e o titular?

§ 207

«Sciendum est, etiam esse in facultate Pensionarii sine Licentia Apostolica cassare, remittere, extinguere, et diminuere Pensionem, ex quo talis extinctio est ad favorem Ecclesiæ, et per eam Beneficia ad pristinum libertatis statum reducuntur; etiam si fiat per viam transactionis; dummodo tamen non interveniat pretium, aut pecunia, quia hoc casu saperet simoniam et sine licentia Apostolica minime permitteretur. In hujusmodi autem diminutione et extinctione fieri non potest aliquod pactum, per quod, vel ob non solutionem residui, vel ex alia causa reviviscat Pensio diminuta, aut extincta, etc.» Confiram-se Rocc. Selectar., Cap. 49, a n. 101. Assim Torr., *de Pact. futur. Succes.*, L. 3, C. 8, a n. 47. *Quid* se o pensionario tem crédores, a que em consequencia prejudica? Vid. Rocc. Select., C. 49, a n. 82, Salgad., in Labyr., P. 1, C. 43, Tondut., *de Benef.*, P. 1, C. 35.

§ 208

Benedicto XIV pela bulla *In sublimi*, datada de 1741, transcripta em Rigancio a Regr. 45 da chancellaria, § sub n. 182, prohibiu o que d'ella sacou Rigant., á dita Regr. 45, § 2, sub n. 34, nota (a), ut ibi:

«Maximum, qui irrepserat abusum resignandi Beneficia ad favorem cum reservatione Pensionis, et cum arcano, et clandestino pacto eam cassandi, et extinguendi, certa conventi pecuniæ quantitate, posteaque obtinendi signari a Pontifice supplicationem pro cassatione, atque extinctione ejusdem Pensionis per anticipatas solutiones facienda, præ-

cedenti reticita, conventione, Pastorali sollicitudine tollere, et penitus abolere cupiens Smũs D. N. Benedictus XIV. Constitutione edita... pactum hujusmodi, veluti simoniacam Labem redolens, improbavit, et Gratiam Cassationis, seu extinctionis Pensionis per anticipatas solutiones, nulla facta de præcedenti pacto mentione, à Pontifice reportatam, tanquam subreptitiam, ab dolosa calliditate obtentam, nullam, irritam, et inanem declaravit, nonnullis præscriptis pœnis contra Resignantem, et Resignatarium. Omnes itidem Cassationes, et extinctiones Pensionum, etiam vigore Supplicationis manu Pontificis signatas, quas in posterum intra sex menses a die captæ possessionis Beneficii per Resignatarium computandos fieri contigerit, etiam si nullum præcedens pactum intervenisse inter partes probari possit, tanquam per subreptionem, et fraudes obtentas, revocavit, et abolevit, decernendo insuper, quod sub laudata Constitutione comprehendantur Cessiones omnes, seu translationes in ipsum Resignatarium, aut in aliam Personam, commodi, seu utilitatis percipiendi fructus Pensionum hujusmodi; necnon alias quascumque Cessiones, Translationes, Resignationes, Extinctiones, Abolitiones, quovis modo, titulo, nomine, colore, et auctoritate per anticipatas solutiones, seu repræsentata pecunia factas intra dictum tempus sex mensium, et etiam ultra id temporis spatium, dummodo reprobum illud, et detestabile pactum præcessisse constiterit.»

§ 209

Quanto á transacção sobre a pensão entre o pensionario e titular, eis-aqui o discurso de Urceol., *de Transact.*, Q. 25, desde o n. 19 até o n. 15.

«Transactio facta super Pensione constituta, seu reservata per aliquem ex causa resignationis beneficii, non tenet, non accedente Apostolica auctoritate, quia aliàs esset in facultate Partium hoc modo super Beneficiis quandam servitutem et onus imponere, et constituere, quæ caderet sub prohibita alienatione, Tondut., *de Pension.*, C. 24,

n. 20, Luc., *de Pension.*, Disc. 11, n. 7, Rot. apud Post., *de Manut.*, 278, etc.»

«Aliter vero concludendum esset, si Transactio facta fuisset super Pensionis diminutione, reductione, et extinctione; quo casu, cum actus diceretur Licitus, et validus; utpote diminuens onus, et concernens potius Ecclesiæ favorem, et utilitatem, tunc licitum esset per concordiam facere talem reductionem, etiam absque Beneplacito Apostolico, dummodo gratis fieret, non autem interveniente pecunia, vel alia re temporali; idem Luc., *de Pension.*, Disc. 11, n. 9 et 10... Et in specie reductionis ex causa litis super nullitate Pensionis, eadem Rot... Et propterea sæpius judicatum fuit etiam in solvenda Pensione, ubi lis judicialis, vel extrajudicialis controversia adfuisset super valutatione monetæ, quæ postea per concordiam composita fuisset in certa uniformi, ac invariabili quantitate monetæ regionis solvenda, tunc transactio sustinetur, etc.»

«Illud vero notandum est, compositio facta de solvenda minori Pensione cum Rectore ratione paupertatis non transit ad successorem; Secus vero si facta fuisset, quia esset nimis onerosa Beneficio non valenti tantum Pensionem supportare, ob cujus gravamen Rectore agere posset contra Pensionarium ad illius reductionem; et fortius si jam esset lis super prætensa reductione introducta, hoc enim casu, quia Beneficium est minus gravatum, et istud gravamen transit cum ipso Beneficio; proinde hac de *Causa* facta cum Rectore transigente non extinguitur per illius mortem, sed transit ad Successorem.»

Conf. Valeron., *de Transact.*, Tit. 3, Q. 3, a n. 51, limitando no n. 54 com Garcia e outros: «Ut non possit transactione nec alio modo Pensio remitti sine auctoritate superioris, quando quis ad Titulum ejus esset ad sacros ordines promotus; quia donec Beneficium Ecclesiasticum, unde vivat adeptus sit, non potest Pensionem remittere». Conf. Rigant., ad Reg. 24, § 5, n. 159.

§ 210

Exceptuados estes casos procede a regra, de qua Salgad., *in Labyr. Credit.*, P. 4, Cap. 6, n. 47, ibi: «Quando Pensio a Papa concessa fuit, si ex aliquo defectu sit nulliter constituta, vel expost facto nulla reddatur, et resolvatur ex defectu conditionis appositæ, sub qua ipsa Gratia fuit expedita, ita ut consolidetur cum titulo Beneficii, et legitime extincta sit; quamvis inter Pensionarium et Titularem fiat concordatum de solvenda, et exigenda Pensione, et continuent, preseverent, et consentiant in executione concordati inter eos initi, nullo modo revalidatur Pensio semel extincta ex defectu novæ Gratiæ, quæ ad id præcise requiritur Auctoritate Apostolica, cum renovatio, et convalidatio hæc non pendeat a sola voluntate, et consensu Partium, sed simul et principaliter à Papa. «Confira-se Torr., *de Pact. futur. Succession.*, Liv. 3, Cap. 8, a n. 51, digno de ser visto.

CAPITULO XXV

Quando se extingue a pensão, se o pensionario adquire o beneficio pensionado; se, dimittindo-o depois, renasce a antiga pensão

§ 211

Esta questão, depois de uma grande discussão, resolve Salgad., *de Labyr. Credit.*, P. 4, C. 6, n. 48 e 49, com esta distincção, ut ibi:

«Quando Pensionarius per assecutionem Beneficii, super quo habet Pensionem reservatam, extinguitur Pensio, quia legitime, et irrevocabiliter de Titulo ipsius Beneficii fuit provisus, et quamvis postmodum illud voluntarie di-

mittat, seu renuntiet, nullo modo reviviscit Pensio semel legitime extincta.»

«Quando Pensionarius adquisivit Beneficium sua Pensione gravatum, non perfecte, sed revocabiliter, et aliquo modo potest evinci, et ab eo avelli, nunquam consideratur extinctio Pensionis, sed semper durat, et perseverat, et potest juste eam exigere a novo possessore ejusdem Beneficii, etc.» Confira-se Sabell., § *Pensio*, sub n. 20, verbo *Quod Pensio extinguatur*, etc.

CAPITULO XXVI

Extingue-se a pensão reservada ao resignante quando elle usa do regresso ao beneficio resignado, e obtem. Quid, se póde usar do regresso pedindo a pensão decursa?

§ 212

Já desde os §§ 55 e 99 tratei dó regresso competente ao resignante, se o resignatario lhe não satisfaz a pensão reservada. Se pois o resignante por meio do regresso obtem reversão ao seu beneficio, não só se extingue pela *confusão* a pensão que elle havia reservado, mas toda e qualquer outra, que no meio tempo tivesse o resignatario imposto no mesmo beneficio, Tondut., *de Pension.*, Cap. 45, a n. 28, Cap. 52, a n. 27, Barbos., Vot. 126, n. 157, Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, a n. 68 ad 74.

Nota: Se o que intentou regresso ao beneficio resignado se prejudica para não poder jamais pedir as pensões decursas? Se o que recebeu as pensões se prejudica para não poder jamais intentar o regresso? Vejam-se largamente Tondut., *de Pension.*, P. 1, Q. 10, tot.

PARTE IV

Acções activas e passivas entre o pensionario e titular

CAPITULO XXVII

Procedimento executivo ou monitorio com comminação de excommunhão competente ao pensionario contra o titular mesmo que consentiu na pensão, sua pratica; quaes excepções aqui se admittem ao titular, etc.

§ 213

Se as premissas da bulla da pensão não precisam de justificação, como nos referidos desde o § 80 até 85, §§ 87, 103, 110 111, e desde o § 121; ou se primeiro se tem justificado na fórma do Cap. 16, n'este supposto, independente de outra justificação e só com a sentença do executor que julgou a bulla conforme e exequivel, se fundamenta este monitorio e executivo. Se porém só com a bulla se procede contra o titular que consentiu na pensão, e sem a previa justificação das premissas (quando esta é precisa), então, ou o titular não impugna o procedimento ou o impugna: *Si prius*, procede o monitorio: *si secundum*, deve o pensionario justificar primeiro as premissas, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, a n. 142, Tondut., *de Pension.*, C. 50, n. 4, maximè se o pensionario não está na posse, Garcia, supra, Salgad., *de Reg. Prot.*, P. 3, C. 3, a n. 33, et maximè quando o titular ao tempo

em que consentiu na pensão, não declarou que consentia na quantidade d'ella, como bem informado das forças e redditos do beneficio. Veja-se Tondut., *de Pension. ad ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 16.

§ 214

A formula e a praxe d'este monitorio a expozeram Garc., *de Benefic.*, P. 1, Cap. 5, a n. 532, Salgad., supra, a n. 33, Barbos., *de Pension.*, Q. 7, a n. 1, ibi:

«In quolibet debito petendo, cui via executiva competit, debet Advocatus cavere *ne* verbis ad viam ordinariam spectantibus, puta, damnandi quoquo modo utatur, sed ad executivam proprie pertinentibus, hoc est, compellendi, solvendi... Unde praxis, et stylus Romanæ Curiæ ubique terrarum communi calculo observatus obtinuit, ut cum Judeo executor deputatus in Litteris Apostolicis Pensionis, procedere vult contra recusantem eam solvere, monitorium expediat cum clausula justificativa, ut scilicet solvat intra tot dies, aut infra illos compareat ad allegandam legitimam exceptionem; quo termino transacto, si nihil alleget, vel exceptiones producat illius qualitatis, quæ executionem retardare non possunt; tunc Judex executor declarat eum excommunicatum. De qua praxi, et stylo etiam in tota Hispania vigente testantur Garcia... Salgad... Nec tenetur in ferenda hujusmodi Sententia excommunicationis servare formam Decreti Concil. Trident., Sess. 23, *de Reform.*, C. 3, cum facultas illi data in Litteris Apostolicis excommunicandi morosum in solutione pensionis, non censeatur data in subsidium, ut refert decisum Nicol. Garc., d. C. 5, n. 587, etc.

«Post cujus excommunicationis declarationem, si Pars alleget exceptionem Legitimam, illa non potest impedire effectum Censuræ jam productum tempore habili, in quo nihil fuit oppositum, quod illum possit reprimere.»

Eis-aqui tambem a fórma do monitorio e sua praxe que

nos deixou escripto Begnudell., verbo *Pensio*, n. 57 e 58, ibi:

«Primo præsentantur coram Executore Litteræ originalis Pensionis tam gratiosæ, quam executoriæ, aut processus fulminatus, in quo ipsæ Litteræ sunt insertæ; quibus præsentatis, Pensionarius petit dari mandatum, seu monitorium in forma contra possessorem Beneficii Pensione gravati, pro tot ducatis sibi debitis ex terminis Pensionis decursis, quos Judex jubet solvi, et in eo insertis Litteris præsentatis, aut processu fulminato, mandat Possessori Beneficii quatenus in terminum aliquot dierum sub excommunicatione, aliisque ecclesiasticis Sententiis, Censuris, et pœnis etiam in Litteris Reservationis Pensionis expressis solvat Pensionario tot ducatos, sibi debitos, ex terminis Pensionis decursis, et infra eundem terminum doceat de solutione, et paritione alioquin dicto termino elapso compareat ad videndum, et audiendum, se incidisse, et incurrisse in excommunicationem, aliasque Sententias, censuras, et pœnas prædictas declarari, seu illas in eum poni, ac ad omnes, et singulos actus necessarios, ut opportunos usque ad sententiam, et expensarum taxationem, et sententiarum, ac pœnarum prædictarum aggravationem, et reaggravationem, brachiique secularis invocationem procedi, aut ad ostendendam solutionem, quietationem, vel rationem legitimam, quare præmissa fieri non debeant, ad quæ omnia citatur, etc. cum commminatione, seu certificatione, quod sive comparuerit, sive non, ad prædicta, et alia, quæ justitia suadebit, ejus absentiâ, seu contumacia non obstante, procedet, etc.»

«Hoc mandato intimato Possessori Beneficii, et in termino reproducto, Pensionarius accusat contumaciam citati, et non comparentis, quam Judex habet pro accusata; et si citatus consensit reservationi Pensionis, potest illam, sine alia verificatione, nisi reservatio esset conditionalis, dare contra citatum sententiam declaratoriam excommunicationis, qua declaret, eum incurrisse in excommunicationem aliasque censuras et pœnas in Litteris reservatio-

nis expressas ob non solutionem, etc. et condemnare eum in expensis.»

Tondut., *de Pension.*, Cap. 49, n. 16, quando se trata contra o proprio titular que consentiu na pensão, citando Garcia, P. 1, Cap. 5, a n. 532, segue a fórma do mesmo Garcia, qual a do nosso Barbosa acima transcripto; e continua Tondut. dando outras formulas, que coincidindo em parte com as de Begnudell., variam em outros accidentes.

Nota: Todos estes formulistas dos monitorios, ora suppõem sentenciadas as premissas da bulla, ora independentes de justificação, ora dependentes d'ella no mesmo processo executivo, etc. Rarissimo será o caso em que não dependam de justificação. Será pois mais curial justificar antes de tudo as premissas perante o executor, sentenciar-se a bulla conforme (para o que não é necessaria citação do titular, que consentiu na pensão); extrahir-se do processo uma sentença com o transumpto da bulla, etc. Com esta sentença sim se póde intentar o monitorio executivo com essas comminações, que se notam n'esses formularios, e com essa ordem de procedimentos, etc. Se se prepostera esta ordem, sacrifica-se o pensionario a que o titular se opponha no termo assignado com embargos e com tal infelicidade, que a final se recebe a appellação em ambos os effeitos, Luc., *de Pension. ad ornat. Constit.*, Cap. 16, a n. 1 ad 5, Salgad., *de Reg. Protect.*, P. 3, Cap. 3, a n. 23; o que se evita justificando-se primeiro tudo o que é necessario justificar-se para ser exequivel a bulla.

Esta sentença assim formalisada fica tendo successiva execução por todos os pagamentos vencidos e futuros. Tondut., *de Pension.*, Cap. 49, n. 24, e conduzem as geraes doutrinas de Arouc., na L. 39, ff. *de Leg.*, n. 20. Moraes, *de Execut.*, L. 3, C. 8, n. 8.

Já vimos no § 176, que a mesma via executiva (entendo, que depois de assim preparada) competente ao pensionario, compete ao translatario da pensão.

SECÇÃO I

Quando e quaes excepções se admittem n'esta via executiva ao titular, com ou sem suspensão da execução e da excommunhão; progressos da mesma via executiva

§ 215

«Sed tota Quæstio est (diz Barbos., *de Pension.*, Q. 7, a n. 5 ad 15) de exceptionibus infra terminum oppositis, an obstent executioni? In qua distinguendum est inter exceptiones intrinsecas nullitatis, seu subreptionis Pensionis, quæ ex ventre, et contextu Bullarum, vel in continenti probantur: et inter illas, quæ ab extrinseco sunt probandæ, et requirunt altiorem indaginem. In primo casu certum est, quod nullitas opposita facit cessare executionem juxta ea, quæ resolvit Gabr. Pereir., *de Man. Reg.*, Tom. 1, C. 9, n. 16 e n. 27, etc., evidens, et notoria nullitas dicitur illa, quæ constat ex actis, etc.

«Cessat etiam executio, quando probatio nullitatis, seu subreptionis allegatæ offertur in continenti; atque tunc dicitur facta in continenti, cum quis habet Instrumentum præ manibus, illudque offert, et ostendit sinè aliqua dilatione: Nulla enim est actio adeo privilegiata, etiamsi sit executiva, et possessoria, quæ si contra eam opponatur exceptio relevans; et in continenti probetur non suspendat ejus effectum... Et ideo consulerem Judici Executori in Lusitania procedenti, ut si Pars vigore Monitorii citata compareerit, et intra terminum Exceptiones produxerit, si relevantes fuerint, et admittendæ decem assignet dies intra quos si perfecte Pars eas probaverit, tenetur in executione suspendere: Idem quoque in Hispania (v. infra § 227).»

«In secundo vero casu, quando scilicet exceptionis hujusmodi ab extrinseco sunt probandæ, et non in continenti; ac proinde requirunt altiorem indaginem, tunc potest dictus Judex Executor eas ordinario remittere, ad quem spe-

ctat prima Instantia, ad hoc ut de illis plenarie cognoscat, etc.»

«Remissa in hoc eventu dictarum Exceptionum causa ipsi Ordinario, illaque coram eo pendente, non ob id tenetur Executor in executione supersedere nec Ordinarius illi potest inhibere, aut aliquo modo impedire potestatem, quam habet exequendi, etc.

«In jure enim constans est conclusio, quod executionem non impedit nullitas extrinseca, nec illa, cujus probatio requirit altiorem indaginem... Et hujusmodi possessorium executivum abhorret exceptiones requirentes altiorem indaginem, etc.

«Si vero cognoscat Judex exceptiones per calumniam oppositas fuisse, ut executio retardaretur malitiose (prout tales præsumuntur, quando ab extrinseco sunt probandæ, et non ex ventre, et contextu Bullarum, nec probatio offertur in continenti, ut in nostro casu) tunc non debet eas remittere, nec Ordinarii judicio discutiendas remittere, sed tenetur omnio rejicere.»

Na mesma distincção e especificação de casos coincidem Salgad., *de Reg. Protect.*, P. 3, C. 3, a n. 23 e a n. 51, Roz., *de Executor. Litterar. Apostol.*, P. 1, C. 15, n. 36 e 37, Garcia, *de Benefic.*, P. 1, Cap. 5, a n. 544, Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 17, a n. 1, e Resol. 63, n. 15 e 16.

* Emquanto Barbosa aqui auctorisa ao executor para elle mesmo rejeitar os embargos que lhe parecem calumniosos, sem os remetter ao ordinario (ou tratando-se de padroado de corôa, ao capellão mór), é impraticavel n'este reino; porque ou de o executor conhecer dos embargos, ou dé não os remetter ao ordinario, compete recurso á corôa, como prova e refere julgado Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 17, a n. 5. Só sim, e conforme a distincção de Barbosa póde conhecer d'elles, quando provados in continenti, para suspender a execução.

EXCEPÇÕES ESPECIAES QUE AQUI SE PODEM OPPOR

§ 216

Primeira: Que a graça não foi justificada (se devendo-o ser, o não foi antecedentemente), Begnudell., verbo *Pensio*, n. 56, optime Salgad., *de Reg. Prot.*, P. 3, C. 3, a n. 69, aonde, quando a graça foi condicional *Dummodo remaneant centum pro Rectore, etc.*, ou quando contém outras qualidades e condições que primeiro se devam verificar.

§ 217

Segunda: Quando se oppõe solução; Gig., *de Pension.*, Q. ult., Begnudell., verbo *Pensio*, n. 50, comtanto porém que se prove logo com quitações conforme o assento na Coll. 3, á Orden., L. 3, T. 87. Se se pedem pensões de muitos annos, basta mostrar quitações dos ultimos tres annos, para se presumirem satisfeitas nos antecedentes aos tres ultimos, ex L. Quiqumque Cod., *de Apoch.*, L. 10, Gig., *de Pension.*, Q. 81, Clericat., *de Pension.*, Discord. 14, a n. 2 (isto quando se trata contra o titular que consentiu na pensão ou successão; não tendo sido imposta em beneficio pleno). Se porém bastam quitações de tres ultimos semestres, para se presumirem satisfeitos os antecedentes é mais dubitavel, Gig., supra, e Menoch., *de Præsumpt.*, 139, n. 11 e 13, se persuadiram que bastavam quitações dos tres ultimos semestres; porém Tondut., *de Pension.*, C. 3, n. 30, exige quitações de tres annos ou seis semestres, e esta opinião seguc Clericat., supra, n. 4.

Nota: Admittida a opinião do transcripto Barbosa, que concede dez dias ao titular para provar suas excepções, n'elles se poderá provar tambem por testemunhas a solução da pensão, não excedendo cada semestre a quantia da Orden., L. 3, Tit. 59. E quaes requisitos devam concorrer para pelas tres quitações dos tres precedentes annos se deverem julgar sa-

tisfeitas as pensões dos annos atrazados, vejam-se Silv., ad Ordin., L. 3, Tit. 25, in pr., a n. 89, Harprectr., Vol. 3, Disp. 64, *de Solutione conjecturata*, a n. 192 ad 225, ubi ex profess. Guerreir., Tr. 4, L. 2, C. 10, a n. 101.

§ 218

Terceira: Quando se oppõe compensação, comtantoque não dependa de provas de alta indagação; Begnudell., verbo *Pensio*, n. 52; como quando se não justifica logo com documentos, que por si provem a divida compensada ex Silv., ad Ordin., L. 3, T. 87, § 1, n. 14. E aindaque se não admitte aqui compensação quando a pensão é reservada para alimentos do pensionario, entende-se quanto aos futuros, mas não quanto aos preteritos; porque estes admittem compensação, comtantoque a divida compensada seja liquida, Tondut., *de Pension.*, 51, a n. 11: Estas mesmas distincções faz ex professo Bersan., *de Compensat.*, Cap. 2, Q. 7, a n. 9 et Q. 8.

Nota: Admittida a praxe do transcripto Barbosa, se poderá nos dez dias provar por testemunhas a divida compensada, comtantoque se verifiquem os requisitos da Orden., L. 4, T. 78.

§ 219

Quarta: Supposto que alguns DD. rejeitam a excepção da extincção da pensão fundada na profissão religiosa do pensionario; e isto porque (dizem elles) esta excepção depende da alta indagação, possibilidade de se ter prevenido o religioso com dispensa para continuar a percepção da pensão n'esse estado, Salgad., *de Reg. Protect.*, P. 3, C. 3, n. 77, Tondut., *de Pension.*, C. 51, a n. 5, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C, 5, a n. 548. Comtudo esta conclusão procede, quando o religioso, depois de o ser, estava na posse de exigir a pensão, tendo-lhe sido possivel no meio tempo obter dispensação, como bem declara

Garcia, supra, n. 553. E o mais é, que se o pensionario religioso mostrar dispensação, mas ainda não justificada, esta excepção suspende a execução, Garcia, supra, n. 557, 558, 559. Confira-se Begnud., verbo *Pensio,* 59, Vot. Et pone, Salgad., supra, n. 78 e 79.

§ 220

Quinta: O mesmo procede, quando o pensionario contrahiu matrimonio, e por isso perdeu a pensão; porque se se lhe oppõe a excepção da extincção provada logo com certidão do seu casamento, suspende a execução, a menos que o pensionario depois de casado não tivesse posse de receber a pensão n'esse estado, e por tempo consideravel, em que lhe fosse possivel obter dispensa. Este caso, conforme fraternisa com o antecedente no sentimento dos citados Garcia, Begnudell. e Salgado. Mas e mais terminantemente a Rot. *in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, Decis. 74 e 75, aonde se denegou a manutenção a um pensionario depois de casado, apesar de qualquer posse, só porque não mostrou um indulto claro e indubitavel. Veja-se o Card. de Luc., *de Pension.,* Disc. 45, n. 2 e 3.

§ 221

Sexta: Se na execução se oppõe a excepção da nullidade d'esta pensão, por se não fazer menção de outra antecedente, com que estava gravado o beneficio, e esta excepção se prova logo *in continenti* com a bulla da antecedente pensão, suspende a execução, como contra Garcia, supra, a n. 560, sustentam Salgad., *de Reg. Prot.*, P. 3, C. 3, a n. 52 ad 60, Begnudell., supra, n. 60, Vot. Nisi Titularis. Conf. Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 4, n. 5. Veja-se a Rot. *in Mantiss.*, ad Luc., L. 13, Decis. 54, 55 e 56.

§ 222

Setima: Se a pensão foi concedida para o estado ecclesiastico, com a condição *cum primum caractere Clericali fuerit insignitus,* condição que primeiro se deve justificar antes de perceber a pensão (§ 91), n'este caso ou o pensionario não tem posse de receber a pensão no estado secular, ou a tem; se não tem posse, e usa do remedio executivo, de que estou tratando, é repellido emquanto se não habilita clerigo, Tondut., *de Pension.,* C. 50, n. 83 e 84; se tem posse de exigir a pensão no estado secular, o mesmo Tondut., C. 52, n. 21, lhe concede o remedio possessorio da manutenção. Porém Barbos., Vot. 91, juntas as doutrinas do Vot. 5, n. 40, lhe denega ainda esse remedio, e não menos Clericat., *de Benef.,* Discord. 11. Veja-se o aresto apud. Peg., Tom. 7, For., C. 226, sub n. 107.

§ 223

Oitava: Se o pensionario procede por monitorio com censuras contra o titular, e este no termo que se lhe assigna allega e prova a sua total pobreza e impossibilidade, não se deve proceder contra elle com censuras, Tondut., *de Pension.,* Cap. 52, a n. 24.

Nota: Esta resolução se encontra com a commum de que o titular não gosa do beneficio do Cap. Oduardus., *de Solut.,* ou do beneficio, chamado da *Competencia,* quando é executado por pensão imposta no beneficio; e ou deve demitti-lo, ou pagar a pensão, sem que possa n'este caso pedir alimento, Tondut., *de Pension.,* C. 21, a n. 5 ad 10, Antonell., *de Jurib. Clericor.,* L. 1, P. 2, C. 15, n. 12, Clericat., *de Benefic.,* Discord. 54, n. 33, (quidquid involvant Begnudell., verbo *Pensio,* n. 38, Jul. Capon., Discept. 253, n. 10). Esta, que parece collisão, só póde conciliar-se, dizendo-se que a pobreza do titular, e a impossibilidade o escusa da comminada excommunhão; mas não o escusa de demittir o beneficio, ou o reddito d'elle ao pensionario para se pagar da pensão. Se

o titular tem outros crédores, lá se avenha com elles em concurso o pensionario. Veja-se sobre esta Nota Barbos., *de Pension.*, P. 2, Q. 16.

§ 224

Nona: Já vimos (Cap. 24) que a pensão se extingue pela remissão gratuita do pensionario no todo ou em parte. Se pois d'ella consta por instrumento publico, e se oppõe por excepção n'esta via executiva, a suspende, não assim se depende de alta indagação, Tondut., *de Pension.*, C. 51, a n. 8, Posth., *de Manut.*, Observ. 64, a n. 6, Rot. *in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, Decis. 67. E isto aindaque a cassação da pensão, de que consta, seja susceptivel de alguma duvida, e aindaque a extincção ou cessão da pensão se fizesse por procurador sem excesso do mandato, optime, Rot., supra. Conf. Tondut., *de Pension.*, Cap. 56, n. 16.

§ 225

Decima: Supposto que a demanda preventiva da parte do titular sobre a nullidade da pensão não obsta a esta via executiva, que póde proseguir emquanto se não decide a ordinaria sobre a validade da pensão, Barbos., *de Pension.*, Q. 2, n. 9 e n. 69, Begnudell., verbo *Pensio*, n. 33, Salgad., *de Reg. Protect.*, P. 3, C. 3, a n. 41. Comtudo, se o titular n'essa acção ordinaria obtem primeira sentença favoravel, que fira a validade da pensão, póde a todo o tempo oppor esta excepção na via executiva, ou na primeira, ou em outra que se reiterar pela mesma pensão, Tondut., *de Pension.*, C. 54, n. 13, Ridolphin., *in Prax. Cur. Rom.*, P. 2, Cap. 9, n. 190.

§ 226

Undecima, e geralmente «Executioni Litterarum Apostolicarum locus non erit, nec etiam Clausula *sine retar-*

datione aut *sine prœjudicio Legitimæ executionis* effectum suum operabitur, quoties ex ventre Litterarum constat, et apparet ex ejus inspectione vitium, seu nullitas Pensionis, seu aliqua alia exceptio, quæ hanc impediat executionemillarum», Salgad., *de Reg. Prot.*, P. 3, C. 3, n. 26.

E aindaque o mesmo Salgad., n. 29, limita «nisi adsit quasi possessio exigendi Pensionem; quia tunc non obstante, quod exceptio oriatur ex ventre Bullæ, effectus dictæ Clausulæ *Sine retardatione* non expeditur»; comtudo Salgad., no n. 30, declara esta limitação, ut ibi: «Nisi ipsa possessio esset turbida, et non clara, vel Pensio soluta fuisset per compulsionem, et metu censurarum, ut tunc non constituit eum in quasi possessione, etc.»

§ 227

Tambem e geralmente diz o mesmo Salgad., n. 36: «Si citatus comparens allegaverit contra executionem aliquam Legitimam exceptionem, velut solutionis remissionis Pensionis, aut redemptionis factæ Auctoritate Papæ, vel similem aliam notoriam, seu evidentem, quæ in continenti posset probari, nec longiori indagine indigeret; et tunc debet Judex brevem terminum ei assignare, cum sit in continenti probanda, non decem dies quæ in Hispania conceduntur Executatis, sed maiorem vel minorem prout Judex arbitrabitur, Gig., *de Pension.*, q. fin., etc.»

§ 228

Duodecima: «Atque ita judicandum erit de exceptione à citato opposita, nempe se non possidere Beneficium, super quo Pensio reservata est, quia hæc, ut Legitima admittenda est, etc.» Emfim em todos os casos em que a pensão se extingue, póde excepcionar-se a extincção provando-se in continenti.

§ 229

Pelo contrario: todas as mais excepções que dependem de alta indagação se abandonam d'esta via executiva para a ordinaria (§ 215), como nos exemplos que figurou Salgad., *de Reg. Prot.*, P. 3, C. 3, n. 52: «Quando nullitas versatur circa extinctionem Gratiæ Pensionis; videlicet, quando Pensio fuerit reservata ex causa resignationis, aut cessionis juris, et litis, et disputatur de titulo, et Juribus Resignantis, vel de validitate concordiæ, quæ non impediunt, sed reservantur judicio ordinario». Conf. Garc., *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 546, declarando no n. 547, que «quando exceptio requirat altiorem indaginem relinquitur arbitrio Judicis».

§ 230

Rejeitadas assim as excepções, ou remettidas á via ordinaria, deve advertir-se com Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, a n. 575, que antes de se declarar incurso o titular (por não ter satisfeito a pensão, rejeitados os embargos, ou terem sido remettidos ao ordinario sem suspensão), se faz preciso que as letras se lhe intimem, com a pena de excommunhão; que o pensionario assim o requeira; que preceda declaratoria do juiz tambem intimada ou por editaes, etc. A formalidade d'essa sentença declaratoria a dá Tondut., *de Pension.*, Cap. 49, n. 18, e a fórma da sua execução a n. 33, ut ibi: «Lata deinde ac Sententia Declaratoria, et Litteris desuper expeditis affiguntur Cedulones, quibus dictus debitor excommunicatus declaratur in Locis consuetis. Deinde iste excommunicatus expectatur per decem dies, quibus elapsis, si adhuc persistat in contumacia, proceditur contra ipsum ad invocationem Brachii Sæcularis cum termino decem dierum ad videndum interdici: Quarto ad videndum Brachium Sæculare decerni. Singuli isti termini sunt ad primam, vel etiam per totam cum intervallo ab uno ad alium a Singulorum publica-

tione. Decernuntur ultimo Loco Litteræ super invocatione Brachii Sæcularis ad hoc ut debitor cogatur per detentionem bonorum, etc. prout diffusius explicat Vestr., *in Prax. Cur. Roman.*, L. 8, C. ult., n. 19 e 20».

Nota: Se se não proceder com todas estas formalidades, e se passar a desembainhar a espada da igreja contra o titular, será facil obter por meio de um recurso á corôa, como em causa propria, e contra si viu Agostinho Barbosa, e elle attesta no *Tract. de Pension.*, P. 1, Q. 7, n. 18, e muito mais nos presentes tempos depois de se ver o discurso da *Deducc. Chronolog.* na P. 2, e na petição de recurso a § 37, lido o qual será um infallivel não obterem os titulares protecção real contra estas excommunhões sobre temporalidades taes.

§ 231

O effeito d'esta excommunhão juridica e justamente fulminada, é não lucrar o titular fructos alguns do beneficio, nem se lhe deverem prestar d'elle alimentos, Barbos., *de Pension.*, P. 2, Q. 13. Mas pagando as pensões vencidas e as custas, obtem absolvição das censuras, Peg., Tom. 3, a Orden., pag. 267, n. 806, Pereir., *de Man. Reg.*, C. 61, n. 18 (edição de Leão).

Já disse no fim do § 214, que esta via executiva competente pelas pensões ecclesiasticas tem tracto successivo. Mas esta via executiva não compete aos herdeiros do pensionario, nem ao pensionario contra os herdeiros do titular que a ficou devendo. Vide infra §§ 240 e 241.

CAPITULO XXVIII

Procedimento executivo por monitorio contra o successor no beneficio que não consentiu na pensão; quando a elle ou aos herdeiros do antecessor incumbe o todo ou parte da pensão vencida em vida d'este.

§ 232

«Si vero agatur contra successorem in Beneficio debet similiter obtineri Monitorium, et vivificandus est Clericatus, valor fructuum, possessio Beneficii per Reum conventum, et quod primus ille, qui consensit, illud idem Beneficium possedit; et eidem Successori debent Litteræ originales, aut sumptum ex Registro intimari, maxime Parte opponente.» Ita Tondut., *de Pension.*, Cap. 49, n. 19. Conf. Begnud., verbo *Pensio*, n. 59, Salgad., *de Reg. Protect.*, P. 3, C. 3, n. 34, Vot si vero, Garcia, *de Benefic.*, P. 1, C. 5, n. 539 e 540, ibi: «Si vero Titularis, contra quem agitur, non consentit reservationi Pensionis, sed est Successor, aut reservatio est conditionalis, debet Pensionarius eorum Executore ostendere, et probare se esse in quasi possessione exigendi dictam pensionem, ut relevetur ab onere justificandi Litteras reservatorias; alioquin tenetur illas justificare, et verificare earum narrativam aut conditionem juxta supra dicta, etc.». A mesma via executiva compete ao translatario da pensão contra o successor no beneficio, justificando primeiro a sua translação quando precise de justificação, Tondut., *de Pension.*, C. 28, a n. 6.

§ 233

Este successor que não consentiu na pensão, sendo assim demandado executivamente e com comminação de excommunhão, deve com mais rasão ser admittido com suas excepções no termo assignado, Begnud., verbo *Pensio*, n. 59. Elle *a fortiori* póde oppor todas as excepções

dinumeradas no Cap. 27. Se a bulla da pensão não estava justificada em tempo do antecessor, não póde ser demandado executivamente sem que se justifique antes do procedimento executivo contra elle, Barbos., *de Pension.*, Q. 2, n. 18, a menos que não houvesse posse de perceber a pensão do antecessor; porque esta posse transcende passivamente ao successor no beneficio, Barbos., dita Q. 1, a n. 44.

§ 234

Só sim, e no caso de ter o pensionario posse de exigir a pensão do antecessor, ha aqui em favor dos successores estas especialidades: uma, que se a pensão foi imposta em beneficio pleno com consentimento do titular antecessor, não póde o pensionario affectar posse contra o successor, sem desempenho das escrupulosas provas que o direito em tal caso exige, e ficam referidas a § 192, a que acrescenta Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2, n. 70 e 71, aonde conclue, que não se provando n'este caso a posse com aquelles requisitos, não póde dizer que tem posse contra o successor no beneficio *imo;* em falta d'aquella prova ficou extincta a pensão (Cap. 20).

§ 235

Outra: Que o successor só póde ser demandado pela pensão tendo percebido fructos do beneficio, Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2, a n. 48. E aqui já entram varias duvidas sobre quem em alguns casos recáe a pensão vencida, se nos herdeiros do antecessor, se no successor? Casos e duvidas que passo a discutir. Devo separar: 1.°, o caso em que o pensionario vivo pede ao successor no beneficio as pensões decursas do tempo do antecessor; 2.°, o caso em que o pensionario vivo pede ao successor a pensão do anno em que morreu o antecessor; 3.°, o caso em que os herdeiros do pensionario morto pedem o todo ou parte da pensão ao titular, e como se deva fazer o rateio.

§ 236

Quanto ao primeiro caso: Supposto que os fructos do beneficio são affectos com hypotheca á prestação annua da pensão, Tondut., *de Pension.*, Cap. 20, a n. 20, e por isso alguns DD. firmam que o pensionario póde demandar pelos vencimentos atrazados ao successor no beneficio, salvo a este o regresso contra os herdeiros do antecessor: «Illud verum est ut non simpliciter Successor teneatur solvere, sed dumtaxat, quando constat Pensionarium fecisse debitas diligentias contra Prædecessorem, qui fructus percepit, et ejus hæredes, et sic in subsidium»: Tondut., supra, n. 11. Conf. in similib. Peg., Tom. 3, For., C. 28, n. 675, Stryk., Vol. 10, Disp. 16, C. 4, n. 112, Barbos., *Thesaur. Loc. comm.*, Liv. 3, Cap. 32, a n. 7, Salgad., *in Labyr. Cred.*, P. 3, Cap. 11, n. 59 e 60, Luc., *de Pension.*, Disc. 19, n. 5 e 14, et Disc. 21, n. 8 e 9.

§ 237

De fórma que, como continua o mesmo Tondut., n. 12: «Et ideo non suffragantur diligentiæ factæ contra Procuratorem Antecessoris, sicuti nec diligentiæ pro terminis præteritis, quorum solutio postea facta fuerit; quia per talem solutionem extincta fuit omnis diligentia, ita ut non possit suffragari pro aliis diversis terminis». E como accrescenta Clericat., *de Pension.*, Discord. 4, a n. 9: «Probatio diligentiarum contra Antecessorem debet esse plena, quia materia est rigorosa, et contra bonam fidem, quod Successor teneatur pro Pensionibus decursis tempore Antecessoris... Non suffragari diligentias factas contra Procuratorem Antecessoris; et prædictæ diligentiæ debent esse judiciales, et continuatæ (adde Bagn., Decis. 5, n. 10, Lotter., *de Re Benef.*, L. 1, Q. 39, a n. 140). Et si ex ipsius Pensionarii negligentia in exigendo Titularis factus sit non solvendo, sine dubio Successor eximendus esset a peti-

tione Pensionum decursarum». Conf. Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, Cap. 9, a n. 172. Veja-se porém o mesmo Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 87.

§ 238

Quanto ao segundo caso: Já desde o § 104 mostrei a intelligencia da clausula da bulla, que assigna os pagamentos por semestres ou quarteis; que isto só é *commodioris solutionis causa;* que a pensão se vence do dia da data das letras e o anno se completa no mesmo dia do seguinte; que só se deve por quem percebe os fructos, como onus inherente a elles, etc. Porém a pensão algumas vezes se concede com solução antecipada, ou antes do titular perceber os fructos do beneficio, outras vezes com a solução postcipada depois do titular disfructar os redditos. Se a pensão se concede antecipada, como, v. g., em janeiro ou fevereiro, e o primeiro semestre se manda pagar, ou em 25 de março, ou pelo S. João d'esse anno, é antecipada, e deve o titular o primeiro semestre antes de perceber os fructos, e o segundo semestre depois de os perceber. E se a pensão é concedida postcipada para o titular a pagar depois em tempo que já tenha percebido os fructos, então é que a deve; Gratian., For., Cap. 548, n. 46, ibi: «Ponderandum est, an Pensio sit postcipata, vel antecipata; quia si esset antecipata, Beneficiatus tenetur illam solvere in diem termini, etiamsi nulli huc usque fuissent percepti fructus. Si vero est postcipata, secus dicendum. Ad cognoscendum autem, an sit antecipata, vel postcipata, attenditur forma reservationis: quia, si a die reservatæ Pensionis usque ad diem primi termini nulli possunt colligi fructus, manifeste apparet Papam voluisse, Pensionem antecipate solvi à Beneficiato, et sic de proprio; et quod postea se prævaleat de fructibus colligendis». Concordam Tondut., *de Pension.*, C. 20, n. 8, Barbos., Vot. 5, n. 14, Clericat., *de Benefic.*, Discord. 4, 10 e 13, Ridolfin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, C. 9, a

n. 104, Luc., *de Pension.*, Disc. 24 e 87, Antonell., *de Temp. Leg.*, L. 1, C. 47, n. 14.

§ 239

Depois d'esta prenoção, já a resolução do 2.° caso: Se o antecedente e primeiro titular pagou a primeira pensão antecipada, e percebeu os fructos d'esse ou mais annos, se devem reputar tantos os annos dos vencimentos da pensão contados da data da graça, quantos os annos em que elle percebeu inteiramente os fructos; de fórma que se morre depois de ter pago a pensão inteira, v. g., dez annos, e tem percebido dez fructos, mas morre em tempo em que o successor não vae ainda a perceber fructos antes do primeiro semestre assignado na bulla; se a pensão foi antecipada, deve o successor pagar a primeira pensão depois da sua posse, aindaque ao tempo d'esta não tenha percebido fructos, ou não haja de os perceber até o tempo, até o vencimento do primeiro semestre. E se a pensão foi postcipada, e o antecessor pagou tantas pensões inteiras em tantos annos quantos percebeu inteiramente os fructos, tambem consequentemente os fica no successor postcipada, e só deve vir pagar depois de perceber os fructos. E se o antecessor morre em tempo que tem percebido parte dos fructos d'esse anno, então ha rateio entre os herdeiros do defunto e o successor. Isto é o que se deduz dos DD. citados, e do Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 24, n. 4, Disc. 28, n. 2, e do mesmo Tondut., QQ. Benefic., P. 1, Cap. 20, n. 9. N'estes DD., a que me remetto, se verão figuradas e decididas diversas hypotheses sobre este objecto, não se omittindo as regras geraes expostas a § 104.

§ 240

Quanto ao terceiro caso: Elle está assás dilucidado a § 189. E só aqui me resta a dizer, que aos herdeiros do pensionario não compete esta via executiva contra o ti-

tular; mas só acção ordinaria, Tondut., *de Pension.*, C. 52, n. 18, addentes ad Cardos., verbo *Pensio*, pag. 201, in fin., Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 191; nem tão pouco o remedio possessorio pela posse do pensionario fallecido, Tondut., *de Pension.*, C. 37, n. 12.

§ 241

Da mesma fórma contra os herdeiros do beneficiado que devia a pensão, se não procede executivamente, mas só por acção ordinaria, Redolfin., in *Prax. Cur. Roman.*, P. 2, C. 9, n. 175, Tondut., *de Pension.*, C. 52, n. 18.

CAPITULO XXIX

Acção possessoria competente ao pensionario contra o titular que consentiu na pensão, e contra o successor no beneficio; excepções n'este possessorio; prenoções

§ 242

Antes que me proponha demonstrar os requisitos das acções possessorias na materia sujeita, e suas contestações receptiveis, ou rejeitaveis, devo prenotar: 1.°, que ellas competem aos translatarios pela posse dos pensionarios transferentes, se os translatarios não têem outra posse por si adquirida, e só a posse dos transferentes lhes serve para fundamentar melhor a via executiva (§§ 176 e 177) Devo prenotar, 2.°, com o Card. de Luc., *de Pension. in summ.*, n. 116 et 117, ut ibi: «Ultra processum executivum Litteris Apostolicis reservationis vel translationis, regulariter competentem, frequens est alter summarius, pariterque executivus et privilegiatus Interdicti Retinendæ, quod sub Manutentionis vocabulo explicatur, ratione possessionis, in qua Pensionarius, reperitur, istudque magis proficuum, posita possessione, reputari solet eo quia non

exigitur justificatio Clericatus, vel valoris, quæ in altero Processu executivo requiritur, cum in hoc judicio non quæratur de justitia vel injustitia, sed nudum possessionis factum attendatur; ea solum in hac Pensionis materia specialitate de stylo concurrente, ut absque justificatione Tituli, saltem per supplicationem manu Papæ signatam, sola possessio non sufficiat. Ea vero etiam per exactionem unius termini, quinimo partis illius, sufficiat ad manutentionem, nedum contra ipsum solventem, ac in possessione constituentem, sed etiam contra successorem, etc.

§ 243

Assim com effeito é frequente nos DD. a commum resolução, que para fundamentar os remedios possessorios sobre pensão denegada pelo titular, basta que o pensionario tenha tal ou qual posse de a receber, sem obrigação de mostrar as letras ou justificação d'ellas, bastando só para colorar essa posse juntar assignatura da supplica da pensão. De fórma que, aindaque esta se não possa exigir sem expedição das letras (Cap. 14), isto só respeita á causa da propriedade, mas não no possessorio, em que basta a posse, e para a colorar a simples assignatura, Tondut., *de Pension.*, L. 37, a n. 8, C. 50, a n. 1 e 15, Garcia, *de Benefic.*, P. 1, C. 5, a n. 454, 581, Post., *de Manut.*, Observ. 42, a n. 33, Portug., *de Donat.*, L. 3, C. 32, n. 44 e 45. Bem que sem se reduzir ao menos assignatura para colorar a posse, não se concede na curia a manutenção nem se attende tal posse, *Rot. Roman. in Mantiss.*, ad Card. de Luc., L. 13, Decis. 74, n. 2.

Nota: Eu devo aqui advertir, que pelo estylo da curia romana não basta (nem se concede) assignatura que por si tenha algum effeito, sem expedição das letras, senão em beneficios ou pensões, cujo rendimento não excede dois ou tres ducados de oiro da camara. Veja-se Rigant., ad Reg. 9, Cancell., § 2, a n. 101, a menos que se não diga no despacho, quod sola signatura sufficiat, Tondut., *de Pension.*, C. 29, n. 13.

Depois da signatura, se devem para os mais casos fazer expedir as letras dentro de nove mezes por uma Constit. de Clemente VIII, Tondut., *de Pension.*, C. 37, n. 3, Garcia, *de Benef.*, P. 4, C. 2, a n. 39 ad 43.

Ora, nem jamais será facil vermos n'este reino uma pensão tão diminuta, que não exceda dois ou tres ducados de oiro da camara, em que só póde valer assignatura; nem será facil só com a signatura posse alguma de pensão n'este reino, attenta a distancia da curia, para se remetter a este reino a supplica com a signatura, e passar o pensionario a ter com ella posse antes dos nove mezes prefixos para a expedição das letras, sob pena de nullidade. Nem jamais será facil mostrar n'este reino um exemplo, em que só com a signatura sem a expedição das letras se fundamentasse um juizo possessorio sobre pensão. E portanto cessam n'este reino as doutrinas d'esses DD. (§ 243), que admittem o possessorio só com a signatura (sempre necessaria para colorar a posse).

§ 244

Devo prenotar, 3.°, que o remedio possessorio, ainda mesmo com a producção das letras e posse antiga do pensionario não compete ao herdeiro d'elle contra o titular, mas só acção ordinaria para pedir a pensão vencida em vida do pensionario (§ 240).

SECÇÃO I

Remedios possessorios contra o titular que consentiu na pensão; requisitos e provas necessarias para obter n'estes remedios a posse da pensão

§ 245

Na liberdade de qualquer espoliado está ou demittir de si a posse e animo de possuir e recorrer ao interdicto *Recuperandæ possessionis*, vulgarmente acção de espolio ou insistir na posse, reter o animo de possuir, e dizendo-se só turbado n'ella, recorrer ao remedio da manutenção,

qual o interdicto *Retinendæ possessionis.* Não podem cumular-se estes remedios, porque em si repugnantes e contradictorios. Só sim podem cumular-se indirecta ou secundariamente, concluindo-se no libello do espolio que depois de restituido á posse por effeito d'este remedio, seja depois mantenido n'ella, Post., *de Manut.*, Obs. 57, a n. 40, Peg., *de Interd.*, a n. 272, Barbos., *Vot. decisiv.*, 54, a n. 2, signanter Ridolphin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, Cap. 9, a n. 137.

Nota: Sendo o direito de exigir a pensão um direito incorporal, que não póde tocar-se, nem occupar-se physicamente, só n'elle se póde dar uma quasi posse, não póde verificar-se propriamente um espolio tal, qual significa a palavra espolio, e que possa fundamentar o interdicto *Recuperandæ possessionis*. Por isso é que muitos DD. assentaram que pela quasi posse de taes pensões e outros direitos incorporaes é improprio aquelle interdicto, e só proprio o da *manutenção*, isto é, o *Retinendæ possessionis*, como Fermosin., Covarruv. e Gonzales, Begnudell., verbo *Spolium*, n. 6, optime Retes., *de interdict.*, P. 3, a § 12, apud. Moerman., *Thesaur. Jur. Civ.*, Tom. 7, pag. 516. E aindaque Barbos., ahi citado, quiz persuadir, que se dá aqui um *quasi espolio*, Retes o convence fundamentalmente.

§ 246

Se pelo *quasi espolio* aqui ideado por Barbosa, se usar do interdicto *Recuperandæ possessionis*, são n'elle precisas umas provas mais rigorosas da posse espoliada, do que o remedio da manutenção, Richer., *Jurispr. Univ.*, Tom. 3, § 857, Card. de Luc., *de Regal.*, Disc. 171, n. 6, signanter Tondut., *de Pension.*, Cap. 50, a n. 19, Ridolphin., *in Prax. Cur. Roman.*, P. 2, Cap. 14, n. 96 e 97, Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, pag. 222, Sect. 9, § 1.

§ 247

É tambem preciso justificar o espolio que consiste em

uma formal e positiva negação da pensão com animo de não a pagar, sem bastarem escusas indifferentes, e menos a simples cessação da pensão, Tondut., *de Pension.*, C. 50, n. 11, Ridolphin., *in Prax. Roman. Cur.*, P. 2, C. 9. n. 134 e 135, e em similhantes casos, quando se trata de pensões censuaes ou emphyteuticas, Peg., *de Interd.*, C. 5, a n. 444, Sousa de Macedo, Decis. 46, a n. 15, Peg. 2, For., C. 11, pag. 914, 921, 923 e 941. Bem que basta sustentar a demanda o titular para só por isso se dizer espoliador, Tondut., *de Pension.*, Cap. 50, n. 22, Peg. 2, For., C. 11, n. 208, limitando porém o caso de contestar só por negação, Menoch., *de Retinend. posses.*, Remed. 3, n. 472.

§ 248

No remedio da manutenção, alem da prova da posse (de que logo tratarei), é necessaria a prova da turbação n'ella. Se porém basta que a turbação seja só verbal vejam-se discordantes Post., *de Manut.*, Obs. 41, Gomez, na L. 45, Taur., n. 170, Barbos. et *Thesaur. Loc. Commun.*, L. 18, C. 36, ax. 1 e 2. Bem que para n'este juizo de manutenção se verificar o requisito da turbação basta a insistencia na demanda, não confessando logo a acção, Card. de Luc., *de Judic.*, Discurs. 20, a n. 6.

§ 249

Supposto que alguns DD. já referidos no § 243, e Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2 (escrevendo a seu favor) se satisfizeram com a prova de uma simples posse sem necessidade de produzir o titulo da pensão, nem justificação do valor e mais premissas, etc.; comtudo já acima mostrei na nota ao § 243, que pelo menos seria preciso juntar á *signatura* para colorar a posse, sem cuja côr com a apparencia da *signatura* nunca jamais foi manutenivel (§ 243). E por outra parte está assentado n'este reino (em que as *signaturas* são impraticaveis (Not. ao § 243) que quando

no juizo secular se trata do possessorio sobre pensões ecclesiasticas, a posse do pensionario (a que o direito resiste) deve justificar-se com a producção do titulo da reserva da pensão. Assim o vemos attestado e seguido por Portug., *de Donat.*, L. 2, C. 32, n. 36, e a n. 50 e 60, in fin., e assim o vemos julgado em Peg., Tom. 7, For., Cap. 226, sub n. 107, aresto, que largamente fundamentaram as deliberações transcriptas pelo mesmo Peg. desde o n. 108 até o n. 157. Confira-se Caldas, *Receptar. Sentent.*, L. 1, Q. 22, a n. 48, ad 51, aonde nem ainda se satisfaz com a producção da simples *signatura* para se colorar a posse, sem a producção das letras da *Reserva da pensão.*

§ 250

O exposto procede mais sem duvida, quando um leigo, que percebia a pensão, elle fundado unicamente na posse propõe estes remedios; porque se a posse de uma pensão ecclesiastica tem formal resistencia de direito, ainda quando percebida por um clerigo; muito mais quando por um leigo. Só sim, se eu visse um clerigo exigindo do titular do beneficio uma pensão uniforme por mais de dez annos successiva e passivamente; n'este clerigo já se não dá tanta resistencia de direito como no secular. E ainda-que a liberdade do beneficio resista á pensão, como especie de servidão ou dilaceração de parte dos seus redditos, comtudo uma posse assim decennal em favor de um clerigo não tem tanta resistencia, e a sua antiguidade a faz attendivel. Assim se comprova com a distincção dos DD. apud Post., *de Manut.*, Obs. 44, a n. 23 e 56, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 482 e 483.

§ 251

Esta posse da pensão (posse, sem a qual não competem os remedios possessorios) se prova contra o titular, que consentiu na pensão, ainda independente da justificação

das premissas da graça (o que eu não admitto) ainda por um só acto, *et maxime* por muitos e successivos recebimentos, Portug., *de Donat.*, L. 2, C. 32, a n. 42, Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2, a n. 39. E isto aindaque a solução seja só de parte, mas com relação ao todo, *nisi solvens habuerit animum solvendi Pensionem restrictam ad illam partem,* Tondut., *de Pension.*, C. 50, a n. 31, Barbos., supra, n. 41.

§ 252

Porém para se dizer aqui uma posse legitima é preciso: 1.°, que a pensão se mostre paga pelo titular, e não por economos e administradores do beneficio; ou por mandado especial e expresso do titular, ou presumido por aquellas varias circumstancias que aqui ponderaram Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2, a n. 27, Tondut., *de Pension.*, C. 50, a n. 32, Posth., *de Manut.*, Obs. 35. É preciso, 2.°, que a solução se faça pelo titular voluntaria e não coactamente por medo da excommunhão, sendo esta protestada, Portug., *de Donat.*, L. 2, Cap. 32, a n. 45. N'estes DD. se verão outros requisitos necessarios para prova de uma solução, que seja capaz de produzir posse em favor do pensionario e fundamentar estes possessorios contra o titular.

SECÇÃO II

Remedios possessorios contra o successor no beneficio e que não consentiu na pensão

§ 253

Supposto que Barbosa, *de Pension.*, P. 1, Q. 2, a n. 44, diz com muitos DD.: «Ex quibus omnibus infertur Pensionarium existentem in quasi possessione exigendi, manutenendum contra quemcumque Successorem in Beneficio qui nunquam solvit; cum ad effectum manutentionis sufficiant solutiones per Prædecessorem factæ; ex mutatione

enim, et variatione personarum, contra quas possidetur, non variatur possessio, nec jus actoris: Nam Prædecessor, et Successor in Beneficio reputantur una, eademque persona... Unde Successor in Beneficio Spoliat, si Pensionem integre ab Antecessore solutam solvere recusat, daturque Pensionarium Remedium Reintegrandæ, etc.»

§ 254

Comtudo, quanto a este successor no beneficio, que não consentiu na pensão, nem alguma vez a pagou ao pensionario, ha especialidade: que se a pensão foi estabelecida no beneficio pleno com consentimento do titular antecessor; não póde o pensionario valer-se nem das confissões do antecessor, nem de outras provas de posse, que não sejam as escrupulosas, que requerem os DD. citados, §§ 192 e 194.: «Unde si Pensionarius hoc modo probaverit præcedentes solutiones, non constituitur in quasi possessione exigendi, nec ei competunt remedia possessoria». Barbos., *de Pension.*, Q. 2, a n. 70, Tondut., *de Pension.*, C. 50, n. 52, Posth., *de Manut.*, Obs. 64, sub n. 7.

§ 255

Exceptuado porém este caso, a posse contra o titular antecessor fundamenta o juizo possessorio contra o successor que nunca pagou; e como exageram os DD., ainda independente de outra justificação das premissas da bulla da pensão, ou da exhibição d'ella; bem entendido, que ao menos com a producção da signatura na supplica, quando a bulla plumbada se não produza, Tondut., *de Pension.*, C. 37, a n. 13 ad 16, Clericat., *de Pension.*, Disc. 17, a n. 3, Luc., *de Pension.*, Disc. 30, n. 5 (sed vide Not. aos §§ 443 e 449).

§ 256

Mas, sem a producção da bulla, ou ao menos da signatura (no systema dos DD. das mais nações) nada póde o pensionario pretender contra o successor titular, nem no petitorio sem justificação das premissas, se em tempo do antecessor não as havia justificado na fórma que expuz no Cap. 16, a menos que o successor ou tenha pago a mesma pensão, ou a tenha de algum modo approvado, Garcia, *de Benefic.*, P. 1, Cap. 5, n. 435 e 448, Barbos., *de Pension.*, P. 1, Q. 2, n. 18, ibi: «Attamen, si agatur contra illum, qui non consensit reservationi Pensionis; tunc tenebitur Pensionarius Litteras reservationis producere, et justificare antequam agere valeat ad exactionem Pensionis, tam in possessorio, quam in petiiorio, præterquam si Gratia esset Motu proprio (sed hic vide §§ 221 e 222); vel Litteræ essent per Titularem acceptatæ, sive expresse, sive tacite per actum id explicantem».

SECÇÃO III

Excepções que se devem admittir ou rejeitar n'estes juizes possessorios

§ 257

Supposto que seja regra geral, que n'estes juizos possessorios se não admittem excepções dependentes de alta indagação, mas se abandonam e remettem ao juizo plenario, Tondut., *de Pension.*, C. 51, a n. 1, Posth., *de Manut.*, Obs. 42, n. 68 e 70, Portug., *de Donat.*, L. 2, Cap. 32, n. 64, Luc., *de Pension.*, Disc. 17, n. 4, Clericat., *de Pension.*, Discord. 15, n. 6, Gratian., For., Cap. 426, n. 14 e 15, Rot. post Tondut., *de Pension.*, Decis. 81, a n. 7, regra da qual Barbos., *de Pension.*, Q. 2, e Tondut., Cap. 51, deduzem alguns consectarios.

§ 258

Comtudo, são aqui admissiveis todas as excepções em que se accusa a nullidade da pensão, provada pelo intrinseco da bulla; e todas as excepções em que se oppõe a extincção da pensão, quando in continenti se provam, *Rot. in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, Decis. 74, n. 5 e 6, e Decis. 75, n. 7 e 10, Clericat., *de Pension.* Discord. 19, n. 13, Posth., *de Manut.*, Obs. 42, a n. 155, optime Rocc. Selectar., Cap. 191, n. 39 e 40, Luc., *de Pension.*, Disc. 30, a n. 6, Ridolfin., *in Prax. Roman. Cur.*, P. 2, Cap. 9, n. 132, Tondut., *de Pension.*, Cap. 56, a n. 5.

§ 259

Geralmente toda a excepção que evidenceia a nullidade do titulo e inficiona a posse que d'elle se deriva, sendo provada in continenti, é admissivel em todo o juizo possessorio, Portug., *de Donat.*, L. 2, C. 32, a n. 67 e 71, Rocc., supra, n. 40. Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 72, a n. 16.

§ 260

Muito mais quando o pensionario differiu exigir a pensão por muitos annos, porque supposto que por isso a não perdesse, nem a posse, emquanto esta se lhe não introvertia, Barbos., *de Pension.*, Q. 2, a n. 43, Tondut., *de Pension.*, Cap. 50, n. 8 e 9, comtudo n'este caso se deve proceder mais benignamente com o pensionario, e admittir-lhe suas excepções, Rot. *in Mantiss.*, ad Card. de Luc., Liv. 13, Dec. 67, a n. 3, Sabell., § *Pensio*, sub n. 8. Vot. Quod existens in quasi possessione, etc.

Nota: O pensionario sobre as pensões ecclesiasticas é meramente temporal, tanto que d'elle, ainda entre ecclesiasticos, conhece o julgador secular ex Van-Esp., *de Recurs. ad Princip.*, Cap. 4., e entra aqui sem differença a regra geral canonisada no Assent. 16 de fevereiro de 1786, no fim da

segunda questão, que diz «visivel absurdo julgar-se nos interdictos restitutorios e nos mais casos occorrentes no fôro a posse áquelle mesmo, que pelo processo e evidencia notoria dos autos se deprehende não lhe dever ser julgada a propriedade». E com mais rasão no presente caso, attento o inconveniente de ficar o titular obrigado contribuir annualmente a pensão em quanto durar a causa ordinaria (que seria eterna) sem esperanças de indemnisação, aindaque a final obtenha a liberdade da pensão, como se verá no fim do Cap. ult., § 279.

CAPITULO XXX

Acção ordinaria competente ao pensionario quando em tempo competente não usou da possessoria

§ 261

Os remedios possessorios são annuaes, Orden., L. 2, T. 1, § 2, e L. 3, T. 48, § 1; bem que este anno é util, Cordeir., *de Interdict. Dub.*, a n. 2. Nas pensões annuaes, quaesquer que ellas sejam, ou o anno para accusar o espolio principia do dia em que formalmente se negaram, aindaque por muitos annos antecedentes se não tivessem exigido, Macedo, Decis. 46, n. 2 e 14, Cordeir., Dub. 42, n. 43 e 44. Passado o anno contado do dia da negação póde o pensionario usar da acção de força velha, que tem duração a trinta annos, ou do remedio do Can. *Reintegrandæ*.

§ 262

Se pois o pensionario acquiesce á negação da pensão, e passa o anno depois d'esta negação, deve necessariamente recorrer ao juizo petitorio, e no fôro ecclesiastico a pedir a pensão decursa, e a continuação d'ella emquanto vivo; poisque em taes casos se podem demandar juntamente as pensões vencidas e as futuras; e a sentença por si mesma (e com mais força que a via executiva pelo privilegio) fica tendo uma successiva execução por todos os

vencimentos futuros, Cens., *de Censib*, Q. 96, n. 12, Fontanell., *de Pact. Nupt.*, Claus. 4, Gloss. 18, P. 4, n. 19 e 20, Arouc., in L. 39, ff. de Legib., sub. n. 20.

§ 263

N'este juizo petitorio (em differença do possessorio, ut Cap. 29) é o pensionario obrigado não só produzir as letras da pensão, mas justifica-las, se antes não as havia justificado na fórma já exposta no Cap. 16, e muito mais quando propõe a acção ordinaria contrã o successor do beneficio, que não consentiu na pensão, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, a n. 424, 435 e 448, Card. de Luc., *de Benef.*, Discurs. 90, a n. 33.

§ 264

Só sim, tendo o pensionario uma posse de trinta annos, não precisa de outra justificação, Luc., supra, n. 45, Ridolfin., *in Prax. Roman. Cur.*, P. 2, C. 9, n. 112 e 123, Clericat., *de Pension.*, Discord. 17, a n. 8, *maxime* se o novo successor titular impetrou e obteve o beneficio com a narrativa d'essa pensão, e se a pagou em alguns annos, Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 478, Angel., *de Confessionib.*, L. 2, Q. 51, n. 10. Bem que a presumpção de justificação, que produz essa posse de trinta annos admitte prova em contrario, Luc., *de Pension.*, in Summ., n. 24.

Nota: Esta acção ordinaria do pensionario admitte reconvenção simultanea, pela qual o titular póde arguir tambem ordinariamente a nullidade, ou a extincção ou a reducção da pensão.

CAPITULO XXXI

Acção de regresso competente ao resignante, quando o resignatario ou não lhe satisfaz a pensão, ou se propõe controverte-la em todo ou parte

§ 265

Já no § 99 tratei da clausula formalisada no § 56. Se se abandonar a censura dos DD. que a reprovam, e se não imitar o uso da França e Belgio, que não a admittem, mas seguirem os sentimentos dos DD. que a modificam, e prescrevem melhor a fórma da sua praxe; a verdadeira deve ser, propondo o pensionario, que foi resignante, um requerimento summario, relatando a resignação com imposição de pensão a seu favor; allegando que o resignatario não lhe quer pagar: e assim que na fórma da clausula da bulla se cite, ou para dentro de tanto tempo lhe pagar, ou diminuir-lhe outra vez o beneficio, ficando-lhe n'este caso livre o regresso a elle e ingresso livre n'elle, e que tendo que oppor a este requerimento o faça em dez dias com a comminação de ser lançado de embargos, e quanto podesse oppor, e ser condemnado com a mesma alternativa; e intimando-se-lhe depois a sentença condemnatoria, e não pagando em outros dez dias, ficar perpetuamente privado do beneficio, etc.

§ 266

Esta formalidade de procedimento adoça o rigor da mesma clausula; cumpre com o que exigem os DD. referidos, no § 99, porque o resignatario é citado com a alternativa, é ouvido ou se lhe franqueia a audiencia; se não comparece é condemnado com alternativa; e citando-se outra vez, e não cumprindo fica constituido em duplicada contumacia; e então se passa mandado de emissão na posse, Card. de Luc., *de Judic.*, Disc. 43, n. 19.

Nota: Dizerem Gracian., For., C. 921, Tondut., *de Pension.*, Cap. 45, n. 32, Begnudell., verbo *Regressus*, n. 6, que o resignante por força de uma das clausulas póde usar do regresso sem sentença declaratoria, é uma temeridade a que justamente se oppõe Ciarlin., Contr. 36, n. 12, Luc., *de Pension.*, Disc. 13, a n. 3 ad 8, erro ainda mais demonstrado á face das doutrinas (§ 99).

§ 267

Este procedimento summario e assim formalisado é competente, não só contra o primeiro resignatario, que aceitou a resignação com a pensão, e esta com aquella clausula, mas contra o successor no mesmo beneficio, ou por outra resignação, ou por outra provisão por obito do primeiro resignatario, vivo ainda o primeiro resignante pensionario, Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 13, 14, 15, 74 e 85, e *in Summ.*, sub n. 109.

§ 268

Se o titular assim citado embarga no termo assignado, e não allegando solução argue nulla a pensão, ou por se não relatar o verdadeiro valor do beneficio, ou pedindo reducção d'ella a menor quantidade, imputando ao resignante pensionario a culpa de não narrar elle mesmo com verdade o valor do beneficio, ainda mesmo que a pensão imposta a favor do resignante fosse em beneficio parochial clausulada *Dummodo remaneant centum, etc.*; ainda mesmo que o actual titular não seja o que consentiu n'aquella exuberante clausula do regresso, e se queixe desprovido de uma competente congrua, etc., nada lhe é attendido, e a clausula do regresso opera a sua execução, conforme as opiniões mais seguidas, que referem o Card. de Luc., nos logares citados (§ 267), Barbos., *de Pension.*, Q. 9, e P. 2, Q. 14, n. 10, Jul. Capon., Tom. 4, Discept. 253, C. 2, a n. 19, Angel., *de Confess.*, L. 2, Q. 51, n. 12.

§ 269

E logoque o titular, aindaque seja o successor se proponha embargar o procedimento, allegando ou nullidade ou reducção da pensão, etc., commette espolio, e póde o resignante pensionario queixar-se espoliado da posse civil, que sempre ficou conservando, demittindo só a natural, mas condicional, e ligada com a clausula do regresso; Barbos., *de Pension.*, P. 2, Q. 9, a n. 8 ad 10, Tondut., *de Pension.*, C. 48, n. 6, 7 e 8, Lotter., *de Re Benefic.*, L. 1, Q. 40, n. 275.

Nota: A rasão que justifica o regresso contra o resignatario que aceitou a resignação com essa pensão, é *ut malitiis hominum occurratur*, como com Thomassin, Van-Espen. e outros Rigant., ad Reg. 26, Cancell., n. 161, attestando que «*passim videmus in Rota, aliisque Tribunalibus Ecclesiasticis canonisari Regressus*». As rasões por que é praticavel com justiça o regresso contra o successor no beneficio, logoque este argua a nullidade da pensão, são estas (ex eod. Rigant., ad Reg. 55, n. 30 e 31) «ubi reservatio ex aliquo defectu nulla, et irrita redditur, non abdicatur à resignante jus, quod super beneficio habebat, sed adhuc penes ipsum remanet perinde ac si Resignatio fuisset nulla culpa, et dolo resignantis, quia nempe aut verum Beneficii valorem non expressit, aut illum adauxit, etc. etc.» Ora uma vez que o titular opponha nullidade, e o resignatario a confesse, estamos no caso do regresso em favor do resignante.

§ 270

Só sim se o titular successor não consentiu n'essa clausula do regresso, achando que deduzida a pensão, não lhe restam os 100 ducados, impetra indulto, em que se lhe dispense a clausula: *Quod Pensio reduci non possit.* Indulto concessivel ex Garcia, *de Benef.*, P. 1, C. 5, n. 402, Van. Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2, Sect. 3, Tit. 11, C. 8, n. 21. Então, sem temer o regresso, póde pedir reducção da pensão, comtanto porém que esteja premunido com aquelle

indulto antes de accionado, porque depois não será facil obte-lo na curia.

§ 271

Evita porém o titular o regresso do resignante: se ainda depois de convencido, mas antes de executado o regresso purga a mora, depositando as pensões decursas, Card. de Luc., *de Pension.*, Disc. 13, n. 11, e in Sùmm., *de Pension.*, n. 109, prop. fin., Begnudell., verbo *Regressus*, n. 1, in fin., Tondut., *de Pension.*, C. 45, n. 7, e Cap. 47, n. 18.

Nota: Utrum Resignans recipiendo Pensiones decursas, videatur regressui renuntiare? Vide distinguentes, Barbos., *de Pension.*, P. 2, Q. 10, Tondut., *de Pension.*, Cap. 41, tot.

§ 272

Não póde porém o resignante com pensão intentar o regresso quando depois da resignação se fez incapaz de obter beneficio, como casando-se, mas obtendo indulto para receber a pensão n'este estado. Nem tambem o pensionario, em cujo favor se impoz a pensão, e nunca possuiu, Luc., *de Pension.*, Disc. 12, a n. 14. Se o regresso compete ao translatario da pensão, sendo aliás habil para o beneficio? Vid. Luc., *de Pension.*, Disc. 12, n. 11, 12 e 13.

O mais que occorrer sobre este objecto, e de que se duvidar se póde ver nos DD. citados.

CAPITULO XXXII

Acção ordinaria competente ao titular para libertar o beneficio da pensão imposta, ou para obter reducção e minoração d'ella

§ 273

Exceptuemos aqui o caso em que o pensionario foi o resignante com reserva da pensão, e o actual titular, ou fosse o que aceitou a resignação clausulada com regresso, ou fosse successor no beneficio; pois se se arroga temerario a propor tal acção contra o pensionario que foi resignante, fica sacrificado ao regresso e ao espolio (Cap. 31). Fallo dos mais titulares que pagam pensões, ou a quem não foi resignante do mesmo beneficio, ou ao resignante que já não póde ter regresso (§ 272).

§ 274

Pelo que respeita á 1.ª parte: Esta acção do titular póde ter fundamento em qualquer nullidade em que labore a graça da pensão, segundo o que fica exposto n'esta obra ou em qualquer das causas pelas quaes a pensão válida se extingue e tambem ficam demonstradas. Mas com a differença, que se o titular argue a nullidade, ou por se não verificar o narrado valor do beneficio *per ascensum*, ou porque se não realisam as circumstancias da graça essenciaes, que habilitem o pensionario para receber a pensão, e o pensionario nunca as justificou na fórma que deixo exposto no Cap. 16; n'estes casos incumbe ao pensionario n'esta acção a prova do valor *per ascensum*, e a prova das premissas da graça, como se póde ver nos DD. citados, Cap. 30, e nos logares a que ahi me remetto, a menos que o pensionario não tenha uma posse de trinta

annos, que presume justificação emquanto esta presumpção se não illude com prova contraria (§ 264).

§ 275

Se porém o titular argue extincta a pensão, aliás válida no seu principio, então a elle incumbe a prova da causa da extincção. E quanto á segunda parte. Nos mais beneficios, que não são ou episcopado, ou parochias com cura de almas, nunca se formalisa a bulla com a clausula, *Dummodo,* etc. E não é tão facil obter o titular reducção da pensão, devendo imputar a si a culpa de aceitar o beneficio assim gravado com grande pensão; sobre o que se veja com algumas declarações Tondut., *de Pension.*, Cap. 58, a n. 16 e n. 32; bem que Gibert., *Corp. Jur. Canon.*, Tom. 3, pag. 102, Reg. 20, amplia o favor da reducção dos beneficios não parochiaes, a que é annexo o ministerio pessoal. (Conf. §)

§ 276

Nos beneficios curados sempre se subentende a clausula *Dummodo,* etc. com esta differença, que quando não é expressa na bulla da pensão incumbe ao parocho a prova de que, deduzida a mesma pensão, não lhe resta nos redditos do beneficio o sufficiente para a sua congrua, Luc., *de Pension.*, Disc. 2, n. 4, Clericat., *de Pension.*, Discord. 11, sub n. 26. E quando a dita clausula é expressa na bulla da pensão incumbe ao pensionario justificar, que ainda deduzida a assignada pensão, restam dos redditos do beneficio os *centum pro Rectore* na fórma que se expoz no Cap. 16, Clericat., supra, a menos que o pensionario não esteja em posse da pensão; porque n'esse caso, nem na via executiva, nem na possessoria precisa d'essa justificação, segundo as declarações nos Cap. 28 e 29. No juizo petitorio incumbe ao pensionario esta justi-

lificação (Cap. 30). Conf. Rot., *in Mantiss.*, ad Card. de Luc., 13, *de Jur. Patron.*, Decis. 51 e 52, videndus.

§ 277

Porém, por mais que o pensionario, ou na execução das letras da pensão cumpra com as precisas justificações, ut Cap. 16, ou no petitorio, ut Cap. 30, esta clausula *Dummodo* tem trato successivo; de fórma que em todo o tempo em que os fructos por vicissitudes dos tempos, calamidades de guerras e mais casos fortuitos, venham a ser tão poucos, que deduzida a pensão não restem os *centum pro Rectore;* e ainda mesmo que esta fallencia se experimente em um só anno calamitoso, póde o titular pedir reducção da pensão até se lhe perfazer aquella congrua do concilio tridentino, e com tal especialidade, que nem ainda é obrigado a compensar a falta de uns annos com a superabundancia de outros, ut optime et latissime Clericat., *de Pension.*, Discord. 2, tot., Tondut., *de Pension.*, Cap. 58, a n. 16, Roz., *de Execut. Litter. Apost.*, P. 1, C. 5, a n. 99, e Cap. 15, n. 15, Garcia, *de Benef.*, P. 1, Cap. 5, n. 397 (declarando, no n. 441, que para esta reducção não é necessario recorrer ao papa, e que basta recorrer ao ordinario).

Nota: A congrua do parocho sempre teve e deve ter a primeira preferencia em concurso de dizimadores e pensionarios, Fabr., in Cod., L. 1, T. 2, Defin. 52, Van-Esp., *de Jur. Ecclesiast.*, P. 2. Sect. 4, T. 2, C. 4, n. 30, junto o n. 26. Ainda mesmo que um parocho aceite um beneficio com tenue congrua, elle pelo beneficio da restituição in integrum póde impetrar supplemento; provando a insufficiencia da congrua, regulada esta pela numerosidade do povo, situação, etc. Tondut., QQ. *Benefic.*, P. 1, Cap. 58, a n. 7, Ferraris et Addit., verbo *Congrua*, quidquid in contrarium Osor., *de Patron. Reg.*, Resol. 28.

§ 278

Sendo certo que pendente a demanda sobre a nullidade ou a reducção da pensão, deve o pensionario ser privado da sua posse; mas deve contribuir-se-lhe a pensão pendente a lide emquanto por final sentença se julga nulla ou reduzida a menor quantidade, Moraes, *de Execut.*, Liv. 1, C. 7, n. 22, Sabell., § *Pensio*, n. 6, Vot. Quod pensionario existenti, etc. et sub n. 6, Vot. Interim tamen.

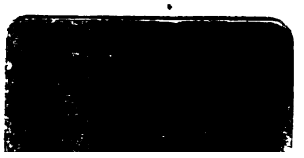
§ 279

Suscita-se pois a questão: Se pendente a demanda, deve o pensionario caucionar a restituição do que injustamente receber; se a final se julgar nulla ou reduzida a pensão? O Card. de Luc., *de Pension. ad Ornat. Constit. Innoc. XI*, Cap. 16, n. 19, declama que toda a rasão forceja para que deva caucionar; mas attesta que em contrario está o estylo. E estylo irracionavel, porque é como prosegue o mesmo Luca: «Ista est una ex rationibus, ob quas titulares, quamvis excessive gravati, coguntur gemere sub jugo, et absinere ab assumptione et prosequutione hujusmodi Litium». Podia acrescentar em rasão que os titulares assim obrigados a contribuir a pensão sem caução do pensionario, perdem as esperanças da indemnisação, ou muito tarde, tendo em vista o eterno das demandas no juizo ecclesiastiço, ex Peg., Tom. 8, ad Ordin., L. 2, T. 1, § 2, n. 22.

Nota: Nos mais casos, proposta a acção de *nullidade ou rescisão* do titulo, o réu que em execução do mesmo titulo estava na posse de perceber alguma prestação annua, supposto que pendente a demanda não possa ser privado d'essa posse, deve comtudo caucionar os recebimentos para os restituir, succumbindo a final na demanda, Giurb., Dec. 100, n. 4, Moraes, *de Execut.*, L. 1, C. 7, n. 28. Porém o commum das pensões é assignarem-se aos pensionarios, em qualidade de pobres, para alimentos, Barbos., *de Pension. in*

Proem., n. 7, Tondut., *de Pension.*, C. 57, n. 8, C. 58, sub n. 16, Cap. 81, n. 2, Clericat., *de Pension.*, Discord. 20, n. 6. N'esta intelligencia póde, para não dever caucionar o pensionario, argumentar-se com os mais alimentarios que não são obrigados caucionar o recebimento dos alimentos. Peg. 1, For., Cap. 7, n. 46 e 47. Porém aqui entra em collisão a congrua do parocho, que tambem é alimentaria, e com o favor dos alimentos, Luc. Ferrar., verbo *Congrua*, n. 13, a congrua do parocho, que tem a primeira preferencia á dizimadores e pensionarios (§ 277, Not.) E por mais privilegiada que seja a pensão, cessa esse privilegio contra o parocho que o tem duplicado, e que de mais a mais trata de *damno vitando*, tratando o pensionario de *Lucro captando*: Pelo que venho a assentar que o pensionario deve caucionar, e que o contrario seria a maior iniquidade. O pensionario eternisaria a demanda emquanto vivo, ou emquanto vivo o titular, etc.

§ 280

Annullada finalmente por sentença a pensão, fica salvo ao titular repetir do pensionario todas as pensões que lhe pagou, sem que n'este caso o pensionario se possa pretextar com boa fé, nem que só as deve da litis contestação, como assim ha uma magistral decisão da *Rot. Roman. in Mantiss.*, ad Card. de Luc., super *Tractat. de Statutar. Succession.*, que vem no Tom. 4 das decisões collectadas ao mesmo Luc. pag. 302 e 303. Conf. Rigant., ad Reg. 55, Cancell., a n. 203, Lotter., *de Re Beneficiar.*, L. 1, Q. 38, n. 229, tetigit Torr., *de Pact. futur. Success.*, L. 3, C. 8, n. 59.

FIM